



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO - DELMIRO GOUVEIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADRIANA SANDES ARAÚJO

AS CRIANÇAS NA FÁBRICA:
TRABALHO E INFÂNCIA NA HISTÓRIA DO SERTÃO ALAGOANO

DELMIRO GOUVEIA

2024

ADRIANA SANDES ARAÚJO

**AS CRIANÇAS NA FÁBRICA:
TRABALHO E INFÂNCIA NA HISTÓRIA DO SERTÃO ALAGOANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para obtenção de nota parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes

Co-orientadora: Profa. Dra. Suzana Santos Libardi

DELMIRO GOUVEIA

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

A663c Araújo, Adriana Sandes

As crianças na fábrica: trabalho e infância na história do sertão alagoano / Adriana Sandes Araújo. - 2024.
106 f. : il.

Orientação: Gustavo Manoel da Silva Gomes.
Coorientação: Suzana Santos Libardi.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2024.

1. História – Alagoas. 2. Trabalho infantil. 3. Crianças operárias. 4. Indústria têxtil. 5. Fábrica da Pedra. 6. Delmiro Gouveia - Alagoas. 7. Trabalho e Infância. 8. Século XX. I. Gomes, Gustavo Manoel da Silva, orient. II. Libardi, Suzana Santos, Coorient. III. Título.

CDU: 981(813.5):331-053.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Folha de Aprovação

ADRIANA SANDES ARAÚJO

AS CRIANÇAS NA FÁBRICA:

TRABALHO E INFÂNCIA NA HISTÓRIA DO SERTÃO ALAGOANO

Trabalho de Conclusão de Curso em
História, modalidade Licenciatura
Plena, da
Universidade Federal de Alagoas,
aprovado em 13 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:



Documento assinado digitalmente
GUSTAVO MANOEL DA SILVA GOMES
Data: 18/09/2024 11:16:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes
Orientador



Documento assinado digitalmente
SUZANA SANTOS LIBARDI
Data: 18/09/2024 23:03:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Suzana Santos Libardi Co-
orientadora



Documento assinado digitalmente
RODRIGO JOSE DA COSTA
Data: 17/09/2024 13:17:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo José da Costa Primeiro Examinador



Documento assinado digitalmente
PEDRO ABELARDO DE SANTANA
Data: 16/09/2024 16:53:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana Segundo
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, pessoas que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos e que me ajudaram a conquistar meus objetivos. Às minhas irmãs, Ana Paula e Águeda, agradeço por fazer meus dias mais felizes, obrigada pela paciência e por aturar minha hiperatividade, “reinar” com vocês o dia todo é mais forte que eu. A meu cunhado João Paulo, o cara que fez o papel de meu moto taxi oficial durante o processo de entrevistas para esta pesquisa, meu eterno “valeu”.

Ao meu amigo de infância, Júlio, agradeço por estar ao meu lado em diversos momentos da minha vida. Nascemos no mesmo ano e mês, você foi minha dupla escolar do básico ao médio. Quando o assunto era matemática, as nossas provas em duplas eram sempre ruins, mas, enfim, juntos descobrimos que éramos de humanas, e foi em cursos de humanas que seguimos para uma outra fase das nossas vidas. Agradeço pelas boas risadas e por tudo que vivemos. Aos amigos da UFAL, agradeço pelos papos noturnos, pelas cervejas no posto e os momentos de brincadeiras, com vocês a jornada nesta universidade torna-se mais leve.

Por fim, agradeço aos meus orientadores, Gustavo e Suzana, uma dupla incrível, dois pesquisadores sensacionais os quais tive a sorte de ter ao meu lado durante essa trajetória. Sou grata a vocês pela dedicação e ensinamentos. À Suzana não agradeço somente pela orientação, mas também por me aceitar no seu grupo, o GLEI, e por me ensinar com toda sua paciência que infância também é coisa de historiador. Obrigada pela parceria e por me apresentar essa temática incrível, saiba que foi uma peça fundamental nesta jornada, te admiro muito.

RESUMO

O presente trabalho discute os casos de crianças trabalhadoras da Fábrica da Pedra, localizada no Sertão Alagoano, na cidade Delmiro Gouveia, buscando apresentar a relação entre trabalho e infância ao longo do século XX. Objetivamos caracterizar experiências de trabalho na infância, compreendendo o contexto de contratação das crianças pela Fábrica, analisando as questões sociais e econômicas do contexto histórico, a realidade das famílias, o campo legal de contratação, apresentando os impactos do trabalho executado na infância. Para esta pesquisa, adotamos fontes orais de modo que o recorte temporal adotado contempla as décadas de 1960 a 1970. Foram realizadas entrevistas com 6 pessoas idosas e adultas que, durante esse período, eram crianças operárias da Fábrica. De forma complementar, analisamos coletânea de jornais locais para selecionar notícias pertinentes ao foco da pesquisa. O aporte teórico adotado retomou contribuições importantes da literatura acadêmica sobre o cotidiano do sertão alagoano e o papel da Fábrica junto à sociedade local. Registramos as entrevistas e organizamos as informações produzidas em categorias. Percebemos a adequação das contratações perante a legislação local, porém isso não impedia formas de insalubridade e exploração. Mapeamos condutas das crianças durante o exercício de diversas funções e sua relação com os adultos enquanto colegas. Como conclusão, identificamos os fatores que interferiam diretamente para as crianças tornarem-se operárias. Além disso, ressaltamos como sua vivência de infância resistia ao universo da adultez, apesar de estarem nas mesmas fileiras tecendo a história do trabalho no sertão nordestino.

Palavras-chave: Crianças operárias; Indústria Têxtil; Trabalho; Trabalho infantil.

ABSTRACT

This paper discusses the cases of child workers at the Fábrica da Pedra, located in the Sertão region of Alagoas, in the city of Delmiro Gouveia, seeking to present the relationship between work and childhood throughout the 20th century. The aim is to characterize working experiences in childhood, understanding the context in which children were hired by the Factory, analyzing the social and economic issues of the historical context, the reality of their families, the legal framework for hiring, and presenting the impacts of work performed during childhood. For this research, oral sources were adopted so that the time frame includes the 1960s and 70s. Interviews were conducted with 6 elderly and adult people who, during this period, were child workers at the Factory. Complementarily, we analyzed a collection of local newspapers to select relevant news to the research focus. The theoretical framework adopted resume important contributions from the academic literature on the daily life of the Sertão region of Alagoas and the role of the Factory to the local society. We recorded the interviews and organized the information produced into categories. We noted that the hiring process was in accordance with local legislation, but this did not prevent forms of unhealthiness and exploitation. Children's behavior was mapped while performing various functions and their relationships with adults as colleagues. In conclusion, we identified the factors that directly interfered with the children becoming workers. In addition, we highlighted how their childhood experiences resisted the universe of adulthood, despite being in the same ranks weaving the history of work in the Northeastern Sertão.

Keywords: Child workers; Textile industry; Work; Child labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura I: Entrevistados e documentos relevantes	37
Figura II: Idade e data de contratação	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS PALAVRAS.	10
2. CRIANÇAS E TRABALHO NA HISTÓRIA DO BRASIL	15
2.1. O processo legal para o reconhecimento de direitos para a infância	25
3. TECENDO A PESQUISA	33
3.1 Procurando as crianças trabalhadoras da Fábrica: idosos moradores de Delmiro Gouveia	38
4. AS CRIANÇAS NA FÁBRICA: TRABALHO E INFÂNCIA NA HISTÓRIA DO SERTÃO ALAGOANO	45
4.1. Legislação, trabalho e crianças na Fábrica.	45
4.2. Infância operária frente ao modelo idealizado de infância.	55
4.2.1. Condição de vida da infância operária.	68
4.3. Trabalho e escola na infância operária.	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6. REFERÊNCIAS	81
7. ANEXOS	86
7.1 Anexo 1- Roteiro utilizado durante as entrevistas	86
7.2 Anexo 2- Termo de consentimento usado durante as entrevistas	89
7.3 Anexo 3- Carteiras de trabalho	92
7.4 ANEXO 4- Crachá	104
7.5 ANEXO 5- Foto de crianças na Fábrica da Pedra	105
7.6 ANEXO 6- Mulheres na tecelagem da Fábrica da Pedra	106

1. INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS PALAVRAS

A ideia de infância existente atualmente no Brasil, no qual crianças têm direitos básicos como os de brincar, estudar, de serem protegidas dos perigos e responsabilidades da vida adulta, entre outros, nem sempre foi assim. As crianças que hoje são protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), que formaliza seus direitos dentro da sociedade brasileira, já foram anteriormente na história vistas como “pequenos adultos” em algumas atividades da vida cotidiana, ao longo de todo o percurso da construção do país, participando ativamente inclusive do mundo do trabalho formal e informal. Ao longo de nossa história, o emprego das crianças, na forma de exploração ou não, esteve presente em diversos períodos históricos e contextos geográficos desta terra que viria a ser chamada Brasil, sendo problemática presente permanentemente no tempo e no espaço de algumas infâncias produzidas sócio-historicamente por aqui. Durante o período colonial, segundo Ramos (2020), crianças portuguesas já vinham para esta terra em embarcações portuguesas na condição de ‘grumetes’ (aprendizes de marinheiro). Em terra firme, crianças indígenas¹ dos mais diversos povos participavam de muitas tarefas coletivas no âmbito comunitário; depois, crianças africanas vieram escravizadas para cá. Já na República, que começava a ser engendrada, crianças pobres faziam diversos trabalhos tanto nas cidades em processo de urbanização, quanto no campo. Com a presente pesquisa, chamamos a atenção para as crianças operárias do século XX no Brasil.

No que tange à relação entre trabalho e infância na história do Brasil,

O século XX inaugura a linha de produção em série e a massiva exploração do trabalho infantil, que vai provocar mudanças estas ocorridas nas famílias e os problemas sociais e de saúde coletiva e, por outro, o surgimento de políticas públicas para a proteção de crianças e adolescentes. De uma realidade do capitalismo industrial do século XIX, onde as crianças trabalhavam por mais de 16 horas, avançamos ao final do século XX, para um paradigma de proteção integral (NASCIMENTO e PARRÃO, 2015, p.5).

¹ O termo ‘crianças’ está sendo aqui aplicado também para nos referirmos a pessoas de pouca idade dos povos originários, que habitavam o território no período colonial. Neste território onde habitavam milhares de povos originários distintos, a Igreja Católica e os Jesuítas tiveram papel determinante na difusão da noção moderna (europeia) de infância, visto sua crença no poder de conversão via educação ofertada (CHAMBOULYRON, 2020), e o investimento junto às novas gerações dos povos originários.

Quando, nesta monografia, nos referimos a trabalho de crianças indígenas ou de crianças africanas, dentro de seus povos originários e no âmbito familiar, este distingue-se do trabalho explorador via escravização, na colônia, como também, mais à frente na história quando nas repúblicas em contexto capitalista - sobre o qual realizamos nossa pesquisa.

Nas duas primeiras décadas do regime republicano tornou-se visível no mundo urbano um grande crescimento populacional, principalmente em São Paulo, no qual imigrantes, pessoas negras e pobres eram alvo de um descaso promovido pelas autoridades, permanecendo em um estado de extrema pobreza. Neste cenário de abandono é possível enxergar um mundo completo de desigualdades, na qual as realidades sociais, familiares e econômicas levavam as crianças diretamente para o mundo do trabalho, que vem tentar satisfazer a obrigação de ajudar financeiramente em casa a família, ou de buscar meios para sua própria sobrevivência. Esse aumento populacional no meio urbano e o extremo cenário de pobreza, obrigavam constantemente crianças a ocupar as ruas à procura de trabalho, gerando como consequência o aumento da criminalidade, nas quais levavam constantemente à prisão de crianças acusadas de crime de “vadiagem” (SANTOS, 2020). Para uma resolução deste problema, as autoridades tomavam como forma de prevenção o “cuidar das crianças”. Tal processo, tendo a criança entre 9 e 14 anos, consistia em, ao cometer um crime consciente, elas eram levadas para estabelecimentos disciplinares, de modo que as destinavam às indústrias onde permaneciam por um período de tempo estabelecido pelo juiz (SANTOS, 2020). Assim o trabalho forçado tornava-se uma das principais formas de castigo e aprendizagem para os pequenos que se encontravam numa sociedade em que o trabalho era visto como a melhor forma de aprendizagem, especialmente para as infâncias pobres e negras das cidades. As indústrias tornam-se, portanto, um local carregado de exploração infantil no qual o tempo das infâncias eram preenchido por um longo turno repleto de obrigações, não havendo direitos nem educação escolar, e as doenças nesses ambientes também as acometiam fortemente. Esta pesquisa, portanto, debruça-se sobre o trabalho formal de crianças nesse contexto social e histórico brasileiro.

Uma das indústrias na qual a exploração infantil predominava era a indústria têxtil, nelas as crianças trabalhavam entre adultos ocupando cargos igualitários e eram violentados diariamente pelos seus patrões ou representante dos cargos de chefia (mestre e contramestre). Moura (2020) retrata que a violência em forma de castigo corporal aplicados nas crianças operárias tinha o intuito de mantê-las “na linha”. Os maus-tratos nem sempre estiveram ligados a questões de comportamento, os castigos eram comuns no que remetia a avaliação do desempenho profissional das crianças.

É nesse mesmo século, diante das desigualdades e inconstâncias sociais, que se criam no Brasil os movimentos em favor da infância e o surgimento das leis trabalhistas favorecendo a proteção da infância.

No bojo da industrialização do Brasil, um projeto de transformação de um país eminentemente rural e de passado escravocrata em uma nação moderna e de população urbana, foi inaugurada em Alagoas a Fábrica da Pedra, do setor têxtil, em 1914, no alto sertão alagoano, povoado Pedra. A presença das crianças na história desta fábrica, enquanto trabalhadoras, é o foco de nossa pesquisa.

Em 1902 chega ao sertão alagoano Delmiro Gouveia, que se instala na cidade Água Branca. Decidido a ficar em Alagoas, Gouveia em 1903 compra uma fazenda próxima ao povoado Pedra- pertencente a Água Branca- e foi nesta localidade que retornou seus negócios. Em 1909 com ajuda de sócios estrangeiros e brasileiros, o empresário preparou seu novo empreendimento, desta vez, com apoio de capitalistas americanos, o novo empreendimento voltava-se a produção de uma hidrelétrica e a criação de uma grande empresa agrícola e industrial. Para tal empreendimento Delmiro volta seus olhos para a cachoeira de Paulo Afonso, essa localizada entre a divisa de Alagoas e Bahia, e como quem nada queria, o empresário consegue comprar as terras ao redor da cachoeira, ganhando acesso a ela. Para seu investimento dar certo, Gouveia necessitaria do apoio de Pernambuco, desta forma em 1910 o empresário tenta um entendimento com o governo pernambucano para obter autorização para a passagem de fios e redes de energia pelo Estado de Pernambuco, porém o entendimento entre o governo pernambucano e Delmiro Gouveia não aconteceu, sobrando apenas o “não”. Com a resposta negativa, os sócios americanos abandonam os negócios com Delmiro, mas este não desiste e toca em frente seu plano de produzir energia, indo atrás de novos sócios, assim conseguindo a criação de uma usina em 1913, e como ramificação desta usina, foi planejado a criação de uma fábrica de linhas, com intuito de formar um núcleo fabril.

A criação dessa indústria causou grande impacto na vida dos sertanejos, proporcionando uma fonte de renda e melhorias de qualidade de vida para muitas famílias, amenizando as dificuldades financeiras de boa parte da população com o quadro de pobreza que cercava o sertão. Poucos não foram os sertanejos que buscaram no núcleo fabril uma melhor qualidade de vida para si e para sua família. Entre esses operários encontravam-se os pequenos trabalhadores, aquelas crianças que em busca de dinheiro passavam a sua infância prestando serviços para a indústria.

Reconhecemos o papel da Fábrica da Pedra para a história do sertão nordestino como um todo e para o povoado Pedra, nomeado assim à época, e atual cidade de Delmiro Gouveia nomeada assim posteriormente em homenagem ao industrial, localidade onde está hoje o Campus do Sertão da UFAL (Universidade Federal de Alagoas). Por meio de nossa participação no GLEI (Grupo de Leitura em Estudos da Infância), subgrupo de infâncias do NUDES (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Diversidade e Educação no Sertão alagoano), tomamos conhecimento de pessoas idosas que, quando crianças, trabalharam de algum modo na Fábrica da Pedra, ao longo do século passado. Entendendo que a Fábrica também utilizava do trabalho infantil, buscamos com essa pesquisa reconstruir a história dessas crianças operárias, almejando seu reconhecimento social dentro dessa indústria. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é entender, de forma historicamente situada, a relação entre infância e trabalho, por meio do caso de crianças que trabalharam na Fábrica da Pedra, visibilizando, simultaneamente, essas infâncias e esses trabalhadores.

Como objetivos específicos, compreendemos as especificidades do trabalho executado por crianças menores de idade na Cia. Agro Fabril Mercantil (Indústria de Tecidos da Pedra) e os impactos do trabalho industrial durante a infância; contextualizando perante a legislação pertinente sobre a questão trabalhista e o direito das crianças; conhecemos as questões socioeconômicas interligadas ao trabalho infantil na indústria no sertão alagoano por parte dos entrevistados: como as relações familiares influenciaram as infâncias dos pequenos operários, quais foram os motivos que os levaram a procurar emprego na Fábrica da Pedra etc.; conhecemos a relação trabalho e escola por meio das experiências e memórias das crianças trabalhadoras com a educação escolar.

Com intuito de satisfazer o objetivo geral e os específicos da pesquisa, recorreremos a relatos orais de memórias de idosos que um dia foram essas crianças, para compreender suas perspectivas e refletirmos sobre a relação mais ampla entre trabalho e infância.

Para obter um entendimento sobre a realidade vivenciada pelas crianças no período em que trabalharam na Fábrica da Pedra, fomos atrás das memórias dos idosos que foram crianças operárias. Entendemos que os idosos tinham muito a contribuir com seus relatos, e compreendemos a importância da sua memória como acervo de uma riquíssima fonte oral, que reconstrói um passado no qual nos mostra divergências e permanências com o tempo presente. Bosi, ao retratar a importância do velho, relata:

Por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. (BOSI, 1979, p.18).

As lembranças que esperam o momento próprio para serem expressas, muitas lembranças são confinadas durante muito tempo, e às vezes para ser retratada é necessário somente uma escuta. As entrevistas de história oral nos permitem encontrar documentos de outra natureza que se voltam a acontecimentos poucos conhecidos ou esclarecidos, como destacado por Alberti (2005), a história oral é caracterizada por recuperar e interpretar o passado através de visões de mundo e experiência de pessoas que viveram e testemunharam tais acontecimentos. Mas não podemos considerar os relatos compartilhados em entrevistas como uma verdade inquestionável, pois assim como qualquer outro documento, a memória é algo socialmente construído. Pollak (1992), ao falar da memória destaca que a memória é algo relativo, nem tudo fica guardado, neste sentido, entendemos que a memória não preserva todo um passado, desta forma o silêncio, os esquecimentos podem ser tão significativos quanto as lembranças. Pollak (1889) aborda que as dificuldades e bloqueios que surgem durante entrevistas raramente resultam de esquecimento, mas sobre uma reflexão da própria utilidade de transmissão de um passado. Os relatos dos entrevistados em algumas circunstâncias podem não ser verdadeiramente idênticos aos acontecimentos do seu passado, pois uma história relembada não é a representação exata de um passado, porém, trazem aspectos destes.

Complementarmente, adotamos análises de documentos, mais detalhados no capítulo de método, intitulado ‘Procurando as crianças trabalhadoras da Fábrica’. Esta monografia conta também a seguir, com um capítulo de revisão bibliográfica, no qual retomamos parte da história das crianças no Brasil e sua relação com o trabalho. Depois, apresentamos também o trabalho de campo realizado, no capítulo ‘Tecendo a pesquisa’. Nossas análises são expostas em outro capítulo, intitulado como esta monografia. Ao final, nossas considerações.

2. CRIANÇAS E TRABALHO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Ao tratarmos de crianças que trabalharam no Brasil, estamos falando de um assunto referente a um longo contexto histórico. O país assistiu ao longo da sua história um extenso de exploração da mão de obra humana, a qual foi responsável pela promoção da economia brasileira. Entre os (adultos) trabalhadores, encontrava-se também crianças as quais eram exploradas diariamente. Para entendermos a relação desses pequenos e trabalho vamos mergulhar na história das crianças brasileiras, especificamente as que vinham em condição de trabalhadoras nas embarcações portuguesas, as indígenas, negras e as que trabalharam nas fábricas durante a primeira república. Assim, buscamos compreendermos as origens do trabalho infantil no Brasil.

A história do trabalho de crianças no território brasileiro começa quando essa terra ainda não estava à vista aos portugueses. No alto mar nas embarcações portuguesas, que se direcionaram ao que vinha ser o Brasil, pequenas crianças portuguesas trabalhavam – o que teve continuidade durante todo o processo de ocupação e colonização que iniciava-se em 1530. As embarcações europeias que atravessavam o Atlântico carregavam consigo os seus costumes de exploração, os quais os portugueses implantaram nos territórios Brasileiros. Embarcando no mundo colonial, voltamos para o oceano, para as embarcações portuguesas onde estavam presentes os grumetes e pajens, crianças que embarcavam como trabalhadoras nos navios portugueses.

A falta de trabalhadores adultos para prestar serviço nos navios portugueses ocasionou no recrutamento de órfãos desabrigados e de famílias de pedintes. Era entre os órfãos e as famílias necessitadas que se encontrava as crianças entre nove e dezesseis anos para servir como grumetes nas embarcações (RAMOS, 2020). O recrutamento representava para algumas famílias carentes uma forma de conseguir aumentar a renda familiar e ter uma boca a menos para alimentar, pois quando alistavam seus filhos entre a tripulação, os pais recebiam um valor pelo trabalho dos mesmos, esse sobrevivendo ou não. As crianças judaicas também foram alvo dos recrutamentos, porém, essas diferente das carentes que eram enviadas pelos pais, os pais das crianças judaicas possuíam bens para viver, não depositando nenhum intuito de entregar seus filhos para prestar serviços nas embarcações. Os métodos utilizados para o recrutamento dos pequenos judeus para servir de grumete vinham através dos raptos, nos quais eram arrancadas à força dos seus pais. De acordo com Ramos (2020), esse método de sequestrar

crianças judias significava um meio de obter mão de obra, como também manter sob controle o crescimento da população judaica em Portugal.

O cotidiano dos grumetes nas embarcações portuguesas não lhes promovia nenhum tipo de proteção.

Recrutados entre as famílias mais pobres de Portugal, aos grumetes cabia realizar diversos trabalhos nas naus. Muitas vezes alojados a céu aberto, com uma porção alimentar de baixa qualidade e escassa, castigados constantemente por outros tripulantes, assolados por doenças, essas crianças eram as que mais sofriam no duro trabalho de seus cotidianos (LOPES, 2008, p.66)

Essas crianças eram jogadas à própria sorte, não contando com nenhum tratamento diferenciado se comparado aos adultos explorados. Os grumetes que prestaram grandes serviços e realizavam uma cansativa jornada de trabalho eram constantemente desvalorizados, recebendo sempre as piores condições, tendo uma alimentação precária com alimentos em alto grau de podridão e em pouca quantidade. Sua desvalorização era tão grande que, diferentemente de outros trabalhadores das embarcações que tinham direito à cama, os pequenos trabalhadores eram alojados no convés, dormindo ao relento junto com os doentes. Várias crianças devido às suas precárias condições adquiriam doenças e vinham a falecer. Esses ainda eram castigados por chicotadas e eram acorrentados caso ocorresse desobediência ao oficial.

Crianças tratadas como adultos, sem direitos, qualidades, sendo explorados e jogados à sorte, realidade na qual essas estavam cansadas. Na carta de Pero Vaz de Caminha há curtos relatos sobre fuga dos grumetes após a parada das embarcações:

Creio, Senhor, que com estes dous degradados, que aqui ficam, ficam mais dous grumetes, que esta noute se saíram desta nau, no esquife, em terra fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prezendo a Deus, fazemos daqui nossa partida (CAMINHA, 1500, p. 23-24).

As fugas nas terras desconhecidas pareciam para essas crianças uma solução do que continuar no seu martírio diário dentro das embarcações portuguesas. Tentar a sorte ao desconhecido também pode nos mostrar como as crianças, mesmo tendo em suas vidas a implementação do mundo do trabalho, das obrigações que os faziam incorporar ao mundo adulto, quando encontram-se com a possibilidade de mudança, de se libertar da sua realidade dentro das embarcações, os grumetes as agarram para obter uma vida liberta.

A segunda categoria de crianças que embarcavam em condição de trabalho era os pajens, aqueles que tinham a mesma faixa etária dos grumetes, mas embarcavam como os

pajens da nobreza. Esses também recrutados, sendo parte de família pobre, mas a maioria vinha de famílias medianas do mundo urbano ou de famílias que tinham proteção da nobreza; pois embarcar um filho nas embarcações em condição de pajens era a maneira de colocá-los para obter uma ascensão social (RAMOS, 2020). Seu cotidiano nas embarcações era menos árduo do que o dos grumetes, pois o serviço prestado servindo a nobreza era mais leve, como: servir a mesa dos oficiais, arrumar camas e camarotes. Esses pequenos eram responsáveis por providenciar o conforto para os oficiais.

Por ocupar uma posição a serviço da nobreza, essas crianças estavam na hierarquia dos trabalhadores, podendo chegar a ocupar cargos na marinha, porém tal posição não lhes garantia segurança nas embarcações. Segundo Profice e Santos (2017) os pajens, mesmo não sofrendo grande quantidade de castigo físico, também não escapavam dos estupros e pedofilia. Os pajens, mesmo obtendo condições melhores nas embarcações, e obtendo mais privilégios que os grumetes, também nos parecem vivenciar uma realidade exploratória – como várias formas de trabalho no mundo colonial. Os pequenos trabalhadores que embarcavam sejam como grumetes ou pajens das embarcações portuguesas eram introduzidas como adultos em corpo de crianças, essas aguentando fardos nos quais não eram propícios para suas idades, esses serviram de objetos para a burguesia² portuguesa.

Em terra firme, os portugueses continuaram sua exploração, mas agora sua cultura exploratória recai sobre outras culturas, dos povos originários indígenas, no qual veremos que as crianças que eram livres passaram a ser escravas de um sistema burguês trazido pelos portugueses.

O contato de dois grumetes com crianças indígenas, após suas fugas das embarcações portuguesas, nos mostra como a criança indígena tupi tinha uma realidade de infância muito diferente do que se encontrava na Europa. Profice e Santos relatam o encontro de crianças grumetes com as indígenas tupis, no qual os primeiros passavam a conhecer um pouco da cultura indígena:

Foi neste momento que eles perceberam que ao saírem da mata de mãos dadas com os meninos e meninas daquela terra eles deixaram de serem grumetes e se tornaram kunumys. Aqui os kunumys brancos se deparam com um mundo sem rei, mas com lei e com fé. Sua lei era a de que todos os seres vivos compartilhavam da mesma

² Este sim se aproximavam da infância moderna. A obra "História Social da Criança e da Família", de Philippe Ariès, é considerada uma das principais referências na história da infância. Em sua pesquisa, Libardi (2016) examina diversas perspectivas de autores historiadores medievalistas que criticam a aplicabilidade da história de criação do *sentimento de infância* (feita por Ariès) para contextos não contemplados pelo autor. Embora a obra seja influente, não trata das condições ou do lugar social da infância no contexto do Brasil sob colonização.

existência e sua fé a de que as forças da natureza comandavam todas as formas de vida. Na verdade, a sua fé estava em todos os lugares, circulava pelo meio da mata e se estendia por mares e colinas. Os seres com quem compartilhavam a vida, os animais, as plantas e os rios, o sol, as estrelas e o vento, eram eles os testemunhos de sua fé que os incluía também entre eles, aliás, nunca os havia separado. A lei era aquela que regia todos os seres vivos, respeitados em sua natureza e em sua plenitude. As crianças, seres vivos da sua própria cultura não deviam em modo algum sofrer constrangimento ou contrariedade, quanto mais trabalhos e esforços além de sua capacidade. As crianças devem ser livres na natureza, elas devem aprender com a observação de seus movimentos e quietudes, de seus sons e odores, de suas texturas e cores (PROFICE e SANTOS, 2017, p. 319).

As crianças indígenas, antes do contato com os colonizadores, vivenciavam um estilo de vida livre, no meio de povos que as reconheciam como indivíduos de importância, tendo essas o reconhecimento de suas fases da vida dentro de um sistema cultural que não lhes aprisionava. Sua cultura fornecia uma forma da participação infantil em atividades do cotidiano como meio de preparação para a vida adulta. De acordo com Altman (2020), atividades como a caça, a pesca, construções de canoas, entre outras atividades, eram comuns no cotidiano da criança indígena do sexo masculino, enquanto as meninas destinavam seu aprendizado para as plantações, colheitas, entre outros. Esses trabalhos consistiam na aprendizagem da sua cultura que não os faziam explorações.

O contato dos indígenas com os colonizadores traz grandes transformações para a cultura dessas crianças e de suas etnias. No início do século XVI, em trocas de objetos sem valores, as crianças indígenas do litoral ajudavam seus pais a erguerem as primeiras vilas e a retirar o pau-brasil, trabalhando para os colonizadores. Nascimento e Costa (2016) retratam que o escambo entre os povos originários e os portugueses foi um trabalho de forma aceitável o qual permaneceu até o momento que os colonizadores introduzem horários na agricultura; como os indígenas não aceitaram, passando a recusar os objetos fornecidos por Portugal e cortando as relações de trabalho. É nesse momento que se aplica a escravidão indígena, carregada de conflitos entre colonizadores e povos originários, em que portugueses passam a realizar cruéis medidas de controle; indo de uma vigilância constante a prisões, não se preocupando com as crianças. Foi durante esse processo de escravidão que muitos indígenas fugiram para a mata e outros procuraram os padres jesuítas. De acordo com Chambouleyron (2020), muitos indígenas entregavam seus filhos aos padres com desejo que esses educassem seus filhos dentro da Igreja e da cultura portuguesa; assim nesse caso, como forma de sobrevivência, o ensino significaria o estabelecimento de uma aliança entre esse pais e os padres, mas que revelava uma outra dimensão da evangelização ao gentio. Entregue aos padres, as crianças passavam pela introdução de um ofício, pois entendiam o trabalho como condição de dignidade, ou o caminho para a salvação. Desta forma, as missões jesuítas contavam com o trabalho de várias crianças,

principalmente quando estas ultrapassam os sete anos de idade (CUSTÓDIO e VERONESE, 2009).

A escravidão indígena se consolidou de forma significativa em meados do século XVI, quando os colonos passam a necessitar de mão de obra para a produção do açúcar. Neste sentido, Nascimento e Costa (2016) colocam que as principais atividades econômicas do Brasil Colônia, seja esse na agricultura ou mineração, teve em seu desenvolvimento a mão de obra infantil de crianças originárias, a qual era explorada nas lavouras de cana-de-açúcar, milho e tabaco, além de servirem de vendedores ambulantes nas vilas e empregados domésticos. A cultura indígena era incompatível com a exploração imposta pelos portugueses, pois seu costume era fazer somente o necessário para a garantia da sua subsistência, assim não compartilham da noção europeia de trabalho contínuo. É através da introdução de novas populações escravizadas (os negros africanos), para acelerar o processo de produção, que vemos uma nova categoria de trabalho de infantil chegando ao Brasil: a mão de obra de crianças negras, essas também em condições de escravidão.

A história dos pequenos escravizados começa, antes de tudo, com o tráfico, que modificou por completo suas vidas e a história dos seus povos de origem. O tráfico de crianças para exploração em regime de escravidão no Brasil sempre esteve presente pela ação dos colonizadores portugueses, principalmente no período colonial. De acordo com Gutiérrez (1989), o número de crianças vindas ao Brasil através do tráfico no processo de escravização era inferior ao número de adultos, fato que ocorria por alguns motivos, como por exemplo: o elevado custo dos transportes que tornaria cara demais a importação desses indivíduos, levando em consideração seu baixo custo de venda e a fraca demanda da sua mão de obra no mercado brasileiro. Porém, o fato das crianças não corresponderem ao mesmo número de adultos nos tráficos não significa que as mesmas não possuíam importância no comércio. Os pequenos, sobretudo com mais de cinco anos (idade a partir da qual a taxa de mortalidade caía consideravelmente), passavam a ser adquiridas por pessoas remediadas, por ter um preço inferior e ser uma perspectiva de venda futura, ou pela possibilidade de iniciar desde cedo a aprendizagem de alguma profissão (ROSSINI, 2019).

Nas embarcações, as crianças vinham em navios que transportavam cerca de 61 a 100 crianças simultaneamente. Ao serem capturadas, essas diferentemente dos adultos (que iam presos em correntes) viajavam soltas perto das suas mães, e ao entrar a bordo acompanhavam as mulheres grávidas permanecendo alojadas em um pavimento exclusivo

(GUTIÉRREZ,1989). Ao chegar em terra brasileira, a realidade dessas crianças era de escravidão e de inserção em um cotidiano cultural completamente diferente dos de África. Os senhores não depositavam a mínima preocupação para com a sobrevivência dos filhos dos escravos, pois o principal objeto de investimento senhorial eram as mulheres escravas, não os seus filhos. O número de mortes dos pequenos escravizados era extremamente alto, como relatam Santos, Milani, Perez (2019). A sobrevivência dos filhos dos brancos já era algo desafiador, e a sobrevivência das crianças negras e escravizadas era algo bastante improvável diante das condições insalubres e violentas de vida, alimentação etc. Os pequenos negros sobreviventes cresciam ao redor da casa grande e, ao alcançar idade suficiente para tarefas eram encarregados de serviços menos pesados, como carregar alimentos, dar recados, ajudar no preparo da alimentação (VALENTIM, 1990).

O aprendizado da criança negra era refletido de acordo com o preço que alcançava no mercado de venda de escravizados (GÓES e FLORENTINO, 2020). Por volta dos quatro anos o mercado ainda pagava por uma aposta contra a mortalidade infantil, mas os filhos dos negros escravizados ao iniciar-se nos trabalhos leves, como servir, lavar, engomar, passar, reparar sapatos e pastorear, fazia com que seu preço crescesse. Com 11 anos de idade, os pequenos iam compondo seu tempo com trabalhos mais intensivos, visto que para o senhor o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia (colonial). Aos 14 anos as atividades desenvolvidas eram as mesmas dos escravizados adultos (GÓES e FLORENTINO, 2020).

A fase infantil de uma criança escravizada pouco importava para os colonizadores, pois elas eram tratadas como “bichos de estimação” de propriedade da família, na qual a senhora como um ato de “bondade” dava restos de alimentos, e dentro da casa grande serviam de entretenimento, esse deveriam servir como uma sombra, uma presença insignificante (VALENTIM, 1990). Os filhos dos senhores de engenho aprendem desde pequenos a maltratar os negros. Aos olhos das pessoas livres os maus tratos aos pequenos negros tratava-se apenas de uma brincadeira, não de uma das várias violências impetradas às gerações mais novas de africanos (GÓES e FLORENTINO, 2020). Era deste modo que as crianças escravizadas compreendiam o lugar reservado a si e ao seu povo naquele sistema. Desde aqui já é possível compreender que a noção de infância engendrada na história do Brasil é atravessada pela desigualdade (da colonialidade e do racismo), porque desde lá a população de crianças é tratada de forma cindida internamente: grande parte daquelas crianças da colônia (as escravizadas e as

indígenas³) não gozavam nem do reconhecimento da própria humanidade, nem tão pouco da sua infância perante os mais velhos e o Estado; enquanto as brancas se aproximavam mais de tal reconhecimento (LIBARDI e CASTRO, 2018).

Em 1871 surge a lei do ventre livre, nesse período os pequenos escravizados eram vistos como as salvadoras das faltas de braços para o trabalho agrícola, atendendo o processo da transição da mão de obra escrava para a livre. Com a lei do ventre livre, as crianças passam da condição de propriedade dos senhores de suas mães, para a condição de libertos conquistada juridicamente, sua “liberdade” viria após os oito anos completos quando deixava o poder dos proprietários das suas mães (MOURA, 2010). Ao completar os oito anos de idade, a criança poderia permanecer com o senhor da sua mãe ou ser entregue ao Estado. Chegando a ficar com o senhor, essas trabalhariam para o mesmo até alcançar a idade de vinte e um anos. Caso fosse entregue ao Estado, esse era responsável pelo destino das crianças, e o senhor, ao entregar os filhos das escravas recebia de indenização 600 mil réis. De acordo com Perussatto (2013), grande parte dos senhores optou por usar o serviço dos pequenos, pois quando passavam a ser seu tutor, os senhores usavam a força de trabalho sobre seu domínio, tendo em vista que com oito anos de idade já prestava serviços, sem contar que o senhor teria mais treze anos de serviço gratuito. A lei do ventre livre não acabou com a escravidão das crianças, nem tão pouco o trabalho das mesmas chegou ao fim após a abolição da escravatura, em 1888. Os pequenos “desvalidos” - sejam negros, indígenas, imigrantes e/ou pobres - continuaram trabalhando, porém com a chegada da república, partem para ocupar outras funções, agora as fábricas.

As duas primeiras décadas do regime republicano representaram um período único para a história da urbanização e industrialização brasileira. O fim do sistema escravista e a entrada de imigrantes acabou resultando em uma transformação no quadro social das áreas urbanas, e nestes momentos as cidades passam por um grande crescimento populacional, acompanhada pelo crescimento industrial. Junto com a modernização, a desigualdade social cresceu consideravelmente, como também o descaso das autoridades com a população pobre, que gerou por consequência, a criminalidade. Foi também neste período que o abandono de crianças tornou-se uma prática comum, influenciando ainda mais a permanência dessas nas ruas. Santos (2020) relata que muitas crianças praticavam atividades ilegais nas ruas para obter sua

³ Sobre essas, ainda há muito a ser conhecido a respeito do lugar social e do tratamento de diferentes etnias de povos originários para com suas novas gerações, de modo que ainda se coloca como objeto de reflexão a adequação de falar-se em *infância* (criada na Modernidade e difundida no Brasil via colonização com os jesuítas) entre os povos originários naquele contexto.

sobrevivência, desta forma o roubo, prostituição, furtos e a mendicância tornaram-se formas de os pequenos sobreviverem e ajudarem suas famílias. Ao ocuparem as ruas atrás do seu sustento esses passaram a ser vistas socialmente como “vadios”, como explica Linhares (2016): o século XX foi visto como uma tentativa de disciplinar as crianças que viviam nas ruas fazendo medo, tirando a paz social, pois estas eram “perigosas”, e sem distinção de gênero passam a ser fiscalizadas pela polícia da cidade, e quando capturados eram “educados” através do trabalho.

O setor têxtil foi um dos setores das fábricas onde havia uma maior concentração de crianças trabalhando. As fábricas de tecidos exigiam agilidade e delicadeza no trato da matéria-prima e agilidade no trabalho com as máquinas, e era assim que as mãos infantis eram essenciais no ramo industrial (PIRES e FONTES, 2020). Esmeralda Moura, ao falar do cotidiano dos pequenos operários nas fábricas paulista, aborda que a realidade que ocupavam dentro da indústria era de locais de extremo improviso, a iluminação e ventilação se faziam insuficientes e as condições de segurança eram precárias, fazendo com que várias crianças sofressem acidentes. Além de acidentes sofridos mediante a realização do trabalho, essas também passavam por diversas violências e maus-tratos por parte dos patrões que ocupavam cargos de chefia. As violências realizadas contra os pequenos trabalhadores tinham o intuito de mantê-los na “linha”, como também se fazia comum castigos pelo seu baixo desempenho no trabalho (MOURA, 2020). A entrada das crianças no mercado de trabalho efetivou um grande anseio ao empresariado, pois estes ao investirem na mão de obra infantil conseguiam uma redução de custos da produção aumentando o acúmulo do capital, e desta forma, os pequenos recebiam um baixo valor pelo seu trabalho e produziam a mesma quantidade que os adultos, deste modo, muitas indústrias possuíam máquinas adaptadas para as crianças produzirem ainda mais (MARQUES, 2003). A quantidade da mão de obra infantil em fábricas era tão alta que esses pequenos trabalhadores representavam concorrência para a mão de obra adulta, pois dentro da indústria muitas crianças estavam empregadas enquanto fora desses muitos adultos encontravam-se desempregados.

A jornada de trabalho realizada era longa, chegando de 12 a 14 horas diárias, podendo chegar a ir além desse horário devido às exigências de produção. De acordo com Pires e Fontes (2020), era necessário fazer o trabalho extraordinário que contava a partir das horas regulamentares de serviço e exigia que mulheres e crianças trabalhassem durante o horário noturno. Mesmo trabalhando como adultos, os pequenos operários recebiam salários inferiores, aproximando seu rendimento um pouco mais do salário feminino e sendo distanciado significativamente do valor do trabalho masculino. Moura (2020) aborda que os salários eram

pagos de acordo com a idade, sendo os mais novos recebedores de pagamentos insignificantes. Ainda mais quando tratavam-se de aprendizes, tendo em vista que, em nome da oportunidade de adquirir habilidades de uma profissão, não recebiam salário, passando a ser a categoria mais explorada entre os trabalhadores. O trabalho dessas crianças nas fábricas durante a primeira república é o reflexo dos baixos padrões de vida das famílias operárias no país.

Estar trabalhando nas fábricas não tornava a sociabilidade dos pequenos operários igual à dos adultos. Com uma longa jornada de trabalho diária, esses durante seu horário de trabalho praticavam diversas brincadeiras, transformando diversos objetos (produtos produzidos ou ferramentas) em brinquedos, entregando-se às diversões. Porém, esses atos não eram permitidos; as crianças quando pegas em diversão chegavam a sofrer agressões por parte dos superiores (MOURA, 2020).

A falta das condições de salubridade dentro das fábricas fazia com que muitas crianças e até mesmo adultos ficassem doentes. Em grande parte do tempo, os operários ficavam amontoados entre as máquinas, em um ambiente sem higiene, com pouco ar e iluminação. A grande jornada de trabalho e o esforço contínuo dos pequenos operários também compromete sua saúde (MOURA, 2020). Toda exploração e má qualidade de trabalho eram reivindicadas através de greves. Pires e Fontes (2020), no contexto dos pequenos operários das indústrias do Rio de Janeiro, destacam que estes tinham participação ativa durante as paralisações, pois mantinham consciência das explorações que sofriam. O movimento anarquista foi um importante movimento na luta contra a exploração da mão de obra dos pequenos trabalhadores. Os anarquistas faziam denúncias e alertavam sobre as condições de trabalho, como também lutavam pelos direitos dos trabalhadores (PASSETTI, 2020).

Em Alagoas, as primeiras indústrias têxteis começam a aparecer no final do século XIX para o início do século XX, seguindo a implementação e expansão das indústrias brasileiras. Muitas fábricas de tecidos em Alagoas contavam com um operariado composto por homens, mulheres e crianças. Entre as primeiras fábricas têxteis nessa região esteve a Fábrica da União Mercantil, a qual dez anos antes da abolição da escravidão contava com a mão de obra de 74 trabalhadores, entre eles 12 aprendizes e 9 crianças órfãos (ADERNE e HADDAD, 2023). Algumas fábricas alagoanas eram compostas por um núcleo fabril ou uma vila. No Brasil a partir da segunda metade do século XIX, foi difundida em larga escala a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleo fabril em áreas rurais, essas criadas por grupos estatais e privados pelo menos até a década de 1980. Os núcleos fabris foram equipamento de

arregimento, controle e fixação de trabalhadores. A emergência da criação de núcleos fabris coincide com o momento que as indústrias buscavam retirar a mão de obra de outras atividades para captar essas pessoas como suas trabalhadoras, transformando-lhes em operários submetidos ao regime e autoridade de um industrial (CORREIA, 1998).

No alto sertão alagoano, na vila da Pedra, a Companhia Agro Fabril Mercantil foi um exemplo na indústria têxtil de como funcionava um núcleo fabril na primeira metade do século XX no Brasil. Em 1914, o empresário cearense Delmiro Gouveia inaugurava uma fábrica de linhas e acompanhava um núcleo fabril que continha casas, escola, e prédios destinados a bailes, cinema, pista de patinação, moradia, entre outros. Era neste local que o patrão Delmiro controlava a vida de seus operários, entre eles crianças, impondo-lhes regras diversas (dentro e fora da linha de produção) e também atos violentos como forma de punição; afinal o maior objetivo com o núcleo fabril era justamente controlar a vida dos moradores. Cavalcante (1998) retrata o domínio que Delmiro mantinha sobre seus operários e destaca que toda autoridade do patrão denotava uma conduta como se estivesse guiando um rebanho que precisava ser conduzindo com dureza.

Com a inauguração da usina hidrelétrica de Angiquinho e a Fábrica de linha da Pedra, o emprego da mão de obra sertaneja começou a ser atribuída à figura do empresário Delmiro Gouveia por diversos anos. A fábrica tinha um bom funcionamento e rendimento. De acordo com Silva e Corrêa (2017) entre os anos de 1920 a Fábrica de linhas da Pedra chegou a contratar 800 a 1000 operários, chegando no ano de 1922 a ser uma das quatro fábricas que mais empregava em Alagoas. Passando sua boa fase de produção e lucratividade, a Fábrica da Pedra passa a ter dificuldades devido à concorrência com a empresa estrangeira Machine Cottons, chegando a ser vendida em 1927 para a firma pernambucana Menezes Irmãos e Companhia, que com a Grande Depressão em 1929 chega a ser vendida seus maquinários mais modernos para a fábrica Machine Cottons, em São Paulo (SANT'ANA, 1996). Em relação aos maquinários antigos da Fábrica da Pedra, estes foram destruídos e jogados no Rio São Francisco. Em 1933, a Fábrica passava a funcionar 24 horas por dia, produzindo tecidos, fios de redes, que eram comercializados regionalmente, e os fios da tecelagem vendidos para o Sul do país. No ano de 1934, a Fábrica de linha da Pedra contava com 500 operários. Novas formas de administração passam a vigorar em 1941 em decorrência dos bons preços consecutivos à Guerra Mundial, que gerou aumento no salário dos funcionários (CAVALCANTI, 1998). Apesar de todos os altos e baixos ao longo dos anos de funcionamento, a Fábrica da Pedra. Em

1956, existia 106 pequenas fábricas de rede, onde o município Delmiro era o maior produtor do Estado de Alagoas (SILVA e CORRÊA, 2017).

Assim como várias indústrias brasileiras, a Fábrica da Pedra também manteve seu funcionamento durante muitos anos contando com a mão de obra infantil, cenário que no Brasil só vai ser modificado através das lutas de diversos movimentos em favor do reconhecimento social das crianças e do fim da exploração dessas mesmas, como seres em desenvolvimento e público-alvo de proteção especial; mas este cenário não modifica-se de forma imediata, o reconhecimento da infância percorreu um longo processo histórico, e é este processo que veremos a seguir.

2.1. O processo legal para o reconhecimento de direitos para a infância

Quando se trata dos direitos das crianças no Brasil, estamos falando de um longo percurso carregado de lutas. Antes de 1990, quando se instaurou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vemos um amplo percurso jurídico de formalização de diversos documentos, que tratavam especificamente da criança, mas que de fato não reconheciam as mesmas como detentoras de proteção e direitos especiais. É interessante refletirmos sobre a forma que elas eram representadas na história brasileira, pois essa trajetória da constituição de uma legislação específica para as crianças reflete a visão socialmente compartilhada dos pequenos no meio social ao longo do tempo.

“Menor” e “menor de idade”, palavras que hoje para alguns têm o mesmo significado, ambas referindo-se às crianças, e sim, refere-se, mas os significados jamais serão os mesmos. “Eles são menores de idade juridicamente, independentemente da procedência da classe social e são “menores” quando procedentes dos estratos mais baixos da hierarquia socioeconômica (PASSETTI, 2020, p. 357)”. Até a criação do ECA, o termo “menor” era bastante utilizado principalmente no período republicano, para referir-se às crianças pobres; em sua maioria negras. Ao tratar de igualdade entre as crianças, nem sempre a sociedade brasileira nem o Estado cumpriram bem o seu papel - esse fazia dos “menores” um objeto de poder, utilizando-os diversas vezes como meio para o crescimento do capital. Fruto da visão das classes dominantes, os “menores” não possuíam os mesmos privilégios dos filhos dos ricos e eram mal vistos na sociedade.

Foi no século XX, no período republicano, que uma nova fase de modernização da sociedade brasileira se iniciou, ela trouxe para o Brasil uma grande perspectiva em relação ao

moderno e ao desenvolvimentismo, processos que na realidade se apresentaram carregados de desigualdades e pobreza: uma sociedade com sua maioria popular composta por negros e pobres, sem estabilidade financeira e que não foram integrados aos planos republicanos das melhorias da modernização. Nesse cenário em que se encontrava o Brasil, vemos crianças pobres sem uma estrutura familiar, sem posses e que trabalhavam para obter seu sustento ou ajudar sua família. Passetti (2020) coloca que o século XX trata-se de um período da história onde o Brasil, supostamente em nome da preservação da “ordem social”, tinha a necessidade de “integrar” à sociedade crianças e jovens pobres por meio do trabalho. Essa integração através do trabalho levou diversos pequenos ao trabalho legalizado coberto pelas leis da época, o que veremos a seguir.

Estando cientes que socialmente os filhos dos pobres eram mal vistas, partimos para mais um princípio importante para entendermos o surgimento dos direitos das crianças, voltado ao significado das mesmas no campo jurídico. Diniz, Camurça e Neto (2018) destacam que, antes da Constituição de 1988, crianças e adolescentes eram percebidos constitucionalmente, mas como objeto de tutela, não como sujeitos de direito. Foi estabelecido no Brasil uma doutrina da situação irregular que tinha como foco (apenas) os pequenos que viviam em irregularidade. Com o amparo dessa doutrina, formalizou-se no Brasil os dois Códigos de Menores, as primeiras legislações específicas voltadas para crianças e adolescentes pobres, em situação de abandono e de rua, os “menores vadios”, “menores infratores” ou “menores perigosos”. A cultura menorista vai tomar conta da legislação brasileira à época, e marca tais legislações pioneiras relativas à infância brasileira.

Simultaneamente, foi se fortalecendo na sociedade os debates em relação à necessidade da realização de uma organização da força de trabalho. Os discursos do fim da escravidão remetiam ao fim da alta jornada de trabalho e melhorias nas condições do mesmo, porém, com a industrialização brasileira no final do século XIX, houve a necessidade no meio social de se debater uma organização que fosse capaz de organizar a força do trabalho no Brasil. De acordo com Barbosa (2015) foi a partir desses debates que surgiu o desejo de se regularizar, principalmente o trabalho dos menores e de mulheres, suposto a “fragilidade” de ambos os grupos na corrente de produção.

A conjunção da industrialização e da urbanização na primeira república (1889-1930) causou o crescimento dos números de crianças que trabalhavam nas ruas, oficinas e indústrias, transformando-as em um problema social. Mantendo o foco nas crianças operárias, observamos

que um dos primeiros decretos que tratou do trabalho destas especificamente dentro das indústrias tratou-se do decreto 1.313, de 17 de janeiro de 1891, idealizado por José Cesário de Faria Alvim (BARBOSA, 2015). Esse decreto foi durante muitos anos a primeira lei que legalizou o trabalho de crianças dentro de indústrias, oficinas e fábricas da Capital Federal.

Com a grande demanda de trabalho para as pequenas mãos infantis nas fábricas e indústrias, Faria Alvim buscou regulamentar o trabalho dos menores nas cidades da Capital Federal. Um ponto importante do decreto é a regulamentação das idades mínimas para adentrar nas indústrias, fábricas e oficinas; através das idades que era estabelecido o tempo de o trabalho entrar na vida do menor.

Menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 anos só podiam trabalhar no máximo sete horas não consecutivas por dia. Já os menores do sexo masculino de 14 a 15 anos poderiam trabalhar nove horas por dia, também não consecutivas. Além dessas faixas etárias, que ganhavam remuneração pelo serviço prestado, havia as crianças aprendizes, permitidas para trabalhar nas fábricas de tecidos, tendo como idade entre 8 e 10 anos, trabalhando durante três horas, e as crianças entre 10 e 12 anos durante quatro horas, tendo no primeiro caso interrupção de intervalo por meia hora, e no segundo uma hora de interrupção - de acordo com o artigo 4º do Decreto 1.313 de 1891.

O decreto também estabeleceu que as atividades prestadas pelos menores não poderiam ser quaisquer atividades, pois não poderiam lhes causar riscos de vida; e que deveriam exercer atividades de acordo com suas condições física e intelectual, embora questionamos o que exatamente era entendido à época por adequação entre as tarefas laborais na indústria e as possibilidades dos menores de dada idade. De modo geral, atividades como limpeza, trabalho em máquinas em movimentos, trabalho ao lado do volante, ou qualquer outro trabalho que exija esforço físico não era permitido formalmente.

Sobre a fiscalização imposta pelo decreto dentro dos estabelecimentos, Barbosa (2015) aponta que as fiscalizações para controle das crianças ocorriam de forma rápida, focando somente no livro de registros dos menores, estabelecido pelo Decreto 1.313. Esses livros eram abertos e rubricados pelo inspetor que registrava as matrículas e os dados admissionais dos trabalhadores. As visitas de fiscalização que deveriam ocorrer para um melhor funcionamento do decreto e para garantir a segurança dos menores, na verdade ocorriam somente para cumprir protocolos, não garantindo a segurança das crianças e muitos menos os quesitos de horários e

idade estabelecido pelo Decreto. Verdugo (2004) aponta que o decreto 1.313 foi uma lei aprovada, mas que nunca foi regulamentada e que caiu por terra.

No ano de 1927 a legislação brasileira dá um novo passo e passa a refletir sobre a situação de crianças e adolescentes no país, mas ainda tratando apenas daquelas em situação de irregularidade. Em 1927 foi criado através do Decreto 17.934-A o primeiro Código de Menores.

O primeiro código dos menores de 1927 ficou conhecido como Código Mello Mattos, nome do seu idealizador, que almejava manter a ordem social (DINIZ, CAMURÇA e NETO, 2018). O código foi a primeira legislação específica que se voltava ao atendimento dos menores no Brasil. A partir do código Mello Mattos, o Estado pega para si a responsabilidade de proteger e vigiar alguns perfis de menores, sobretudo os abandonados, delinquentes, libertinos ou em situação de rua, respondendo pela primeira vez com internações. Zanella e Lara (2015) destacam que a partir do momento que o código de menores entra em vigor, torna-se desnecessário que crianças e adolescentes cometam crimes para serem institucionalizados. Percebemos, então, que qualquer menor em situação de abandono, mesmo sem cometer atos ilícitos, agora passaria a estar sob cuidado do Estado.

O Código dos Menores de 1927 começa a trazer um olhar diferenciado em relação às crianças delinquentes; elas que até então ao cometerem delitos eram presas com os adultos, agora partem para o contexto dos internatos exclusivos que, supostamente, prestavam um serviço de recuperação do menor. O código era um mecanismo legal assistencialista e controlador para a intervenção do Estado autoritário sobre a população pobre jovem. Os problemas em relação à proteção dessas crianças pobres permaneciam sendo trabalho tido como parte fundamental da recuperação dos menores delinquentes. No artigo 97 do Código de Menores de 1927, estabelece-se que no momento que a família ou responsável não oferecerem garantias de moradias ou não puderem cuidar da criança, essas deveriam ser colocadas nas oficinas, estabelecimentos industriais ou agrícolas, permanecendo na vigilância de pessoas estabelecidas por juiz.

Em relação ao trabalho dos menores, o código Mello Mattos estabelece algumas normas; entre elas está a proibição do trabalho de menores de 12 anos, a proibição do trabalho de menores de 14 anos que não possuíssem a instrução primária, a vedação do trabalho de menores de 14 anos em situações de trabalho insalubres e perigosas. Também foi limitado o tempo diário de trabalho dos menores aprendizes em certos estabelecimentos para até 6 horas e a proibição do trabalho noturno.

O governo comandado por Getúlio Vargas, principalmente no Estado Novo, foi muito marcado pelo método do paternalismo assistencial. No ano de 1941 surge no Rio de Janeiro o SAM (Serviço de Assistência a Menores), através do decreto nº 3.799. O SAM tinha como finalidade prestar atendimento assistencial em todo território nacional aos menores julgados como “desvalido e infratores” (LIMA e VERONESE, 2012). Todavia, apesar de o serviço ser novo ele reiterava velhas práticas. O Serviço de Assistência a Menores continuou “resolvendo” os problemas da delinquência e abandono de crianças com a mesma perspectiva da internação e eram utilizados métodos pedagógicos repressivos, que buscavam transformar o “menor” no futuro adulto trabalhador e disciplinado. O SAM tinha mais a ver com uma questão de ordem social (disciplinar os corpos infantis pobres e negros) do que da assistência, permanecendo assim a política de dominação e ordenamento do menor, mostrando que a grande preocupação do governo era o controle social e não o amparo ao menor (SOUZA, 2020). Mesmo com a implementação do SAM, continuou a cargo do juizado a fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internos. Os objetivos que o SAM carregava era a continuidade das práticas correntes do atendimento ao menor até o momento, de isolamento e encarceramento do menor, mas o seu diferencial vem na pretensão em controlar os serviços de assistência e reduzir mediante ações educacionais, médicas e psicológicas, os problemas dos menores. O juizado de menores perdeu seu caráter executante para o SAM, desta forma não mais cabia ao juizado as funções de organização do serviço de assistência, a realização das pesquisas e análise dos dados e prestar o tratamento ao menor, ficando apenas com a fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internos (SOUZA, 2020).

Os idealizadores e defensores do SAM acreditavam que a repressão e a contenção conseguiriam extinguir a criminalidade, porém as crianças e a adolescentes autoras de atos ilegais que chegavam ao juizado eram socialmente consideradas delinquentes natos. A instituição corretiva sobre a coberta de um ato pedagógico inicialmente adaptacionista e mais tarde reabilitadora, teve como efeito a institucionalização da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes pobres (CRUZ e HILLESHEIM, 2005). Com pouco tempo de funcionamento o Serviço de Assistência a Menores sofreu diversas denúncias revelando a violência diariamente praticada contra os institucionalizados, fazendo com que em 1964 durante a ditadura, o SAM fosse extinto.

Em 1964 surge a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), lei nº 4.513, que extinguiu o SAM e autorizou a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). A FUNABEM tinha como função trocar a lógica repressiva do SAM por uma

perspectiva educativa. Becher (2011) relata a forma que a FUNABEM se organizava em torno de dois eixos básicos: a correção e prevenção do que causava o “desajustamento do menor”, sendo utilizado método terapêutico-pedagógico com a finalidade de reeducação e reintegração do “menor” à sociedade, desta forma corrigindo suas condutas. Por mais que o traço característico seja o mesmo, o da correção, aqui se lança ironicamente o significante do “bem-estar” como se associado ao fim desejado a ser promovido aos menores.

Em 1979 surge no Brasil o segundo Código dos Menores, que atualiza a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e formaliza a concepção biopsicossocial referente ao abandono e à infração. O Código de Menores de 1979 subsidiava-se na doutrina da situação irregular, a qual segundo Cossetin e Lara (2016) os adolescentes e suas respectivas famílias seriam percebidos culpados pelos atos infracionais, por não se enquadrarem no que era definido como dentro da legalidade; assim na prática as crianças, os adolescentes e suas famílias eram punidas pela condição de pobreza em que se encontravam.

Assim como o primeiro Código de Menores de 1927, o Código de 1979 prosseguia com as mesmas normas do menorismo, fortalecendo o embate entre os denominados “menores” e as demais crianças pertencentes a classes sociais mais altas. Leite (2006) aponta que o código de menores não fazia a menor distinção entre menor delinquente e menor abandonado, ambos passaram a se encontrar em situação irregular, sendo esse o público-alvo das internações. Uma vez que as crianças se encontravam em situação de irregularidade, elas passavam a ser vítimas do Estado. Em nome da ordem, da integração social, da disciplina, do combate ao abandono e de tudo que o Estado considera essencial para combater os problemas dos menores, foram estabelecidos castigos e punições. Os menores levados ao trabalho, por suas famílias e/ou pelo Estado, nas fábricas e em outros contextos, eram na maioria das vezes justamente esses menores pobres em situação irregular, tendo ou não cometido ato ilícito, público-alvo dos códigos menoristas. Como aborda Lima e Veronese (2012), ambos os códigos de menores normalizaram a pobreza, difundiram o racismo e institucionalizaram parte da população de crianças e adolescentes com práticas violentas e controle social através da pedagogia do trabalho.

Devido os maus-tratos, abusos, prostituição e o trabalho infanto-juvenil que as crianças e jovens passavam nos internatos, foram surgindo cada vez mais debates sobre os direitos desta população, crescendo as vozes de movimentos sociais, também por influência internacional, que defendiam as crianças como igualitárias e queriam o fim da expressão “menor”, buscando o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos (Leite, 2006). Com toda uma pressão

em cima da temática do menor, o código de menores começou a ser revisado, somente em 1988 foi dado o fim formal da associação da pobreza-delinquência, assim começando a se pensar na atual legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No ano de 1989 entra no congresso nacional o PL 193/89, dispondo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual foi aprovado em junho de 1990 e entrando em vigor em outubro do mesmo ano. Paralelamente, em 1989 também foi aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, apoiado pelo Brasil em 1990 enquanto um dos países signatários. Essa conversão resultou de um processo que se iniciou com a Declaração Universal dos Direitos das Crianças em 1959, na qual uma nova visão sobre o atendimento às necessidades da infância ficou conhecida como “doutrina da proteção integral”; base para as mudanças da legislação brasileira (GONZÁLEZ, 2015).

A doutrina de proteção integral vai substituir o paradigma da situação irregular concebendo agora as crianças e adolescentes em sujeitos de direitos, com proteção da família e do Estado sem distinção social, diferentemente da doutrina de situação irregular, presente no código dos menores, que previa a intervenção do Estado somente para jovens vítimas ou autores de violência. A cultura menorista começa a ter seu fim formal na nossa legislação, e com ela as crianças passam a ser pessoas sociais que portam direitos, esse um grande marco para a infância brasileira.

É através do ECA que pela primeira vez cria-se para o público infanto-juvenil um conjunto de dispositivo legal, no qual sua finalidade parte da promoção e a efetivação dos seus dispositivos fundamentais (LIMA e VERONESE, 2012). Os novos dispositivos de regulamento defendiam os direitos das crianças e adolescentes e deixava clara a importância da condição de pessoas em desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade e risco. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, outros dispositivos foram criados como ampliação da lei e de criação de condições de garantia de direitos e ampliação de espaço de poderes. Assim, foram criados os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, Fundo representativo de Entidades que trabalham com crianças e adolescentes, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Tanto o Conselho de Direito quanto o Conselho Tutelar objetivam fazer com que a sociedade civil exerça a fiscalização e o controle da gestão das políticas de atendimento, fiscalizando a efetivação das políticas públicas para efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

A condição peculiar que as crianças e adolescente obtiveram no ECA parte do entendimento que são seres humanos em processo de desenvolvimento, de forma física e biológica e em construção de personalidade, pois em condição de desenvolvimento. A idade passa a ser o critério responsável por distinguir as etapas de desenvolvimento, assim crianças são indivíduos com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquelas a partir de 12 anos até os 18 incompletos.

Quanto ao trabalho de crianças, o ECA passou a proibir o trabalho noturno, perigoso e insalubre para menores de 18 anos. Em respeito à idade mínima para o trabalho, passa a ser proibido o trabalho de menores de 14 anos ressaltando a condição de aprendiz que poderia ser realizada a partir dos 12 anos. Algumas normas em relação ao trabalho passam a ser de extrema importância, como a proibição do trabalho penoso, insalubre ou perigoso, do trabalho realizado em locais prejudiciais à formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social dos adolescentes, como também não permitia que o trabalho fosse em horários ou local que não propiciava a frequência à escola aos adolescentes menores de 18 anos (CUSTÓDIO e VERONESE, 2007).

A nova legislação reconhece a criança e adolescente como sujeitos de direitos e estabelece respeito às suas condições especiais de pessoas em desenvolvimento, mas não custa ressaltar que mesmo após o ECA, os direitos das crianças no Brasil ainda se encontra abalado, não havendo de fato uma proteção à infância, permitindo que diversas crianças ainda escapem às normas.

3. TECENDO A PESQUISA

Reconhecendo a importância das recordações de momentos vivenciados pelos idosos, elaboramos um trabalho de campo o qual concretizou-se por meio de entrevistas, as quais nos possibilitaram a construção de dados para a pesquisa. Que memórias os idosos têm do seu trabalho, quando crianças, na Fábrica da Pedra? Elaboramos um roteiro para entrevista instigada por essa pergunta ampla e pelos objetivos da pesquisa.

A possibilidade da pesquisa e da identificação de alguns idosos surgiu através da nossa participação no GLEI (Grupo de Leitura em Estudos da Infância), subgrupo do NUDES (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Diversidade e Educação no Sertão Alagoano), o qual havia sido subsidiado, por parte de uma professora da rede municipal, com uma carteira de trabalho que comprovara que décadas atrás a Fábrica empregara formalmente pessoas menores de idade - atualmente legalmente nomeadas por crianças e adolescentes. Na ocasião, a informação apontou ao GLEI a relevância de se estudar a relação entre infância e trabalho no sertão não apenas no âmbito do meio rural, mas também no setor da indústria. O grupo de pesquisa foi um importante colaborador, como também professores parceiros da UFAL, que possibilitaram contatos com idosos que trabalharam na Fábrica da Pedra enquanto criança.

O primeiro passo para a realização do campo partiu da criação de um roteiro (anexo 1) que foi elaborado baseado em leituras dos trabalhos de Esmeralda Moura (2020), como também dos autores Isabelle Pires e Paulo Fontes (2020). Ambas as obras retratam a realidade das crianças nas indústrias no Brasil nas primeiras décadas do século XX, mostrando como funcionava a relação das crianças com o mundo do trabalho fabril. Os artigos ajudaram na identificação de problemáticas referentes ao cotidiano das crianças operárias, as quais tomamos como base para a criação do roteiro para as entrevistas. Composto por 22 tópicos, o roteiro foi voltado à condição familiar, econômica, condições de trabalho, horários de trabalho, cargos ocupados, escolaridade e a resistência ao mundo adulto.

Pires e Fontes (2020) retratam em sua obra a desigualdade salarial que ocorria nas indústrias têxteis, entre os homens, as mulheres e as crianças, enfatizando que os pequenos operários eram menos remunerados. Tomando como base essa problemática, inserimos no roteiro perguntas voltadas às questões salariais da Fábrica da Pedra como: as formas de pagamento recebido pelas crianças, comparação salarial entre crianças e adultos operários e se esse valor se modificava também em relação ao gênero dos funcionários, como também uma

pergunta voltada ao que se destinava o salário dos pequenos operários. Essas questões foram criadas com o intuito de averiguar se havia dentro da indústria desigualdade salarial baseada nos fatores idade e gênero, assim como compreender a que se destinava os salários das crianças, motivo que poderia nos ajudar a entender as motivações das mesmas e/ou suas famílias sobre o seu ingresso enquanto operárias.

Compreendendo que grande parte das crianças pobres saiam à procura de trabalho para prestar ajuda nas condições financeiras da família, e que muitas eram responsáveis por manter grande parte da renda da sua moradia, levamos assim outras questões, agora relacionadas às condições familiares dos entrevistados, a saber: quantidade de pessoas existente na moradia, condição financeira da família e localidade que residia. Buscamos com esses questionamentos obter respostas que direcionassem os motivos que levaram as crianças a entrar na Fábrica da Pedra, para também compreendermos as condições domésticas em que se encontravam.

No trabalho de Isabelle Pires e Paulo Fontes (2020), é demonstrado que dentro das indústrias os pequenos operários eram incorporados ao mundo dos adultos, muitas trabalhando em conjunto e ocupando os mesmos cargos. Assim, buscamos investigar se as funções ocupadas por crianças da Fábrica da Pedra eram correspondentes às dos adultos, utilizando perguntas voltadas à ocupação/tarefas e a função que estas tinham dentro da Fábrica, se havia lugares de trabalho definidos para homens e mulheres, como também, questionamentos que levassem a recordações dos entrevistados sobre os cargos que haviam ocupado, para analisar se o trabalho prestado enquanto criança exigia muito esforço físico, por exemplo.

Em busca de reacender memórias que retratassem a resistência das infâncias dentro da indústria, lugar em que os pequenos tinham que enquadrar-se à ordem industrial e ao universo formal do trabalho, resolvemos elaborar perguntas instigadoras de memórias de fruição – ou seja, de vivências de algum nível de liberdade, improviso, criação, momentos de brincadeiras, do correr pela indústria, ou outros momentos ocorridos dentro da Fábrica. Nossa intenção foi identificar a resistência das crianças em relação às regras do trabalho e, através de práticas sociais mais esperadas às suas idades, identificarmos de quais formas elas traziam sua infância para dentro do trabalho fabril, um universo da adultez.

Moura (2020) retrata as condições de trabalho inadequadas onde as fábricas tinham em seu interior uma situação muito precária, em que muitas vezes o espaço do trabalho era pequeno, com iluminação e ventilação insuficientes, colocando as crianças em condições de

trabalho inadequadas. No sertão alagoano, narrativas populares difundidas historicamente sobre a Fábrica da Pedra tendem a romantizá-la⁴ enquanto indústria exemplar que assegurava aos funcionários uma boa qualidade de trabalho, condições de salubridade, horários reduzidos e condições humanistas

(...) a Pedra nos surgiu à vista, como suas casas todas brancas e limpas, à semelhança de capulhos de algodão. Em derredor tudo era vida. O verde-tenro do oásis substituiu os espinhos do agreste, a feiura bondosa das quixabeiras. (...) No meio daquele deserto, eu tive a impressão de me achar instalado num aposento caro de Guarujá, tal o conforto e bem está que Delmiro havia introduzido na sua pequena cidade. (...) Conservo (...) bem viva a impressão que tive ao ver pela tarde sai da fábrica de linhas aquela onda de operários limpos, penteados e bem vestidos, levando no espírito a satisfação do bem estar e no corpo a seiva orgulhosa da saúde. Enquanto na própria capital da República, em Minas e outros Estados, essa classe esquecida vive internada nos quarteirões exíguos das avenidas, a apodrecer nos antros das casas de cômodos, o operário da Pedra tem uma existência de conforto, boa alimentação e higiene modelar. (CAVALCANTI, s/ano, s/p. apud GONÇALVES, 2010, p.279-280).

Decidimos então incluir na entrevista questões referentes aos ambientes de trabalho, que possibilitaria mapear dados sobre as condições de saúde, trabalho e eventual risco dos funcionários entrevistados. Para verificarmos se a indústria cometia exploração em relação ao horário, ou se havia remuneração pelas horas que se passava, também apresentamos questionamentos em relação aos horários de entrada e saída, quantidade de horas e dias de serviços prestados por semana e se havia horário de descanso. Aqui depositamos o intuito de obter informações voltadas à exploração da mão de obra das crianças.

A escolarização na antiga Vila da Pedra foi considerada um grande feito prestado pela Fábrica e seu criador, Delmiro Gouveia, que começou a investir na educação formal, permitindo que crianças filhos de operários tivessem a oportunidade de frequentar a escola, na qual exigia a obrigatoriedade da frequência (CORREIA,1998). Considerando a centralidade da escola na vida das crianças, e sendo a educação uma marca da intervenção da indústria sobre seus operários e famílias, como também sobre os moradores da Vila como um todo, levamos para o roteiro perguntas voltadas à escolarização, para assim conseguirmos informação sobre a frequência escolar dos pequenos operários. Também buscamos o entendimento referente ao horário disponibilizado à educação, assim como compreender o rendimento escolar. Levamos esses pontos para obtermos a compreensão de como ocorria a conciliação trabalho e

⁴ Referente a Fábrica da Pedra e a figura do empresário Delmiro Gouveia, existem muitas leituras românticas e panfletárias. Para além destas, existem obras que retratam com criticidade uma análise em relação a Delmiro Gouveia e a Fábrica da Pedra, sendo o livro “Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão”, de Telma Correia, e a obra “Delmiro Gouveia e a educação da Pedra”, de onde Edvaldo Nascimento, duas sugestões de leituras.

escolaridade. Por fim, também tivemos o intuito de conhecer informações sobre a escolarização em si, e como o empregador lidava com ela.

Presente em muitas indústrias, as lutas de operários em busca de direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho eram episódios frequentes em muitas fábricas. Levamos esse ponto questionando lembranças de episódios em que as crianças participavam de greves ou manifestações em conjunto com os adultos, lutando por melhorias em relação ao trabalho na Fábrica da Pedra, assim buscando respostas sobre a relação de luta e o lugar ocupado ou não pelos pequenos operários nas mesmas. Esse tema pareceu-nos relevante por sinalizar um laço comum entre crianças e adultos, unidos sob a categoria trabalhadores da mesma instituição.

Tratando-se da produtividade de crianças no trabalho, Moura (2020) retrata que eram comuns castigos decorrentes da avaliação do desempenho profissional dessas. Tendo em vista essa situação ocorrida nas indústrias de São Paulo no início da primeira república, fomos investigar se castigos também eram presentes nas vidas das crianças que trabalhavam na indústria da Pedra, averiguando se havia violência quando ocorriam erros ou desordem. Buscamos aqui identificar se a indústria utilizava de atos violentos ou qualquer outra forma de repreensão para “disciplinar” os pequenos operários, mantendo o controle sobre eles.

Por fim, pedimos que os entrevistados descrevessem um dia de trabalho, detalhando sua rotina, como também abrimos espaço para falarem sobre outros acontecimentos ocorridos dentro da Fábrica da Pedra. Essas foram estratégias utilizadas como complemento de informações e levantamento de novos dados, os quais não foram ditos durante as respostas no percorrer das entrevistas.

O roteiro semiestruturado da entrevista encontra-se no anexo 1 desta monografia. Utilizamos o mesmo na realização de 6 entrevistas realizadas com idosos e adultos moradores da cidade de Delmiro Gouveia, trabalhadores da Fábrica entre os anos 1968 e 1979, eles ingressaram quando tinham entre 13 e 16⁵ anos de idade. O processo de busca por entrevistados

⁵ Os idosos e adultos entrevistados trabalharam na Fábrica ao longo de vários anos, e quando lá ingressaram tinham entre 13 e 16 anos de idade - faixa etária hoje entendida como adolescência. Todavia, à época da contratação (1968 a 1979), tal faixa etária estava formalmente compreendida dentro da infância. Nos códigos de menores (de 1927 e 1979), por exemplo, os termos utilizados para referir-se a pessoas que não atingiram a maioridade eram: menor, crianças e menores de 18 anos; não encontrava-se o termo adolescentes. Além disso, no capítulo a seguir, apresentamos o conteúdo das entrevistas, por meio das quais percebemos características do lugar social que esses sujeitos ocupavam à época no seu âmbito familiar (de tutela parental, de escolarização, de brincadeira, etc.) e no âmbito da própria Fábrica, com a divisão do trabalho, remuneração, relação com os trabalhadores mais velhos, etc.

começou em junho de 2022, sendo as entrevistas efetivamente realizadas entre 12 de dezembro e 20 de dezembro de 2022, na casa dos idosos, tendo o áudio gravado e transcrito integralmente. Foram registrados o total de 100 minutos de áudio do total de 6 entrevistas. As pessoas idosas tinham, à época da entrevista, entre 58 e 78 anos de idade, sendo 3 homens e 3 mulheres, moradores da cidade de Delmiro Gouveia. Produzimos alguns registros fotográficos desse momento de encontro, mas sem finalidade para análise. Documentos relevantes, como carteiras de trabalho, também foram coletados no encontro presencial das entrevistas, detalhamos a seguir.

Figura I: Entrevistados e documentos relevantes

Entrevistados (Nomes fictícios)		Documentos
1	Júlio	Carteira de trabalho
2	Robson	Carteira de trabalho
3	Antônio	Carteira de trabalho, crachá da fábrica
4	Karol	Carteira de trabalho
5	Paula	Carteira de trabalho
6	Maria	Carteira de trabalho

Fonte: Adriana Araújo, 2023

O crachá pertencente ao Antônio contém sua foto enquanto crianças e algumas informações como: nome, função e matrícula. O mesmo entrevistado também mantinha em sua casa um envelope de pagamento e alguns cruzados guardado dos pagamentos que recebia. Todos os objetos estavam em perfeito estado e o Antônio depositava um valor sentimental por

Ressaltamos, mais à frente no tempo, a presença da ‘adolescência’ na Constituição de 1988 e no ECA em 1990.

eles, pois representava uma lembrança da época em que trabalhou na fábrica, na qual tinha muito apreço.

3.1 Procurando as crianças trabalhadoras da Fábrica: idosos moradores de Delmiro Gouveia

O trabalho de campo começou a ser realizado em junho de 2022 através da identificação dos primeiros idosos a serem entrevistados e das tentativas de contato com eles. Os primeiros localizados foram obtidos a partir do GLEI: um casal de idosos, Karol e Antônio, por meio de um e-mail que escrevemos destinado à filha deles. Na primeira tentativa de contato, não obtivemos sucesso, partindo assim para novas estratégias de comunicação. Fizemos uso de rede social (Instagram) para contactá-la. Uma das contactadas confirmou ser a pessoa que estávamos procurando. Com o sucesso da busca, a filha tornou-se a mediadora da relação entre a pesquisadora e os eventuais entrevistados. Ao questionarmos a possibilidade de entrevista com o casal de idosos, a ideia foi aceita e a entrevista marcada, porém, por questões de saúde por parte de um dos entrevistados, não se tornou possível a realização das entrevistas imediatamente, assim ficando pendente uma nova data para a realização.

Em dezembro de 2022 inicia-se a realização das 6 entrevistas, na qual todas contaram com utilização de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E), conforme veremos no anexo 2, como também com um termo de autorização de uso de imagem e voz.

Passados cinco meses, ao entrar novamente em contato com a filha do casal para averiguar as possibilidades da realização do relato, obtivemos uma resposta positiva com o consentimento para as realizações das entrevistas, a qual ocorreu no dia 18 de dezembro de 2022. O diálogo aconteceu na casa do casal no horário noturno, horário em que os participantes tinham disponibilidade. A entrevista iniciou com os relatos da senhora, que inicialmente afirmava não saber o que falar do seu trabalho enquanto criança, mas aceitou responder às perguntas, expondo as suas recordações. Ao iniciar sua fala, parecia ser insegura a todo momento, perguntando se era realmente aquilo que estávamos perguntando. Em tentativa de deixarmos a entrevistada mais confiante e calma sobre suas falas, optamos por fazer perguntas mais diretas explicando o que queríamos. As falas da entrevistada foram fluindo na medida em

que se sentia mais confortável, se aprofundando um pouco mais do que falava, proporcionando dados importantes. Mesmo havendo uma maior entrega das suas lembranças, a entrevistada em alguns momentos perguntava para seu marido que estava ao seu lado, se “era realmente da forma que havia falado”, mas o marido não interferia nas suas lembranças. Percebemos que a entrevistada possuía talvez um medo em nos passar dados irrelevantes ou equivocados sobre a Fábrica. Além das perguntas feitas para a entrevistada, abrimos espaço para o relato de outras recordações, mas ela afirmou não se recordar de nenhum outro momento sobre sua infância dentro da Fábrica, não expandindo nenhum outro ponto em que se sentisse confortável para falar, assim dando fim a entrevista que teve duração de 11 minutos.

Logo após a entrevista da senhora, partimos para coleta de informações do seu marido. Ao iniciarmos as perguntas o entrevistado transmitiu-nos um semblante de felicidade em falar do “seu serviço”, mesmo enquanto criança, se sentindo muito à vontade ao responder as perguntas, como também respondia com muita clareza e convicção. Durante a entrevista, sua esposa acabou falando alguns pontos sobre o passado do seu marido em outra indústria de São Paulo, o que induziu lembranças do senhor, que por um momento deixou de falar da Fábrica e fez uma curta fala sobre sua experiência em outra indústria, mas logo retornou seu foco e volta a falar da indústria da Pedra. Ao abrir espaço para o entrevistado relatar algo mais sobre seu trabalho na fábrica, ele afirma não se recordar de nenhuma outra lembrança, mas depois de finalizar a gravação, o casal começou a relembrar outros momentos sobre suas infâncias, em que algumas lembranças eram referentes a Fábrica da Pedra e outras eram referentes a questões de suas vivências fora do estabelecimento. A entrevista teve duração de 19 minutos, mas em nenhum momento o entrevistado mostrou em seu semblante alguma forma de incômodos, assim também falando do seu orgulho em ser um dos funcionários que mais compreendia a fábrica, motivo que faz ele gostar de falar sobre. Ao fim do diálogo, novamente com intuito de conhecer novos entrevistados, questionamos sobre lembranças de alguém que assim como eles havia trabalhado enquanto criança na Fábrica da Pedra. Logo após a pergunta, a senhora saiu em direção à casa da vizinha e perguntou se a entrada dela tinha ocorrido durante a infância, recebendo uma resposta positiva. Conversamos com a vizinha, dona Paula, e falamos um pouco sobre a pesquisa, questionado a possibilidade de realizarmos uma entrevista, conseguindo assim a mais uma entrevista.

Por meio de contato disponibilizado por professor parceiro do GLEI, surge um entrevistado que deu sua entrada na Fábrica da Pedra enquanto criança. Através de ligação,

entramos em contato com intuito de marcarmos a primeira entrevista. Quando o contato foi estabelecido, nos apresentamos e falamos um pouco sobre a pesquisa, como também confirmamos as informações que nos passaram sobre o senhor, falando do nosso interesse em uma realização de entrevista. O idoso afirma realmente ter trabalhado na Fábrica da Pedra e nos fala sobre a sua entrada que ocorreu a partir da falsificação de documentos, e que havia trabalhado durante muitos anos, mas que não aceitaria realizar a entrevista, pois avaliou que, nas palavras dele, não saberia falar com clareza sobre seu tempo de trabalho, assim não podendo contribuir para a pesquisa. Continuando a conversa, afirmamos que não teria importância a forma na qual ele se expressasse, assim tentando mais uma vez fazer com que ele aceitasse a possibilidade de entrevistá-lo. Pela segunda vez ele negou, modificando sua justificativa e falando que não teria tempo de realizar a entrevista porque trabalha o dia todo em sua loja. Sentimos em sua fala uma insegurança em falar sobre período que trabalhou na Fábrica da Pedra, insegurança que pode ter surgido por medo do modo em que entrou na fábrica, por não querer falar mais da suposta falsificação dos documentos, ou por outros motivos que desconhecemos. Mesmo não contribuindo com sua participação na entrevista, ele nos sugere procurar um outro senhor que passou muitos anos trabalhando na indústria, e que também havia entrado na Fábrica da Pedra enquanto criança.

Seguindo sua sugestão, partimos para uma terceira tentativa de conseguir um segundo entrevistado. Em novembro de 2022, no primeiro contato com o idoso indicado, senhor Robson, deixamos explícito o intuito da pesquisa e tentamos confirmar se realmente houve sua entrada na fábrica durante seu período de infância. O idoso de forma direta afirma ter entrado na fábrica na menoridade e, assim questionamos sobre a possibilidade da realização de entrevista, na qual ele consentiu, deixando explícito que a sua disponibilidade era apenas durante o início da semana quando ele estivesse no seu estabelecimento comercial. Assim, a primeira tentativa de entrevistá-lo seguiu conforme as instruções deixadas pelo mesmo, porém, no momento o entrevistado não tinha disponibilidade de realizar a entrevista, pois estava ocupado no seu comércio, indicando novo dia e horário marcado. No novo horário e dia marcados, fomos mais uma vez tentar entrevistá-lo, mas novamente não obtivemos sucesso, pois o dono do estabelecimento estava indisponível, remarcando mais uma vez a entrevista com o prazo de uma semana, eventualidade ocorrida durante duas semanas. Sua entrevista só pôde ser efetivamente realizada em dezembro de 2022.

No dia 13 de dezembro fomos novamente à sua procura. Ao chegarmos, o senhor nos recebeu em seu estabelecimento e nos permitiu a realização do relato. Durante as perguntas, o entrevistado respondia de acordo e de maneira curta e cautelosa, sem querer se aprofundar muito nas suas respostas, mas não se mostrava aparentemente incomodado com nenhuma pergunta feita. Durante as respostas, tentamos fazer com que ele se aprofundasse e relatasse mais, fazendo assim questionamentos em cima do que ele falava, mas o entrevistado continuou respondendo simplificaradamente. A entrevista foi interrompida algumas vezes devido à chegada de clientes, e ao retornarmos, havia sempre por parte do idoso o esquecimento do que estávamos falando, mas, ao recordá-lo ele tentava retornar ao ponto em que parávamos. Ao abrir espaço para o entrevistado falar sobre outras lembranças do seu tempo de trabalho na Fábrica da Pedra, ele relata sobre sua fase adulta e, nesse momento, seu semblante modifica-se falando com alegria e aprofunda um pouco mais sobre o que ele estava contando. A entrevista foi muito rápida, com a duração apenas de 9 minutos, devido a movimentação do seu estabelecimento e suas respostas praticamente monossilábicas.

Durante o tempo de espera, surgiu paralelamente a possibilidade de entrevistar um outro idoso.

A primeira entrevista foi realizada no dia 12 de dezembro com senhor Júlio, que trabalhou durante anos na Fábrica da Pedra. Nosso conhecimento do entrevistado surgiu através de um diálogo, no qual o próprio ao falar do seu passado comentou ter trabalhado na indústria da Pedra quando ainda era uma criança. Tendo conhecimento do fato, explicamos para o idoso a nossa busca por pessoas que haviam entrado na Fábrica da Pedra nessa situação, sugerindo assim marcar uma entrevista. Durante a realização da entrevista, Júlio dominou o espaço de fala iniciando o relato sem antes deixar-nos questioná-lo. Ao iniciarmos, aí sim ele ficou um pouco receoso de falar como se deu sua entrada na Fábrica, mas logo sentiu-se à vontade e explanou seus relatos sobre o trabalho prestado para a indústria, falando bastante. Percebemos uma empolgação do entrevistado ao lembrar do seu tempo de trabalho, mas também foi perceptível que em alguns momentos o mesmo não se sentia muito confortável em falar da época em que trabalhou enquanto criança, modificando o assunto e expondo o contexto do seu trabalho enquanto um operário adulto, tempos em que ele realmente se empolgava a falar e se sentia mais à vontade. Percebendo um certo incômodo, deixamos o idoso retratar sobre o que se sentia confortável, mas quando encontrávamos oportunidade tentávamos retornar à infância, modificando a pergunta para fazer o idoso se sentir melhor e nos passar mais informações.

Mesmo com os incômodos, o entrevistado sendo uma pessoa muito falante esticou a entrevista até 43 minutos de duração, nos concedendo importantes dados sobre sua infância como operário da Fábrica da Pedra. No final da entrevista, com intuito de conseguir mais entrevistados, perguntamos ao senhor sobre suas recordações em respeito a pessoas que trabalharam em condição de criança junto com ele, mas o entrevistado nega lembrar de alguém.

A entrevista de Paula ocorreu em 20 de dezembro de 2022 durante o horário da tarde, conforme o pedido da entrevistada. A entrevista foi de curta duração com tempo de 10 minutos, na qual a senhora foi bem objetiva em suas respostas, respondendo de forma direta e curta. Ao iniciarmos a entrevista, a senhora questiona não poder contribuir muito pois talvez não se recordaria de muitos acontecimentos dentro da indústria, e não saberia como começar. Explicamos para a mesma que teríamos um roteiro com algumas perguntas, e pedimos que ela respondesse apenas as que se sentisse confortável. Ao iniciarmos, a entrevistada não demonstrou incômodo com nenhum questionamento, mas em alguns momentos questionava não ter tantas recordações sobre o ponto questionado, respondendo apenas o que se recordava, às vezes parando para pensar e acrescentando dados a mais sobre o que havia falado. Quando deixamos em aberto a entrevista para a senhora dialogar sobre algo a mais, ela afirma não ter outras recordações, mas fala um pouco como era a relação criança e trabalho no seu tempo de criança, e na cidade de Delmiro Gouveia, pontuando as modificações. Com o fim da entrevista, a senhora começa a conversar sobre a sua vida presente e comenta que sua irmã que também morava na cidade de Delmiro Gouveia havia trabalho na Fábrica da Pedra enquanto criança, se disponibilizando para ligar e perguntar a irmã se aceitaria ser entrevistada e contribuir com a pesquisa. Com a resposta positiva pegamos o endereço e partimos para mais uma entrevista.

No mesmo 20 de dezembro, fomos à procura da irmã de Paula, realizando assim entrevista com Maria. Ao iniciar a conversa, ela respondia diretamente, não dialogando muito, mas ao mesmo tempo não demonstrava nenhum desagrado ao responder as perguntas. Em alguns momentos, antes de responder, a senhora parava e pensava antes da resposta, deixando perceptível em seu modo de falar que havia uma cautela sobre alguns assuntos, para talvez não nos passar informações que causasse alguma forma de vitimismo ou construir uma imagem negativa da Fábrica. Em alguns momentos ela chegou mesmo a transmitir o gosto pelo trabalho que prestava à indústria. Quando abrimos espaço para a entrevistada contar outras informações na qual houvesse recordações, a senhora deixa sua infância de lado e começa a falar da falta que o trabalho faz em sua vida, focando na sua fase adulta e confirmando nossa impressão

anterior do desejo de manifestar seu valor para com o trabalho. A entrevista foi curta, com tempo de 8 minutos, nos quais conseguimos coletar minimamente as informações necessárias. Ao fim, ao perguntarmos sobre recomendação de novas pessoas para entrevistarmos, a entrevistada afirma conhecer outras pessoas que trabalharam com ela quando eram crianças, mas que não possuía contato com ninguém, não sabendo informar nada sobre eles. Sem nenhuma outra informação em respeito a possíveis entrevistados, demos ao fim nosso campo de entrevistas.

Sobre a duração das entrevistas, avaliamos que houve várias durações, em que alguns entrevistados se sentiam mais à vontade e prolongaram-se em suas respostas envolvendo outras memórias, como também, outra parte dos entrevistados deram respostas curtas indo direto ao ponto, falando pouco de sua infância, mas criando ânimo quando referia-se a sua fase adulta. As memórias da infância referente ao trabalho prestado, pode significar para os idosos lembranças nas quais gera algum desconforto, motivo no qual supostamente poderia estar ligado às suas curtas falas. A infância que hoje é uma temática delicada não compactuava da mesma delicada no período da infância desses operários. No século XX já havia o entendimento da particularidade infantil, mas nem sempre as crianças foram pessoas sociais de direitos, havendo uma normalidade no trabalho, na qual não compactuava com o entendimento do que hoje temos sobre a proteção da infância, em que a criança é um ser social de direito, e o trabalho delas torna-se crime, uma infância defendida por leis.

Durante as entrevistas solicitamos alguns documentos que pudessem complementar o trabalho. Assim, obtivemos as carteiras de trabalho, cujas páginas iniciais foram digitalizadas por nós, contendo foto e data de admissão e saída da Fábrica. Esses documentos são utilizados como complementos aos relatos orais. Trazemos o jornal Correio da Pedra, compilado disponível em quatro volumes, corresponde a publicações do jornal do período de 1922 a 1930. O compilado de volumes do jornal, organizado por Edivaldo Nascimento e Luitgarde Barros (publicado em 2017), da Fábrica da Pedra que circulava na vila operária. O jornal, comandado por Adolfo Santos, tratava de assuntos voltados ao cotidiano da vila e das regiões vizinhas, como também assuntos importantes que se passavam no Brasil. Sobre a vila, as reportagens tratavam de assuntos voltados para educação, escolaridade, rotina dos trabalhadores da Fábrica, fazia comparações sobre o sertão antes da chegada de Delmiro Gouveia, entre outros assuntos. Para acessarmos informações sobre a história da Fábrica, adotamos trabalhos históricos (GONÇALVES, 2010; CORREIA, 1998; NASCIMENTO, 2014; SANT'ANA, 1996) que

contemplam os anos iniciais da Fábrica, fundada em 1914. O foco deste trabalho são as entrevistas realizadas, desta forma, o recorte temporal contemplado neste trabalho remete as décadas de 1960 a 1970, pois é o intervalo contemplado por meio dos relatos orais.

Ao finalizar essa etapa, prosseguindo a realização das transcrições de todo o conteúdo das entrevistas. Após sua análise, os trechos mais importantes foram agrupados, compondo categorias de análise. O conteúdo das mesmas será exposto no capítulo seguinte.

4. AS CRIANÇAS NA FÁBRICA:

TRABALHO E INFÂNCIA NA HISTÓRIA DO SERTÃO ALAGOANO

Neste capítulo, apresentamos nossa análise dos dados da pesquisa construídos a partir: a) de entrevistas, as quais foram gravadas e transcritas integralmente para análise de seu conteúdo, com 6 idosos ex-trabalhadores da Fábrica da Pedra durante sua infância⁶; b) análise de coletânea do jornal Correio da Pedra⁷. Complementarmente, contamos também com documentação oferecida pelos entrevistados, como carteira de trabalho e crachá.

Reunimos todo esse material e tivemos a oportunidade de nos debruçarmos sobre ele considerando especificamente os objetivos da presente pesquisa, a saber: analisar como ocorriam as contratações formais das crianças frente à legislação vigente à época; compreender as particularidades do trabalho executado e seus impactos durante a infância; conhecer as questões socioeconômicas interligadas ao trabalho das crianças; conhecer a relação das crianças trabalhadoras com a educação escolar. Os relatos orais das entrevistas com os idosos participantes geraram um volume elevado de informações sobre suas memórias de infância e da presença da Fábrica no sertão alagoano, informações adjacentes ao foco da pesquisa; então, tentamos focar especificamente na questão do trabalho dessas crianças, suscitando indagações sobre o papel que desempenhavam na indústria, as circunstâncias de sua entrada no ambiente de trabalho e de que maneira o universo do trabalho interferia em suas infâncias. Além disso, busca-se compreender o contexto social da época em que esses pequenos operários estavam ativos. Após o estudo do material, organizamos o conteúdo em três categorias de análise para didaticamente sistematizar as informações construídas e coletadas pela pesquisa, embora saibamos que elas estão diretamente conectadas umas às outras.

4.1. Legislação, trabalho e crianças na Fábrica.

O ano era 1914, primeira república, período que o Brasil passava por transformações e buscava sua modernidade, essa data não só foi somente mais um ano para os sertanejos, principalmente os moradores do povoado Pedra, localizado na então cidade Água Branca, o ano marca também a data de inauguração da Cia Agro fabril Mercantil, a então conhecida Fábrica

⁶ Nos anos de 1968 a 1979.

⁷ Dos anos de 1922 a 1930.

da Pedra, esse fato mudou a vida de muitos sertanejos que viviam no povoado ou próximo a ele, sendo o trabalho agrícola da roça em grande parte substituído pelo trabalho fabril.

Comandada por Delmiro Gouveia, este utilizou de estratégias para reunir seu grupo inicial de funcionários, fazendo uso inicialmente de jornais para expandir a notícia que a Companhia Agro Fabril Mercantil contratava

A partir de 24 de abril de desse último ano [1914], através das colunas do Jornal de Alagoas, de Maceió, a firma Iona & Cia, em aviso precedido do título “Operário” comunica estar a Companhia Agro Fabril Mercantil precisando contratar operários peritos nas especialidades branqueamento, cordas, bancas de estiragem, penteadeiras, brancos grossos, intermediários e finos, máquinas de fiar e torcer, - **inclusive crianças de ambos os sexos, para fazerem “caixinhas e outros serviços delicados”**, adiantando que “na Pedra o clima (era) saudável, a Fábrica espaçosa e nela o ar (era) renovado de modo a não prejudicar a saúde do operário”, fornecendo gratuitamente aos seus operários “casa limpa e higienica, água e luz elétrica sendo seus ordenados tão ou mais compensadores do que atualmente pagam quaisquer outras fábricas congêneres” (SANT'ANA, 1996, p. 28, grifo nosso).

O grifo que fizemos destaca o que mais nos interessa, as crianças que prestaram serviços para a Fábrica da Pedra, e como podemos observar, a contratação era um fato comum que ocorria com frequência, mostrando a visão de uma sociedade que tinha crianças pobres como miniaturas de adultos. O anúncio mostra que a mão de obra infantil era destinada a serviços delicados, havendo uma dimensão que colocava estes pequenos como diferentes dos adultos, pois a delicadeza infantil era essencial para um melhor trato na matéria prima produzida pela indústria. Percebiam que a questão da salubridade foi posta como benefícios para os então operários da seguinte fábrica, passando uma imagem da Fábrica da Pedra como uma fábrica para além do seu tempo, levando em consideração que no início da primeira república não existia leis trabalhistas nem tão pouco era exigido boa qualidade de trabalho aos operários, as grandes fábricas urbanas não contavam com salubridade, mas uma fábrica localizada no alto sertão alagoano, sim.

No início das suas atividades em 1914, a Fábrica da Pedra contava com aproximadamente 1500 funcionários, nessa conta aproximadamente 400 crianças trabalhavam (NASCIMENTO, 2014). Em um outro período dessa história, passando da metade do século XX observamos que a fábrica continuava empregando crianças, chegando um dos nossos entrevistados a explicar que essas contratações eram “tradição” (era um costume na localidade por anos), e foi nesse momento que percebemos como a força da mão de obra infantil presente durante longos anos de funcionamento da fábrica foi fundamental para o aumento da força econômica da indústria. Isso nos fez questionar como ocorriam essas contratações.

Em relação ao início do século XX e as décadas de 1960-1970 muitas mudanças ocorreram durante esse percurso de tempo no campo da realidade e formalidade do trabalho, uma delas foi no campo das contratações. No período inicial de funcionamento da Fábrica da Pedra o Brasil ainda não contava com leis que tratassem do trabalho de crianças. Somente em 1927 foi criado o Código de Menores. Neste percurso, para além do Código de Menores, contamos também com as leis trabalhistas, e é fazendo o uso dessas duas legislações que analisaremos o campo legal em que ocorreu as entradas dos pequenos operários.

Com relação ao trabalho de crianças, o Código de Menores de 1927 estabelece algumas regras como a do capítulo IX, denominado “Do trabalho dos menores”. Seu artigo 101 proíbe o trabalho de menores de 12 anos. O trabalho para esses também é proibido nas leis trabalhistas de 1967⁸, no seu Art. 403. Tanto as leis trabalhistas quanto o código de menores seguiam um consenso referido ao trabalho das crianças, assim, ambas as leis não se contradiziam.

Passando para as entrevistas sobre o trabalho na Fábrica da Pedra, analisamos que entre a década de 60 e 70 os idosos entrevistados ingressaram ao trabalho quando entre os 13 e 14 anos de idade, portanto dentro da regulamentação legal para contratação formal. Perante as leis trabalhistas de 1967 e Código de Menores de 1927, os entrevistados não poderiam ser considerados crianças, todavia utilizamos aqui o termo “trabalho de crianças” pois, a partir do conteúdo das próprias entrevistas, percebemos que eles ocupavam (nas relações sociais, familiares e na própria linha de produção) uma condição diferenciada da dos adultos e ainda muito afinada a das crianças, devido também à idade muito próxima da regulamentada - encontravam-se no início da adolescência - fase em que é muito impregnada do papel de proteção (da infância) na sociedade. Nas descrições relatadas pelos entrevistados, vemos que mesmo com toda a rotina de labor, ainda era visível uma experiência de infância, visto que ainda estavam na fase do lúdico, das brincadeiras, e por receberem trato diferenciado dos colegas de fábrica – como será detalhado a seguir. Utilizamos também para a definição do termo “crianças” as relações entre as pessoas, nas quais nos relatos dos entrevistados ficou visível a forma que a sociedade os via, como pequenos, infantis, destacando características desta fase da vida. No campo legal, em 1990 o Brasil ratifica a Convenção sobre os Direitos das Crianças e no Decreto nº 99.710, no seu artigo I, fica estabelecido que se considera crianças todos as

⁸ As leis trabalhistas foram criadas em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas, esse foi considerado um marco deste governo, pois pela primeira vez os trabalhadores brasileiros contavam com alguns direitos básicos. Em 1967, durante o regime civil-militar foi introduzido no corpo das leis da CLT diversas modificações a partir do Decreto nº 229 de 28/02/1967.

pessoas menores de 18 anos⁹. Desta forma, a nível internacional, lembramos que o campo legal também reconhece como criança os indivíduos entre 0 e 18 anos. Por isso, utilizamos ao decorrer do trabalho o termo criança para nos referirmos ao trabalho formal dos entrevistados menores de 18 anos na indústria têxtil que tentava “modernizar” o sertão alagoano.

Voltando para os pequenos operários que prestaram serviços para a Fábrica da Pedra entre as décadas de 1960-70, notamos que havia registros nas carteiras de trabalho, pois ao serem contratadas as carteiras eram assinadas. Neste quesito, as leis trabalhistas de 1967, no Art.415, estabelece a criação de carteiras da previdência social para todos os menores de 18 anos (BRASIL, 1967). A criação das carteiras de trabalho para os pequenos demonstra no campo legal que era enraizada a ideia de crianças com tratamento muito próximo aos adultos, enquanto trabalhadoras; por mais que houvesse na lei partes específicas para crianças, nesse momento histórico as carteiras as colocavam no mesmo lugar dos adultos, como trabalhadores.

Segundo nossos entrevistados, a admissão dos pequenos operários da Fábrica da Pedra ocorria de diversas formas; a procura por emprego por vontade própria, ou havia uma influência familiar que interferia na contratação - e a interferência era bem eficaz:

“Como era muito pequeno, toda semana ia gente para lá para ser selecionado, e eu ia no meio. Só procurava gente alta né, porque as máquinas são alta, ficava junto com o pessoal, mas nunca era selecionado, aí meu pai trabalhava lá na marcenaria, aí ele falou com o chefe o do setor pessoal, aí mandaram me chamar para trabalhar, aí foi até o dia da última noite da festa de outubro daqui; dia da festa, um dia de sábado. Ele entrou para trabalhar e eu fiquei na portaria esperando, aí quando o homem do setor pessoal que veio chegou na calçada e ficou procurando e eu bem aqui pertinho dele. Cadê o rapaz que veio para trabalhar? Aí meu pai diz: é esse daqui. É esse daqui deste tamanho? É, tá certo. Aí levou para o setor pessoal, fez a ficha e mandou levar lá pro chefe da seção. Chegou lá se agoniou também, disse que eu não ia dar porque era muito pequeno, eu não ia conseguir, mas vou ficar assim mesmo, aí consegui a atuação” (Antônio, 60 anos de idade).

Antônio guarda em sua memória detalhes sobre o dia da sua entrada na Fábrica. Nessas lembranças, podemos perceber como a fábrica mantinha um alto fluxo de contratação de crianças, mas para além disso, percebemos como a influência de um adulto o qual já prestava serviços para a indústria influenciava na entrada, permitindo a continuidade do ciclo de

⁹ Na história do Brasil, a situação de crianças vai sofrer transformações legais com a Constituição Federal. Em relação à proibição do trabalho para menores de 18, a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, no seu capítulo II, intitulado “Dos direitos sociais”, trás no seu artigo 7 a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Sendo alterada pela Ementa Constitucional nº20 de 1998, que passa a proibir o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 ou de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Mais tarde, como dito no capítulo 2, o ECA atualiza o lugar de proteção de crianças e também de adolescentes.

gerações de operários da mesma família. O único aspecto “negativo” para a Fábrica na hora da contratação foi o tamanho que Antônio possuía, pois como o próprio destaca, ela procurava gente alta devido ao trabalho nas máquinas, e esse requisito o Antônio não possuía, pois era uma criança pequena; sendo tido como incapaz de exercer as funções que a fábrica lhe delegaria.

O segundo caso, é o caso Júlio, esse se distingue do caso Antônio pois diferentemente Júlio não teve influência familiar para conseguir sua posição inicial na instituição.

“Quando cheguei lá eu perguntei: vim para trabalhar. Você quer trabalhar mesmo? Quero. Ele repetiu três vezes, ‘quer?’. Eu: quero. Aí ele disse: ‘trouxe a carteira?’ Eu: trouxe, o registro, só o documento que eu levei. Aí ele assinou o livro, mandou eu assinar embaixo, aí chamou os guardas, mandou levar eu nas seções para eu conhecer. Aí quando eu voltei, já me entregaram, já me entregaram o que a gente chama crachá. Naquele tempo a gente chamava plaqueta, mas era o crachá. A partir de agora o senhor tá empregado, se o senhor puder apressar para chegar na sua casa apresse que o senhor vai pegar meio-dia, e isso já ia descambando perto de onze. Quando eu chego em casa, aí eu já tava fichado, entendeu? Eu já era um funcionário daí quando me entregou o crachá” (Júlio, 68 anos de idade).

Entrar na fábrica foi uma decisão tomada somente pelo Júlio, essa decisão poderia estar relacionada às condições financeiras de sua família que impulsionaram sua vontade de trabalhar, mas também não podemos deixar de observar como eram rápidas as contratações sem obter qualquer prova da capacidade física, isso em ambos os casos dos dois entrevistados. As contratações ocorreram nos anos de 1968 e 1976 conforme registradas na tabela abaixo:

Figura II: Idade e data de contratação

Nomes	Entrada	Idades na contratação
Júlio	1968	14 anos
Antônio	1976	14 anos
Karol	1979	14-15 anos ¹⁰
Paula	1974	14 anos
Maria	1973	13 anos
Robson	1970 ¹¹	16 anos

Fonte: Adriana Araújo, 2023

¹⁰ Na entrevista, Karol falou que tinha 14 anos, mas na sua na carteira consta 15 anos – o que coloca questão em aberto sobre a fidedignidade dos dados da carteira (afinal era preenchida pelo empregador), como também sabemos da imprecisão que pode se fazer presente nos relatos orais, especialmente de idosos.

¹¹ Essa é a data que consta na carteira dele, embora neste período ele já tivesse 26 anos. Tamanha diferença, entre esse dado documental e o seu relato oral, nos faz supor grande probabilidade de erro no documento. Essas e outras razões nos fizeram adotar as carteiras de trabalho como documentos complementares.

O caso do Robson foi um pouco diferente, o entrevistado não recordava o ano que iniciou seu trabalho na Fábrica da Pedra. Sua carteira de trabalho foi trocada ao atingir a maior idade e o entrevistado não mais possuía os dados da carteira de infância. Desta forma, no seu caso contamos apenas com dados de fonte oral transmitidos durante a entrevista - sua idade de entrada foi um destes dados assim fornecidos. A carteira do Júlio também foi modificada com a maior idade, mas os dados de entrada da sua época de criança estavam presentes, por mais que a foto da carteira seja correspondente à sua juventude. Como já referido, todas as contratações ocorreram com assinatura nas carteiras de trabalho, que estão disponibilizadas em anexos (anexo 3), junto com o crachá disponibilizado pelo Antônio. Nos anexos também disponibilizamos fotografias (anexo 4), dos anos iniciais da fábrica que de forma explícita mostram pequenos operários realizando suas funções dentro da indústria.

No que tange à entrada das crianças no emprego fabril, observamos em outros trabalhos acadêmicos, como o de Cunha e Boarini (2010), a maneira como o Código de Menores contribuiu para as entradas delas nas fábricas. Através das medidas dos juízes de menores, que enviavam para as fábricas como critério educativa as crianças consideradas “delinquentes”, diversas entradas foram registradas, como aborda Cunha e Boarini (2010), o trabalho era entendido como recurso terapêutico, no qual acreditava-se que por meio deste, elas eram reabilitadas e induzidas a regras de controle e submissão. Esse foi um fato que marcou a vida desse público das grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Não podemos deixar de perceber as especificidades deste fenômeno no sertão alagoano. A nosso ver, por mais que o Código servisse de apoio legal para legitimar a entrada das crianças, esses pequenos operários, diferentes dos pequenos operários das grandes cidades, não sofriam a repressão total do Código de Menores. Não tivemos nenhum relato, nem tão pouco encontramos dados de pequenos operários que trabalharam na Fábrica da Pedra, como uma atividade de reeducação pela “vadiagem” - por mais que a condição socioeconômica em que vivam poderia ser considerada como tal. Vemos que na Fábrica da Pedra as entradas das crianças partiam muitas vezes por iniciativas das próprias para arrecadar meios de ajudar suas famílias.

Com relação à capacidade física das crianças contratadas, no período da admissão dos participantes da pesquisa, de 1968 a 1979, era vigente o Código de Menores de 1927, no qual era estabelecido no Art. 105 do referente código, a obrigatoriedade do certificado de aptidão física:

Nenhum menor de idade inferior a 18 annos póde ser admittido ao trabalho, sem que esteja munido de certificado de aptidão physica, passado gratuitamente por médico que tenha qualidade official para fazê-lo. Si o exame fôr impugnado pela pessoa legalmente responsavel pelo menor, poder-se-ha. a seu requerimento, proceder a outro (BRASIL, 1927).

Já no que diz respeito às leis trabalhistas de 1967, havia consideração quanto ao trabalho quando prejudicial à saúde da criança, mas não como um critério de contratação:

Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções (BRASIL, 1967).

No papel as leis existiam, mas na prática a realidade era outra. Não existia de fato a preocupação com a capacidade física desses pequenos e sua adequação às tarefas executadas, sendo a Fábrica da Pedra um exemplo dessa contradição. As crianças eram empregadas sem provar sua capacidade física, no caso do Antônio ele foi contratado mesmo considerado incapaz de trabalhar nas máquinas. Não havia real preocupação com a saúde delas. Enquanto o trecho do jornal que expomos acima, na citação de Sant’Ana, sobre as primeiras contratações da fábrica, relata que as crianças eram contratadas para serviços delicados, constatamos que no avançar do século XX essas realizavam não só serviços delicados, mas diversos tipos de serviço na instituição.

Um fator diferencial entre a Fábrica da Pedra e as fábricas das grandes cidades foram as greves, essas que costumeiramente marcaram a história das fábricas através das lutas operárias que buscavam seus direitos. Na vila da Pedra esse não foi um fator que ocorreu com frequência na Fábrica. Em livros ou jornais sobre a Fábrica nada foi encontrado sobre paralisações. Em nossas entrevistas os entrevistados não possuíam lembranças de greves durante todo período de trabalho. Júlio foi o único que recordou de algo nesse sentido. “*Quando invocava uma greve lá, não era para entrar ninguém, e o povo não acha ruim estar em casa. Todo mundo estava na greve, só que ninguém podia fazer nada né*” (Júlio). Não existia uma força operária que buscava seus direitos com este método, e as tentativas de greve não causavam um grande impacto no setor industrial. Entre as entrevistas, foi passada pouca reclamação ou crítica frente ao que a fábrica oferecia, como o próprio Júlio destacou “*Se você for para trabalhar você nunca vá para perguntar: meu salário quanto é? Não, não pode perguntar. Ela pergunta: ‘quer o trabalho?’ . Quero, pronto*”.

O não questionamento e a aceitação do que a Fábrica oferecia, também pode ser uma resposta do porquê não havia greves, mas um outro fator era o significado que a Fábrica da

Pedra possuía sobre os moradores da localidade. No jornal Correio da Pedra entendemos um pouco da importância da empresa naquela localidade.

Logarejo antes inhospito e desprezado, a Pedra fica proximo as S. Francisco, pertecendo como distrito ao município de Agua Branca.

Foi ahi que o genio de Delmiro Gouveia creou e desenvolveu a sua obra inonumental.

Hoje é uma villa Operaria, com perto de 5.000 habitantes, na sua quase totalidade trabalhadores da Fabrica de Linhas, pertencente a poderosa Empresa, que é accionada por força hydraulica, apanhada intelligentemente na Cachoeira Paulo Affonso, uma das nossas maravilhas mais surprehndentes (CORREIO DA PEDRA, 1924, p.298).

A narrativa do jornal enfatiza a importância da Fábrica da Pedra como fator considerável para a modificação das vidas de diversos sertanejos, sendo perceptível a centralidade da fábrica na vida da população e, portanto, também sua dependência. Antes, a dependência advinha do trabalho agrícola e contando com o clima para ter os frutos da sua sobrevivência. No mesmo jornal, um trecho do ano de 1927, destaca a procura do sertanejo por emprego na vila da Pedra, onde localizava-se a Fábrica.

É impossivel calcular a extensão das aperturas e angustias em que se preme actualmente a população pobre sertaneja, em virtude da secca que se inicia com o seu cortejo de horrores e da falta de trabalho em que ella possa ganhar o pão de cada dia.

Sabem-no bem esse facto pungente os que aqui trabalham e têm necessidade de vezes ir a outras localidades.

Todos se vêm ao chegar assediados por pessoas afflictas, que procuram saber as actuaes condições da Pedra e pedem-lhes em attitudes supplices, arranjam-lhes aqui qualquer serviço, que lhes garanta contra o flagello da fome (CORREIO DA PEDRA, 1927, p.70).

Compreendendo o significado do empreendimento de Delmiro Gouveia nesta região, entendemos o porquê os operários da Fábrica da Pedra não se colocavam contra a indústria, pois mesmo após anos da sua inauguração e dos primeiros operários, quando a então cidade Delmiro Gouveia já contava com melhores estruturas e os sertanejos não viviam mais nas mesmas situações, a Fábrica ainda era a principal fonte econômica com um valor simbólico muito forte para os moradores daquela região.

Para além do significado da Fábrica para os operários, a imagem das crianças era utilizada no jornal Correio da Pedra em um anúncio público contra as ameaças do governo. Neste anúncio o jornal relata a luta da Fábrica da Pedra contra as ameaças que vinha sofrendo,

e destacavam que sua luta tinha o intuito de garantir os empregos dos trabalhadores, e é neste momento que a infância da região é colocada como indefesa.

Será passageiro, será de poucos instantes, a satisfação dos que assim se levantam contra os operários e contra a população ordeira da Pedra e, por ordem de exmo. Sr. Costa Rego, benemérito governador do Estado, a quem a Companhia expoz, como verdade clara, tudo quanto se vem passando, está na cachoeira o Sr. Capitão Lucena para garantir as custosas instalações electricas e para evitar depredação possíveis, pois os inimigos da Pedra não recuarão de se utilizar dos mais deshumanos processos para retirar o trabalho do povo e arrancar **o pão da boca das inocentes crianças** (CORREIO DA PEDRA, 1925, p. 95, grifo nosso).

Vemos como esses pequenos eram retratados como pessoas dependentes do seus pais, em que o emprego dos seus tutores era considerado o meio de sobrevivência da família, e deste modo, ao estarem ameaçando os empregos dos pais dentro da Fábrica, a ameaça estende-se à sobrevivência das famílias de toda a região, principalmente às crianças. Elas não eram retratadas pelo jornal como trabalhadoras, mas como dependentes, não só dos pais, mas principalmente da Fábrica, porque essa sim era responsável pelo seu futuro e da sua família. A imagem de uma infância indefesa e dependente percorria pelo sertão, mas também convivía a realidade dessas crianças de forma um pouco diferente, essas muitas vezes responsáveis pela sua própria sobrevivência. Desse modo, o jornal se utiliza da imagem de uma infância idealizada (à época já difundida nos grandes centros urbanos, uma infância associada à escolarização e preparação para o futuro), baseada no projeto moderno, para sensibilizar a opinião pública. Contraditoriamente, a Fábrica lidava com parte da infância da vila enquanto trabalhadoras. O que está em jogo de fato é a dependência econômica da população local para com a instituição.

Agora passemos ao pagamento dos pequenos operários. Algumas práticas estabelecidas pela indústria desde sua criação permaneceram mesmo após a morte do seu criador, Delmiro Gouveia. Uma dessas corresponde à forma de pagamento. Gonçalves (2010) relata que os pagamentos eram realizados de forma semanal, a todos os domingos e entregue em dinheiro. Em nossas entrevistas, percebemos que a mesma frequência semanal de pagamento permaneceu sendo praticada por muito tempo, sendo esse ato iniciado em 1914 e permanecendo até a década de 1970, ocorrendo sua modificação após uma das vendas da fábrica.

[O pagamento] “Era por semana quando eu comecei, que era no tempo do dono principal, que era Antônio Carlos. Aí depois que ele morreu e venderam por mineiro, aí ficou de 15 em 15, era duas vez no mês, pagava dia 15 e dia 30, aí eu fiquei recebendo, fiquemo, fiquemo. Aí quando os mineiro já venderam para o outro, por outros eu trabalhei mais pouco, era por mês” (Júlio).

Observamos que a venda da Fábrica ia modificando algumas práticas adotadas, entre outros fatores, deixando as velhas administrações de lado e passando a ter um novo modelo de conduta, mas para além disso, também percebemos que as crianças operárias recebiam seu pagamento no mesmo período que os adultos, não havendo distinção entre as idades em relação à forma de pagamento. Em relação aos valores salariais, aí sim identificamos distinções.

Nas entrevistas, quando questionados sobre receber o mesmo salário dos adultos obtivemos respostas negativas:

*“Não, era não, eu só depois que **completei de maior**, e é **pela função** que você tinha. Eu era operador de máquina, eu tinha a produção, eu ganhava por produção, e quem era ajudante não ganhava na produção, queria ganhar que nem eu, que a gente chamava, eu era operador das máquinas, afiador, e o outro era ajudante” (Júlio; grifo nosso).*

Júlio nos explica como funcionava os valores salariais, as crianças recebiam um valor inferior devido à sua função dentro da Fábrica, ou seja, cabiam a essas as funções com baixo valor salarial, conseqüentemente, o trabalho executado pelos pequenos operários durante a mesma carga horária dos adultos era desvalorizado, fazendo com que a Fábrica tivesse mão de obra barata em determinados cargos, os ocupados por crianças. Também em relação à questão de gênero, sobre o trabalho feminino, vimos uma diferenciação em relação ao valor salarial, como explicou a participante Paula:

“Nós trabalhava por produção, quem desse mais produção ganhava mais, mas o salário era um só. Agora que ganhava por produção né, a pessoa que mais produzisse ganhava mais, se fizesse hora extra também ganhava mais” (Paula, 62 anos de idade).

Todas as entrevistadas do gênero feminino trabalharam no setor da tecelagem, o qual fazia parte da Fábrica, e ambas relatam a mesma situação: que o salário das meninas correspondia ao salário das mulheres, sendo que a diferenciação salarial era ainda mais incrementada quanto à produção: quanto mais se produzia mais ganhava, essa era a estratégia que a Fábrica utilizava para acelerar a produção. Com o baixo salário e pouca produção durante a semana, as entrevistadas retrataram que durante o final de semana faziam hora-extra como forma de complementação salarial. Esses finais de semanas em que as crianças permaneciam trabalhando, também pode ser entendido como um indicador da sua desvantagem física, ou seja, comparada às mulheres que também trabalham na tecelagem, elas muitas vezes estavam em desvantagem em relação à sua produtividade, desta forma, não conseguiam uma alta produção,

acabando não produzindo o que a Fábrica estabelecia, resultando nos muitos fins de semana dedicado ao trabalho na indústria.

4.2. Infância operária frente ao modelo idealizado de infância.

A temática do trabalho na infância relaciona-se diretamente com a noção de infância, visto seu processo de construção sócio-histórica desde a Modernidade – período da história da Europa que engendrou a noção de infância moderna, do tempo da vida dedicado ao brincar, à escolarização, do espaço privado da família nuclear, e que foi difundida no Brasil ao longo do processo de colonização e no império. O modelo de infância idealizado, ao qual nos referimos aqui, é justamente esse, com raízes na infância moderna, que emergiu durante o processo de industrialização brasileira durante a primeira república, onde nas grandes cidades há crescimento da urbanização e industrialização, e manifestação de um imaginário burguês de disciplinarização. Para este projeto de modelo de sociedade, foi fundamental que as crianças pobres estivessem sob controle do Estado que tentava supostamente salvá-las dos “vícios sociais”, transformando essas crianças em força de trabalho para o capitalista burguês.

Em 1922, o jornal Correio da Pedra publicou uma matéria sobre os períodos da vida, na qual contava “Períodos da vida - *Infancia*, de 1 a 7 anos: é a idade da inconsciência e sensibilidade. *Adolescencia*, de 8 a 14 anos: Idade da imprevidência e da curiosidade.” (CORREIO DA PEDRA, 1922, p.34). Aqui temos a concepção da infância propagada pelo sertão em 1922, que consistia entre 1 aos 7 anos a infância, período extremamente curto de vida (se observarmos com as referências atuais) e que passava a concepção desse tempo da vida como uma pessoa angelical, que necessitava de alguém que se dedicasse a elas. Dos 8 aos 14 anos, a mudança da fase da vida ocorria supostamente pelo começo da perda da inocência, deixando a sensibilidade e tornando-se pessoas com maiores capacidades, em que seu aprendizado já era de sua responsabilidade, assim considerados adolescentes. Vemos que o termo infância já era utilizado no Brasil em 1922, mas carregado de eurocentrismo, remontando períodos anteriores à Modernidade, visto que já após os 7 anos as crianças eram consideradas miniaturas de adultos, não havia ainda a preocupação com as peculiaridades do desenvolvimento infantil. O século XX foi um período em que se fortaleceram os processos de militância dos movimentos sociais em prol da proteção da infância, desta forma via-se médicos,

psicólogos, pedagogos, jornalistas, entre outros, lutando pelo reconhecimento social das crianças, mas isto não significava que esse público tinham um reconhecimento social amplo de um trato para com a infância, nem tão pouco o termo infância era amplamente utilizado no cotidiano – apenas crianças da elite aristocrática, filhas de comerciantes ou políticos brasileiros e portugueses, da elite agrária, entre outros, inspiravam maiores cuidados do seu entorno após os 7.

No campo legal, o resultado mais explícito da luta pela formalização das crianças como sujeitos sociais plenos só foi legitimado em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é a partir deste período que a criança passa a ser reconhecida como pessoas com até 12 anos incompletos, como também passam a ganhar seu reconhecimento como pessoas em desenvolvimento e como pessoas portadoras de direitos. O modelo de infância constituído através do ECA não foi o mesmo modelo vivenciado pelas crianças operárias da Fábrica da Pedra.

No período vivenciado por esses pequenos trabalhadores, ser criança pobre era sinônimo de ser “vadio” e “vagabundo”, fruto da marginalização da população negra e pobre pós-abolição. O trabalho era socialmente difundido como a única solução que resolvia o mau hábito social da “vadiagem”. Paula, uma das entrevistadas, foi uma criança que viveu sua infância quando não existia leis que defendessem seus direitos, expressando o pensamento social do seu tempo: *“No meu tempo, as crianças não ficavam vagabundando na rua não, era todo mundo trabalhando. Hoje em dia não, tem as leis, as coisas mudaram, mas Delmiro não era assim não, hoje tá tudo diferente”* (Paula). Curioso perceber a realidade social que refletia nas infâncias dos pequenos operários, mas simultaneamente também notamos nas entrelinhas ainda a sua defesa hoje, como um valor, da dignificação do povo pobre por meio do trabalho.

No âmbito de trabalho a Fábrica contratava crianças de ambos os gêneros, mas seus tratamentos e ocupações muitas vezes eram diferenciados, nas entrevistas observamos que havia uma divisão de tarefas estabelecida pela indústria, sendo estabelecido o cargo de acordo com o gênero. Notamos também que todas as entrevistadas trabalhavam na tecelagem, local designado para o gênero feminino, enquanto o trabalho no processo de fabricação cabia em grande parte do tempo aos homens.

“(...) por que quem entrava os homens né? Mulher não, mulher já entra para aprender a profissão de máquina, mas homem todos os chefes que teve na fábrica, de chefe a gerente, todos eles entraram varrendo, varrendo o salão, todos os home que entra de menor entra varrendo, que só pega a

partir de maior já para serviço pesado, pegar caixa de fio, espora, bombina” (Júlio).

Os procedimentos estabelecidos para com os dois gêneros começavam a se diferenciar no processo de entrada, enquanto pessoas do gênero feminino eram diretamente direcionadas para as máquinas, as do gênero masculino começam varrendo, pois, ele nomeia esse não como um serviço pesado, mas poderiam chegar a ocupar cargos maiores posteriormente. Por fotos encontradas no livro “Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia” (SANT’ANA, 1996), observamos que a tecelagem no início do funcionamento da Fábrica sempre foi um espaço destinado às mulheres, já pelo que consta na imagem (anexo 6) a presença de crianças neste ambiente nem sempre se fez presente. Em contrapartida, neste mesmo livro, uma foto (anexo 5) da seção de fusos apresenta várias crianças do gênero feminino, o que nos faz pensar que havia locais específicos onde elas trabalhavam e que a tecelagem não era um desses locais. Este fato pode expressar as mudanças ocorridas na Fábrica em decorrência dos anos e das trocas de donos.

Na tecelagem, as máquinas de costura tornavam-se as principais companheiras das crianças durante toda jornada de trabalho. Destinada ao gênero feminino, a Fábrica determinava que somente mulheres trabalhassem na costura, os homens que lá prestavam serviço ocupavam outros cargos, como relata Karol: “*Existia meninos também, os rapazinho, mas não era costura não, eles faziam outras coisas, era limpeza. Os rapazinho faziam limpeza e os que consertavam as máquinas também*” (Karol, 58 anos de idade). A preocupação em não colocar o gênero masculino em hipótese alguma na costura reflete valores machistas e discriminatórios, empregando essa função somente as meninas e mulheres, mas também significa a continuação de um operariado que, com o passar dos anos, prosseguiu com a divisão de cargos exclusivos para o gênero feminino. Destacamos que as oportunidades de crescimento de ambos não eram iguais, percebemos que as crianças do gênero masculino tinham a oportunidade de crescer dentro da indústria através das trocas de cargos, já o feminino continuaria com suas mesmas funções dentro da tecelagem, costurando. Percebemos, então, que a divisão do trabalho por gênero colocava distinções desde a entrada na indústria, mas também na prescrição de um futuro de menos independência financeira, mesmo para as mulheres operárias da Fábrica, que tinham um horizonte de remuneração sempre mais limitado do que os dos homens, sendo o seu trabalho mais desvalorizado.

Dentro do arame¹², espaço que representa toda vila operária e industrial, Delmiro mantinha controle sobre absolutamente tudo, inclusive sobre a vida dos operários. Foi criada em Pedra uma imagem de civilização e trabalho através das medidas de educação e ordenamento social aplicadas por Delmiro, neste plano, havia interferência nos modos de comportamento dos operários dentro e fora de suas casas na vila, a exigência de um padrão de higiene, modo de vestir-se, controle do horário de comércio, namoro, bebidas alcoólicas, jogos, brincadeiras, entre outros fatores (NASCIMENTO, 2014). Percebemos que o “civilizar” não passava de uma violência imposta aos operários, que deixaram seus hábitos de lado e passaram a ser dominados por um padrão civilizatório perdendo suas liberdades, seus costumes, sendo forçados a incorporar um novo sistema cultural completamente distinto do seu anterior – rural e sertanejo. No interior da Fábrica o controle de Delmiro com seus empregados era implacável, no ambiente de trabalho não eram permitidas brincadeiras, distrações e furtos, pois estes eram considerados motivos de punições, que correspondiam ao afastamento dos funcionários, mas também poderiam ser imposto castigos físicos como instrumento de disciplina, que consistia em amarrar os operários em um tronco de árvore, permanecendo no local por horas, e por fim eram expulsos da Fábrica de Pedra (CORREIA, 1998). Mesmo sendo um trabalho dito como “livre”, os operários viviam em um regime similar ao escravocrata, sofrendo castigos semelhantes com os impetrados aos escravizados, tendo seu corpo dominado, estando sempre em uma constante vigília das suas vidas, costumes e privacidades, não eram respeitados. Para viver na vila da Pedra e trabalhar na Fábrica, tinha antes de tudo que se submeter ao regime de trabalho, às disciplinas e ao regime do patrão.

Não obtivemos informações sobre castigos físicos em crianças no trabalho, mas elas também viviam no mesmo regime dominador. Correia (1998) aponta que as rotinas das crianças também eram fiscalizadas, essas estando em um conjunto de controle de frequência escolar, tendo suas brincadeiras regulamentadas com tempo controlado, havendo um toque de recolher, aqui entendemos que esses pequenos não escapavam da repressão imposta pela indústria, as suas infâncias em parte eram controladas, pois não era permitido nem expressar-se livremente. Partindo para mais da metade do século XX, analisando as falas dos entrevistados,

¹² As cercas de arame demarcadas por Delmiro correspondiam a uma grande área próxima à Pedra Velha, ao lado aposto da ferrovia. Toda essa região ficou conhecida como “dentro do arame”, onde foi construída a Vila da Pedra e a Companhia Agro Fabril Mercantil. Ficava dentro do arame: a Rua 7 de Setembro, Rua 13 de Maio, Rua 15 de Novembro, Rua José de Alencar, Rua Floriano Peixoto, Rua Rio Branco, a Rua Ruy Barbosa, a casa sede, curtume e fábrica de gelo, depósito da fábrica, Companhia Agro Fabril Mercantil, pista de patinação, Carrossel, loja ou casa da bandeira, correio, telegrafo, farmácia, cinema etc (GONÇALVES, 2010). Toda essa região localizada dentro do arame permanecia sobre o controle e ordem de Delmiro Gouveia.

consideramos que ainda existiam algumas medidas repreensivas, como as suspensões por erros cometidos. *“Existia suspensão, dava tantos dias de suspensão, eu nunca fui suspenso. Existia suspensão para qualquer tipo de erro* (Robson, 78 anos de idade). Por mais que existisse as suspensões para erros, a intensidade das medidas tomadas pela Fábrica jamais permaneceu a mesma do início do seu funcionamento. Após a morte de Delmiro, seus sócios e descendentes continuaram com os planos de Gouveia, porém, após a venda da Fábrica e a saída da família Gouveia do povoado Pedra, em 1926, muitas coisas mudaram e continuam mudando a cada nova geração de donos que chegava ao controle da Fábrica da Pedra. De toda forma, após a saída da família Gouveia, a indústria não possuía mais o papel “civilizatório” posto por Delmiro, principalmente entre o final da década de 60 e 70, quando os moradores não tinham a mesma dependência da fábrica para sobreviver. É através dos processos de venda da Fábrica que os operários deixam de passar pela violência física, cultural e dominadora.

Vimos acima que na Vila da Pedra as brincadeiras eram fiscalizadas e que seu tempo era controlado. Explanando um pouco mais sobre o brincar das crianças que trabalhavam e viviam neste local, Correia (1998) coloca que Delmiro distribuía para elas brinquedos como bonecas e carros, porém jamais brinquedos que os influenciariam para o mal, como armas. Na sociedade brasileira do início do século XX, dar brinquedos para as crianças pobres não era um ato comum, pois não havia na sociedade os ideais das necessidades infantis desse tipo de criança, nem tão pouco o pleno conhecimento de que as brincadeiras eram uma dessas necessidades. A eventual doação de brinquedos ajudava Delmiro a figurar como homem caridoso. Altman (2020) ao falar dos brinquedos industriais aborda que a cultura destes brinquedos veio da Europa, sendo introduzida nas fábricas brasileiras no final do século XIX. Os brinquedos industriais eram objetos produzidos para crianças ricas, e que despertava um sentimento de posse entre elas, o sentimento de ter, no qual esse público se atraía pela beleza e pelo mecanismo, porém os brinquedos industriais nem sempre estavam presentes nas vidas das crianças pobres, e é neste caso que as próprias produziam seus próprios brinquedos e brincadeiras, nem que seja na imaginação.

Em Pedra percebemos que existia uma concepção de infância na qual as brincadeiras faziam parte da realidade desses pequenos. Segundo Gonçalves (2010), Delmiro sempre foi um industrial que através das suas viagens para Europa aprendia sobre negócios e também sobre a sociedade europeia, para introduzir parcialmente tal modelo no comércio do Brasil, dentro da sua conveniência. Em virtude disto, sabemos que na Europa já existia a concepção da infância

como reconhecimento de um período da vida em que as crianças necessitam de maior proteção, a escola já era o lugar social delas, e que estavam em fase de desenvolvimento, na qual as brincadeiras eram parte essencial para neste quesito. Contudo, vemos que Delmiro implantou em Pedra alguns conceitos da infância europeia, como a implementação das brincadeiras como essenciais para as crianças, estabelecendo um horário para isso, mas não necessariamente elas precisavam de um horário específico para brincar. As brincadeiras são um ato natural da pessoa humana onde a qualquer momento poderia ser introduzida. Para uma criança, principalmente as pobres, brinquedos não são a única fonte de brincadeira, e quanto a isso o industrial não poderia controlar. Não importa o período histórico, as brincadeiras sempre vão seguir os pequenos operários na Fábrica da Pedra. Com a saída da família Gouveia, não se ouviu mais falar das entregas dos brinquedos, mas as brincadeiras não pararam. Em dados do jornal Correio da Pedra, em uma matéria que informava a morte de uma criança operária: vemos que José Motta, após às 16 horas, tendo deixado seu serviço na Fábrica, sobe na parte traseira de um caminhão carregado por 400 tijolos e ao pular do caminhão em movimento acaba sendo pego por uma roda, chegando a morrer (CORREIO DA PEDRA, 1929). José estava brincando. Em uma outra matéria falando sobre o mesmo acontecimento, a brincadeira é explicada:

Ninguém aqui ignora a facilidade com que sob as vistas com complacentas dos paes, os meninos correm atrás do autos e caminhões, tomando-os em carreiras violenta e pulando mais adiante.

Fazem isso todos os dias por habito, por < eport> pela inoonsciencia própria da idade (CORREIO DA PEDRA, 1929, p.71).

Essa era uma das brincadeiras de rua que as crianças realizavam, às vezes um divertimento perigoso como o relatado, mas eram nesses momentos que esses pequenos eram livres para ser quem realmente eram, aprontando, brincando, sendo crianças. Em pergunta para os entrevistados percebemos esse aspecto, em que, de forma discreta sem muita explicação, alguns entrevistados relatam sua forma de brincar durante o serviço:

Antônio: *“Porque a pessoa também se divertia muito, brincava muito. Brincava assim, trabalhando, se divertia com o outro pessoal”.*

Maria (63 anos de idade): *“A gente brincava, nós mesmo lá né, quando podia. Quando não podia, quando o chefe tava perto, a gente não podia fazer nenhuma brincadeira, só quando o chefe não tava por perto, porque se ele tivesse, minha fia, a brigada era pesada”.*

Mesmo com as fiscalizações, as crianças encontravam brechas para brincar, seja essas brincadeiras verbais ou físicas, mas a ludicidade sempre esteve presente, fazendo com que elas

não se entregassem completamente ao mundo adulto, provando formas de a infância se fazer presente.

As brincadeiras consideradas inadequadas ao ambiente de trabalho, porém adequadas à idade das crianças, poderia ser vista como uma forma de negação à obediência das regras impostas, nas quais os pequenos trabalhadores se sobrepõem a muitas situações de trabalho. Porém, o brincar não era a única forma de expressar sua condição de criança, Pires e Fontes (2020) destacam que as conversas, o correr pelo ambiente de trabalho, também poderia ser entendido como uma forma de resistência da infância a toda organização capitalista do trabalho. Essas eram situações que quebravam as rotinas exaustivas de dias tão longos passados dentro das fábricas, aliviando assim a tensão que atravessava a questão do trabalho, resgatando o direito à infância, esse negado aos pequenos trabalhadores.

A presença de pequenos operários era constante nos corredores da Fábrica, como também na tecelagem, como relata Antônio, eram filas de crianças todos os dias, tomando de conta daquele ambiente e fazendo os adultos olhavam com espanto ao ver o tamanho dos trabalhadores. Na tecelagem Paula em seu relato destaca que:

“Tinha várias de menor, tinha gente adulta, de maior e de menor, tinha várias, por que quando começa de 12 a 13 anos que via que dava para trabalhar já ia para poder comprar as suas coisas que os pais naquele tempo não tinha condições, só rico” (Paula,)

Observamos um entrelaçamento entre os universos adulto e infantil, no qual as crianças trabalhadoras borram tais fronteiras – supostamente bem definidas para um padrão idealizado de infância. Nesta convivência de gerações entre os operários, os adultos se admiravam ao verem o tamanho das crianças que começavam a trabalhar. Nos disse Antônio que *“Tinha filas de crianças todos os dias. Quando eu entrei na fábrica e passava pelo corredor, os trabalhadores paravam o serviço e ficavam olhando para mim, porque eu era pequeno e tava trabalhando”*. Neste aspecto por mais habitual no cotidiano daquela Fábrica o trabalho dos pequenos operários, nem todos os adultos naturalizavam sua presença, às vezes estavam lá filhos, parentes, mas nem sempre era desejo dos pais por seus filhos no labor do trabalho, a pobreza os forçava. Para as crianças iniciarem em uma profissão, antes de tudo tinham que passar pelo processo da aprendizagem, para as garotas da tecelagem, Paula explica que antes de trabalhar em conjunto com os adultos, passavam em uma escolinha para aprender a profissão, só assim trabalhavam todos juntos. Esse fato nos fez lembrar quando Correia (1998) aborda que as escolas da Vila operária tinham papel central no preparo das crianças para o emprego na

Fábrica, assim percebemos que permanecia o ensino para esse público aprender a profissão, com intuito de transformá-los em bons profissionais, tendo o futuro operariado da Fábrica garantido com qualidade, pois sua aprendizagem vinha da infância.

Desde a criação da Fábrica da Pedra, em 1914, o funcionamento ocorria de segunda a sábado, entre os turnos da manhã, tarde e noite, sendo o domingo correspondente ao dia de folga dos operários. A jornada de trabalho era de oito horas, tocando a sirene informando a troca de turnos, porém só entrava no local de trabalho aqueles que passavam pela vistoria realizada na portaria, onde era fiscalizado os vestuários, cabelos e os calçados (NASCIMENTO, 2014). Ao nos informarmos sobre os horários e dias de serviços dos operários da década de 1960-70, observamos pequenas mudanças no quadro de horários, mas o dia da folga permaneceu aos domingos, porém, as crianças da tecelagem utilizavam dos domingos para fazer hora extra, desta forma, esse dia não se tornavam mais um dia obrigatório de folga, mas sim opcional. Em relação aos horários de trabalho, os entrevistados responderam:

“Eu trabalhava 6 horas e folgava. Olha, nós trabalhava 12 horas, eu entrava de 6 da manhã, largava meio dia, entrava de meia noite, saía 6 da manhã. A gente só tinha folga no dia de domingo, quer dizer que dava 48 horas na semana” (Júlio).

Os horários que as crianças do gênero masculino trabalhavam era sempre o mesmo, 6 horas por dia, com folga aos domingos. Suas rotinas se davam da seguinte forma: *“A gente tinha 5 minutos antes para poder entrar, receber o grupo de máquina cada operador e a gente só sai 12 hora, 6 hora da manhã para bater o cartão” (Júlio).* Quando observamos o cenário das crianças que trabalhavam na tecelagem, o horário de funcionamento modifica-se, como explica Karol: *“Era de 7 da manhã, saía de 11h, entrava de 13h e saía de 17 horas”.* Na tecelagem as meninas não contavam com horário fixo de saída.

“Tinha horário que a gente saía cedo e tinha horário que a gente saía mais tarde para fazer hora extra pra os pedido que queriam, né? A gente tinha que fazer hora extra, sair de sete. Às vezes a gente saía de 17:00h, entrava de 19:00h, e saía 22:00 da noite” (Maria).

Diferente dos meninos, as meninas da tecelagem tinham seu horário de trabalho extenso e indefinido, tudo dependeria da quantidade de trabalho estabelecida para aquele dia, sem a certeza do horário de saída. Além do seu turno, havia as horas extras no domingo, assim a jornada de trabalho feminino poderia chegar a ser de domingo a domingo, não havendo seu dia de folga. Quanto à rotina da tecelagem, *“A gente quando saía tinha aquela hora de entrar porque apitava [a sirene]. Aí antes de apitar a gente ficava tudo esperando fora, aí depois que*

entrava a pessoa ia tomar água e cada um procurava seu setor e sua máquina para trabalhar até a hora de sair” (Paula). Em ambos os relatos percebemos que a rotina de entrada era um processo padrão da Fábrica. A sirene sempre esteve presente na história da Fábrica da Pedra marcando as trocas de turnos (e também marcando por décadas o ritmo de toda a vila), mas um procedimento dos anos iniciais de Fábrica que não teve continuidade foi todo processo de revisão dos trajos, cabelos e calçados dos operários.

Diversos cargos foram ocupados pelas crianças, meninos e meninas exerciam funções diferentes. Os meninos, como já falado por Júlio, começavam todos varrendo, mas esse cargo permanecia com eles por pouco tempo. O próprio Júlio passou dois meses como varredor de sessão e subiu de cargo tornando-se inicialmente ajudante, depois passando para afiador e operador de máquinas. Antônio varria as sessões com rapidez para terminar seu serviço e ir aprender novas funções. Um aspecto que diverge inicialmente ao longo das entrevistas é a dos cargos ocupados pelos pequenos operários do gênero masculino: inicialmente nas entrevistas foi afirmado que os trabalhos pesados eram ocupados somente quando a criança atingia uma maior idade, mas percebemos, com o avançar do diálogo nas entrevistas, e com o fornecimento de informações concretas, que antes desta maior idade chegar elas já ocupavam cargos que as exigiam um maior esforço físico. Ao começar a trabalhar nas máquinas, Júlio retrata o peso do seu trabalho:

“Eu trabalhava sabe com quantos lados de máquinas? Era 10 máquina, era 20 lados de máquina, era 10 máquina assim, só passava um corredor no meio. Eu ia e voltava, ia e voltava, não era enjoado? Por isso deu problema nas minhas veias, era em pé, a gente só tinha uma fuguinha quando tava em casa”.

Em relação às crianças entrarem varrendo, este sendo supostamente um serviço leve, o que nos parece é que a entrada na Fábrica com esta função era uma estratégia utilizada para mantê-los entre os operários adultos e assim se tornar um observador das demais funções, com isso aprendendo novas formas de trabalho – sem contar com a naturalização da sua presença no ambiente, a socialização e construção de vínculos com os adultos homens operários.

Sobre os postos de trabalho das crianças do gênero feminino, elas trabalhavam na costura do setor de tecelagem:

“A costura que eu fazia lá era os lençol, unia os lençol. Não só fazia uma coisa só. Eu dobrava lençol, passava ferro em lençol, chuleava toalha, chuleava guardanapo, fechava fronha, tudo. Não era só um serviço só

que a gente fazia. Bainha de lençol também, cheguei a bordar também, em máquina de bordar lençol, tudo fazia” (Maria).

Maria definiu em que se baseava o trabalho de uma costureira na tecelagem e percebemos que na sua visão seu trabalho não era repetitivo – o que não necessariamente tornava seu trabalho mais “leve”. Karol que ocupava o setor camisaria não permanecia somente em uma função. Quando não havia serviço a ser realizado no setor de camisaria, essa ocupava o setor de calças, e entre as duas funções ficava responsável pelas bainhas em gola e em manga, e pelos bolsos das calças.

O que coincide entre ambos os gêneros durante as entrevistas é a falta de reclamações sobre o seu trabalho, ambos consideravam um trabalho leve, mas algumas controvérsias surgiram nas falas das costureiras, como a de Paula: *“Não, não era pesado não, que era de máquina, era pesado assim quando botava a gente para fazer hora porque a gente tinha que produzir e tinha que voltar para trabalhar a noite”*, distinguindo o peso de trabalho entre serviço executado fisicamente e tempo de horas trabalhadas por dia. Paula não foi a única a questionar a horas extras como cansativas, em si o trabalho da costura era considerado um trabalho mais leve, mas o esgotamento físico de permanecer na mesma função por longas horas transformava o trabalho daquelas crianças em igualmente muito cansativo.

Por mais que os entrevistados tenham narrado seus trabalhos como não pesados, ao falar das suas condições de trabalho eles se contradizem, como vemos o relato de Júlio:

“Eu trabalhava em pé, olha as minhas veias [apontando para a perna]. Era o peso todinho aqui. A gente botava o lado todinho, eu trabalhava emendando fio, caminhando e emendando. Eu fazia uma farofa, eu levava às vezes, eu deixava para comer em casa que as máquinas não deixava. Olha, você olhava para aquelas luz, só via aqueles pozinhos. O que a gente não engolia, daquele pozinho?, Aí eu ia meter a mão no avental e ia comer um pouquinho [da farofa] para comer daqui a uma hora, duas horas. Aí deixa para comer logo em casa.”

Percebemos a fome do operário durante o serviço e a sua consciência da insalubridade. Podemos ver que o trabalho realizado não se tratava de um trabalho fácil, principalmente para uma criança. Estar naquele tipo de ambiente de trabalho em si já era prejudicial para a saúde dos operários, podendo adquirir problemas de saúde de diversas ordens. Assim, a permanência nos ambientes de produção da Fábrica não só poderia prejudicar a saúde dessas crianças, como também não era um local de segurança. Antônio relata que todos os dias ocorria algum problema com algumas das máquinas, por exemplo, uma máquina incendiava dando um estouro. Em suas memórias, ele nos conta que pegava o extintor aperreado e saía arrastando

para apagar o fogo, hábito que ele sempre fazia porque gostava. Vemos que as crianças não tinham a mínima proteção frente a este tipo de risco, eram jogada à própria sorte. Apesar de sua própria iniciativa que Antônio sempre ia apagar o fogo, nenhum adulto o impedia, mas essa atitude também nos faz pensar na sua motivação, enquanto criança, e também enquanto operário cuidar da limpeza do ambiente.

Os perigos do trabalho não estavam relacionados somente ao fogo ou ao pó, esses pequenos operários durante a realização do seu labor chegavam a sofrer acidentes, e as medidas de proteção não se faziam obrigatórias pela indústria. Por mais que exigissem uso de bota, máscara e demais proteção, Júlio aborda que nunca utilizou esse tipo de uniforme, chegando sempre a trabalhar de sandália, sem uso de máscara nem abafador de ruídos, destacando que muitos operários não faziam uso das medidas de segurança para se aposentarem com menor idade devido a problemas de saúde causados pelos ruídos das máquinas. Havia a displicência da Fábrica que não obrigava o uso do material de proteção, mas também por parte dos trabalhadores, que se recusam muitas vezes para, mesmo se prejudicando, conseguirem deixar o trabalho algum tempo antes do esperado com a garantia da aposentadoria.

Antônio relata que, na sessão ao lado da sua, presenciou um braço de um operário sendo engolido por uma máquina. Já o entrevistado Robson chegou a se machucar, mas sem gravidade. Na tecelagem, Maria chegou a se acidentar com uma navalha. Na camisaria uma agulha chegou a quebrar dentro do dedo do Karol, sendo o mecânico o socorrista nas horas de acidentes. Paula chegou a ser atingida por uma máquina de costura que arrancou sua unha e pegou parte do seu dedo, chegando a levar pontos. Todos esses relatos nos fazem perceber como o trabalho fabril era de extremo perigo, principalmente para as crianças que não eram poupadas dos riscos. Elas lidavam diariamente com máquinas extremamente afiadas, nas quais a qualquer momento poderiam se ferir, suas proteções nunca foram algo a ser pensado pela indústria, os pequenos operários sempre estiveram ali no meio dos adultos, contando com sua atenção e sorte para não se ferirem gravemente. Mesmo com os problemas relatados, o ambiente de trabalho é ainda narrado como agradável por parte dos entrevistados, não havendo queixas sobre questão de higiene, iluminação, etc – quando lhes indagamos diretamente sobre o assunto. O único problema encontrado pelas meninas da tecelagem era o calor, esse que mesmo com ventiladores espalhados pelo local de trabalho não davam conta de refrescar o ambiente devido à grande quantidade de mulheres trabalhando no mesmo local.

O trabalho na Fábrica não foi a primeira experiência de emprego dessas crianças, a suas realidades as obrigavam a trabalhar, seja com remuneração financeira ou não. Antônio falava da vontade que tinha de trabalhar, desta forma sempre arrumava um meio para ganhar seu dinheiro. *“Eu já vendi picolé, já carreguei feira do povo, já trabalhei em banca, na banca foi que passei para a fábrica”*. Vemos uma trajetória de trabalho informal pelas ruas, sendo o espaço público da Vila o lugar das crianças criarem seus meios de vida também. A sua vontade de trabalhar estava associada com necessidades financeiras que passava com sua família, e era essa realidade que o levou ao trabalho. Karol também explana sua realidade antes da entrada na Fábrica:

“Em casa já ajudava, minha mãe costurava as roupas e eu caseava. Naquela época as calça não era zíper, era botão. Ela cortava e eu caseava, apregava os botão, dava bainha. Já ganhava, a mulher me pagava pra eu fazer isso, desde pequena, 7 anos eu já ganhava meu dinheiro fazendo isso. Acho que o trabalho mais pesado que eu tive foi de segurar menino antes de entrar na fábrica.”

Com 7 anos Karol já estava com sua mãe produzindo alguma renda, sua mãe não a colocava para ajudar voluntariamente, mas pelo contrário, fazia Karol receber pelo seu serviço, talvez para a incentivar a trabalhar, ou somente porque de todas as formas o dinheiro recebido por Karol era investido nela mesma diminuindo os gastos dos pais. Para além do seu trabalho remunerado na costura, Karol também trabalhava segurando as crianças da sua família, que muitos poderiam não considerar um trabalho, mas essa função despejada a ela foi considerada como pior trabalho que ele teve, levando em conta o cansaço gerado. Observamos que os trabalhos realizados pelas crianças antes das suas entradas na Fábrica da Pedra competiam muito ao gênero, enquanto o masculino trabalhava pela rua o feminino trabalhava em casa. Vemos novamente essa questão se repetir através dos motivos das saídas, em que o gênero masculino permaneceu no emprego até a aposentadoria, enquanto o feminino largou seus empregos na tecelagem devido aos casamentos e as gravidezes.

As questões de gênero onde o espaço privado era entendido como preferencial ao gênero feminino eram práticas comuns na sociedade brasileira. Bertucci (2015) ao retratar as mulheres na sociedade paulista, aborda que nas primeiras décadas do século XX entre as atividades realizadas por mulheres, a costura e o bordado eram atividade consideradas apropriadas a “senhoras” ou “senhoritas”, com realização deste trabalho no ambiente de sua casa ou ateliê, porém o ateliê poderia haver somente a presença feminina. As fábricas, principalmente as têxteis, começam a quebrar esse estereótipo da mulher recatada, pois elas passam a trabalhar

nas indústrias, mas nas máquinas, atividades consideradas próprias para seu gênero. Esse fato ocorre para além da mulher adulta, mas engloba toda a categoria feminina, fato que fica visível quando voltamos a observar os relatos das crianças que trabalharam na Fábrica da Pedra, e vemos a tecelagem como um espaço feminino, a costura como trabalho de mulheres e crianças. Esse não era um problema voltado somente às crianças sertanejas do gênero feminino, mas sim um problema social brasileiro.

Ao nos depararmos com escritas sobre pequenos operários das grandes cidades, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, percebemos que as relações de trabalho dos pequenos que habitavam os centros urbanos eram semelhantes às condições de trabalho das crianças que trabalhavam na Fábrica da Pedra, mas que também havia pontos divergentes, como as relações de horários de trabalho. Moura (2020) relata que as jornadas de trabalho desse público nos pólos industriais dos grandes centros urbanos poderiam chegar a 14 horas por dia, porém esse fato não ocorria na Fábrica da Pedra que desde sua inauguração em 1914 estabeleceu uma jornada de 8 horas diária aos funcionários. Desta forma, observamos que o grau de exploração em relação às mais longas jornadas de trabalho era um fator que diferenciava uma fábrica do sertão alagoano das demais fábricas das grandes cidades, mas havia demais fatores que se assemelhavam entre as crianças operárias independentemente da sua localização, como a questão da salubridade.

Em relação à salubridade, essa sempre foi uma questão que passa uma boa imagem da Fábrica da Pedra por oferecer aos operários nos anos iniciais boa condição de moradia, trabalho, lazer, entre outros “benefícios”, mas que ao observarmos o que foi dito acima pelos entrevistados, vemos que esse fato foi modificado havendo uma má qualidade de trabalho, que a saúde dos operários era prejudicada com o pó, o barulho, a falta de proteção, as explosões das máquinas, o calor. Assim também ocorria nas grandes cidades, e lá a situação podia ser mais precária. Bertucci (2015), ao tratar dos jornais operários em respeito ao trabalho das crianças, traz que as crianças dessas grandes indústrias tinham características cadavéricas, trabalhando em locais sem ar, sem luz, com precárias condições de higiene.

O modelo de infância idealizado, sob construção no Brasil que se industrializava à época, estava interligado a um panorama nacional bastante heterogêneo marcado profundamente pela desigualdade socioeconômica. Quando o trabalho industrial chega nas vidas das crianças, as infâncias desses pequenos operários passavam por modificações profundas - por mais que o trabalho já estivesse presente nas vidas de muitos deles, muitas

vezes eram realizados nas ruas, como esclarece Nogueira (2016) as crianças trabalhavam nas ruas como engraxate, vendedor de doces e jornais, carregador de feiras, entregador de encomendas, entre outros trabalhos informais, assim como ocorreu os pequenos da Fábrica da Pedra que trabalharam antes das suas entradas como vendedor de picolé, trabalhando na feira, ajudando a mãe na costura. Toda essa relação de trabalhos realizados antes do trabalho industrial, lhes permitia certas liberdades para viver de forma mais livre a sua infância, pois não viviam sob o controle do patrão, fator esse que modifica-se ao darem entrada nas fábricas. Neste momento o controle do patrão e o trabalho fiscalizado interferem em suas infâncias de forma violenta. Uma das melhores formas dos pequenos resistirem à violência implantada sobre sua infância era resistir ao mundo adulto, como bem aborda Rago (1985), por meio das brincadeiras, conversas e o correr por entre as máquinas no horário de trabalho; tais indisciplinas representavam essa resistência. Quando submetidas ao trabalho fabril, a infância das crianças operárias eram em muito similares, sendo também similares algumas formas que elas encontravam para fugir das regras e padrões da vida adulta. Sua infância estava presente através do brincar, conversar, correr e através de todos os atos que os remetesse à criação e alguma liberdade.

4.2.1. Condição de vida da infância operária.

As precárias condições econômicas sempre foram um dos principais motivos que influenciaram as entradas das crianças no mundo do trabalho. Muitos pais e mães encontravam-se sem escapatória para a provisão e enviavam seus filhos para o labor fora de casa com a intenção de aumentar os ganhos da família e assim não passar tanta necessidade financeira. Vemos explicitamente esse motivo nas falas dos entrevistados.

“É porque naquele tempo não tinha muita alternativa de comércio. Todas as alternativas eram da fábrica. Era tradição empregar menor de idade a partir de 14 anos. Aí eu precisava, né? Família pobre precisava trabalhar e estudando à noite” (Robson).

Percebemos que por muito tempo a Fábrica da Pedra foi um dos únicos meios de acesso à renda para muitos sertanejos, mas o que chama atenção é o que Robson coloca como tradição o emprego de crianças a partir dos 14 anos. O fato de ser considerado tradição vem justamente da conduta contínua da empresa desde sua criação em contratar crianças, sem esquecer do fato

que a Fábrica da Pedra priorizava o emprego de filhos de operários justamente para continuar essa “tradição” e manter alto grau de dependência das famílias para consigo. De acordo com os escritos de Gonçalves (2010), na vila da Pedra “nada era de graça”: os operários que lá moravam recebiam descontos na folha de pagamento por estar habitando no local, desta forma, era cobrado o aluguel das residências, mas para aquelas famílias formadas por três pessoas trabalhando no complexo, nada pagava, e é justamente nesse ponto que os pequenos eram utilizados pelos pais ou familiares como uma forma ocupacionista, no qual passaram a ser o terceiro membro da família. Aqui enxergamos mais um motivo que levava as crianças a trabalhar, a isenção do aluguel para sua família, essa uma estratégia utilizada pela Fábrica para atrair operários para o trabalho, onde no fim lucrava muitos mais que os operários que colocavam seus filhos para o trabalho.

Continuamente era visto famílias inteiras trabalhando na Fábrica, como relatado por Paula:

“Porque meus pais não tinha condições. Eu sou natural de Canindé de Sergipe, aí lá nós não tinha como sobreviver, né. Aí foi que a minha irmã mais velha veio para cá, aí depois saiu arrastando os mais novo, aí vinhamos todos embora para qui, para poder trabalhar, porque lá não tinha como a gente sobreviver, porque nós morava em Canindé de baixo, onde tem o rio aí nós era dali da beira do rio, aí num tinha como sobreviver melhor. Aí nós vinhamos para cá, para a gente sobreviver e ajudar os pais da gente” (Paula).

O caso da Paula, para além da questão familiar trata-se de um caso de migração da população rural e/ou ribeirinha do sertão de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia (região de fronteira com a vila da Pedra) onde a Fábrica da Pedra passou a ser a esperança para uma condição de vida melhor, associada ao emprego e renda fixos, modernização e urbanidade. Vindo inicialmente apenas uma irmã tentar a vida como operária e tendo bons resultados, introduziu os demais membros da família a esta nova realidade, e nesse processo em que claramente percebemos como ocorria a dinâmica de entrada de vários operários da mesma família não só naquela indústria em si, mas no modo de vida que impôs na região. Paula não foi a única a migrar com sua família atrás de emprego, percebemos a mesma situação com a Karol, que morava no Sinimbu (povoado de Delmiro Gouveia) e teve seu irmão como mediador da sua entrada na Fábrica, esse vindo antes para arrumar uma vaga no operariado e logo após introduziu sua irmã Karol, aos 14-15 anos de idade, ao mesmo grupo empresarial.

As migrações e a Fábrica da Pedra como salvação dos sertanejos é uma situação que vem ocorrendo desde os primórdios da história dessa indústria. Gonçalves (2010) destaca que,

em 1915 (quando a Fábrica tinha um ano de sua inauguração), durante a seca e diante à fome, a Pedra se transformou em um ponto de salvação dos desalentados. O povoado foi coberto por retirantes que fizeram moradias improvisadas, em que muitas famílias encontraram acolhimento. Esse mesmo fato aparece nas notícias de 1928, durante também um período de seca:

Na pedra o numero de pedintes torna-se multidão; nos dias de feira, todos os pontos da villa são por elle invadidos, suplicando em attitudo humilhante e penalizadora, um obulo que lhes garanta mais alguns dias de soffrimento e de miséria.

Na Fabrica de Linhas um vae e vem continuo de pessoas a implorarem collocação e que ja não podem ser ser attendidas; nas casas, a invasão dos que têm fome (CORREIO DA PEDRA, 1928, p.396).

Esse compilado de informação traz à tona os motivos das migrações, essa associada à seca, tendo em vista que o meio de sobrevivência do sertanejo em sua maior parte vinha da agricultura, e era justamente nos momentos de seca que essa população se via sem escapatória e ia aonde havia uma outra fonte de sobrevivência. A Pedra foi esse ponto de recomeço para muitas famílias do campo, que começaram o trabalho fabril abandonando a agricultura. O que vemos no caso da Paula e Karol não é diferente. A Fábrica permanecia com seu papel de salvadora na vida dessas meninas e de suas famílias – dispensando a necessária problematização do poder público na administração dos recursos hídricos e na construção do povo sertanejo como população migrante. É interessante pensarmos principalmente a respeito das crianças que vinham de uma realidade agrícola, essas que já vinham de uma rotina de trabalho, mas a migração os joga para uma nova realidade, o de pobres no centro urbano e do trabalho na Fábrica, assim sua rotina modifica-se completamente.

A quantidade de membros da família era um fator que também contribuía para as entradas dessas crianças no mercado de trabalho. Antônio tinha 10 irmãos, Maria e Paula também tinham 10 irmãos, as famílias eram grandes, os pais não tinham condições de sustentar todos esses filhos. Por consequência, os pequenos passavam a trabalhar para ajudar no sustento da família ou até mesmo para conseguir o que queriam, já que os pais não tinham condições de dar. O uso do salário era exatamente destinado a ajudar sua família, e também conquistar suas próprias coisas, como foi o caso do Antônio. *“Dava uma parte para meu pai que exigia para ajudar, e o resto comprava o que eu queria. Juntava, comprava televisão, bicicleta. Tudo que precisava em casa eu comprava”*. Neste caso, como no caso dos outros entrevistados, para além da participação nas despesas gerais da família, dada por obrigação aos pais, as crianças vendo

as necessidades dentro da sua casa, destinavam o que sobrava do seu salário para levar o que necessitava. Também houve a ocorrência de casos como o da Maria, que entregava todo o salário para sua mãe, não ficando com parte alguma, mas quando necessitava de algo sua mãe disponibiliza uma parcela do seu dinheiro para o necessário. A falta de condições financeiras dos pais e mães fazia com que seus filhos buscassem seu próprio sustento através do seu próprio trabalho.

4.3. Trabalho e escola na infância operária.

Em Pedra as escolas, que inicialmente funcionavam em residências do núcleo fabril, foram criadas por Delmiro Gouveia com o objetivo de civilizar e educar, contribuindo também para o controle dos sertanejos. Em virtude dos planos de modernização imposta ao Brasil no início da Primeira República, transformar os valores dos brasileiros pobres e do campo em valores burgueses e urbanos era uma meta a ser cumprida pelos republicanos. Civilizar-se confundia-se com urbanizar-se e as grandes cidades da Europa eram adotadas como horizonte para a modernização do Brasil na primeira metade do século XX. Delmiro foi um exemplo para como esse plano burguês de civilização foi agressivo com as classes minoritárias, principalmente ela sendo uma cidade sertaneja. A educação posta pelo industrial foi extremamente agressiva à cultura local e modo de viver sertanejo, considerando-os “descivilizados”. É analisando o processo de civilização imposto por Delmiro Gouveia, que entendemos sua necessidade de implementar escolas por toda a vila da Pedra, atendendo seus operários, pois as escolas eram uma peça-chave para modificar a mentalidade dos sertanejos.

Nos anos iniciais da Primeira República Alagoas, assim como grande parte do Brasil, não possuía acesso amplo e gratuito à instrução escolar (NASCIMENTO, 2014). Esse não é um fato que nos impressiona, tendo em virtude a “saída” brasileira recente do regime escravocrata, no qual muitos negros e pobres foram jogados à própria sorte, e a desigualdade social continuava extremamente alta. O projeto da república foi pensado para os ricos, a educação também continua sendo ocupada em sua grande maioria por ricos. Vendo o cenário emblemático da primeira república, nos perguntamos o porquê da rapidez de Delmiro Gouveia criar suas escolas, e a resposta Gonçalves (2010) nos dá quando aborda que no primeiro ano de funcionamento da Fábrica o produto produzido pelos operários sertanejos era de péssima

qualidade, e isso gerou uma atuação por parte de Delmiro Gouveia, primeiramente estabelecendo suas regras rígidas de conduta com objetivo nos resultados imediatos, e em segundo lugar houve a implantação das escolas de ensino básico, para crianças, jovens, adultos e idosos. Observamos, através de Gonçalves, que no primeiro ano de funcionamento da Fábrica os sertanejos permaneciam com sua cultura, costumes e condutas, e que o processo “civilizatório” imposto por Delmiro veio somente após a negatividade da produção, como uma forma também de garantir seus lucros. Essa negatividade veio justamente devido aos costumes dos trabalhadores sertanejos, que trabalhavam no campo e não tinham habilidades como as máquinas. O choque cultural entre a cultura sertaneja e a cultura industrial, institucional e urbana não foi algo imediatamente no início produtivo para Delmiro, que imediatamente passou a proibir a cultura sertaneja e introduzir na vida dos operários a outro ritmo, fluxo e atividades laborais. É nesse sentido que as escolas se fizeram fundamentais, funcionando não só para alfabetizar, mas como Correia (1998) retrata, as escolas da Fábrica mantinham a função de preparar as crianças para o trabalho fabril. Elas que tinham um longo futuro no operariado, porque a elas foram posta aulas que às ensinaram a trabalhar corretamente, porque nelas Delmiro depositou a qualidade do trabalho da sua fábrica, e sem contar que através delas eram mais fácil impor sua educação civilizatória, para essas repassarem e “corrigirem” suas famílias já na próxima geração. Mas o investimento por mais pesado que fosse em cima das crianças, não foi somente para elas, como Gonçalves destacou acima, o ensino primário também era disponível para jovens, adultos e idosos. A educação era para todos os moradores da vila e funcionários, todos tiveram a oportunidade de se alfabetizar, mas a alfabetização desses não eram obrigatórias, ao contrário das crianças.

Em 1916, o complexo industrial da vila da Pedra tinha 2.500 alunos, contando com 8 salas de aula que se tratavam de casas cedidas aos professores, onde ministravam suas aulas em dois turnos, diurno e noturno. Dois professores eram do Estado e os demais contratados pela própria companhia. O horário diurno era voltado aos filhos dos funcionários e no noturno aos demais funcionários, as aulas iam das 9h às 15h e das 19h às 21h, todos os materiais necessários para a aprendizagem eram fornecidos pela fábrica (GONÇALVES, 2010). Destacamos que o horário noturno também era horário obrigatório para as crianças que trabalhavam durante o dia. O número de matrículas nas escolas era alto, o processo educacional escolar estava funcionando bem, e as crianças com seus horários diurnos tinham como conciliar o trabalho na Fábrica e sua escolarização, tudo foi bem arquitetado.

A saída em horas determinadas da Fábrica de Linhas, de grupos de menores operários em direção às escolas que ella mantém, é um espectáculo que faz bem às almas patriotas, inculcando-lhes confiança no desenvolvimento de nossa intellectualidade.

Dessas creanças que vivem neste centro de trabalho fecundo, aproveitador de capacidade de trabalho dos sertanejos e que frequentam suas escolas, quem sabe se não há algum destinado a ser um dos technicos promotores de nossa grandeza futura, pela colheita dos nossos grandes recursos? (CORREIO DA PEDRA, 1925, p.138)

O jornal Correio da Pedra expõe a rotina das crianças como um motivo de orgulho, mas observamos que essas rotinas eram programadas pela indústria e as crianças não tinham escapatória, sendo obrigada a frequentar às aulas, assim percebemos o quão cansativo era o dia-a-dia das crianças operárias, tendo que sair do trabalho no horário programado, indo direto para as escolas passarem horas em sua obrigatoriedade de aprendizagem. Concordamos quando o jornal trás que as crianças vivem em um centro de trabalho fecundo, pois isso resume a grande parte dos seus dias, trabalhando, quando não dentro da Fábrica, nas escolas, pois a obrigatoriedade do ensino para as crianças correspondia aos interesses lucrativos da indústria.

Não se trata aqui de crítica à alfabetização como danosa ao povo pobre do campo, mas sim de crítica às condutas institucionais que levavam à alfabetização e escolarização em massa dos sertanejos operários, à jornada escolar seguida do horário de trabalho, o controle dos corpos infantis, a utilização das crianças para a busca do lucro. Elas não tinham apenas como obrigação o estudo, mas sim trabalhar, estudar, aprender e levar lucro.

A frequência escolar e as realizações das tarefas escolares das crianças, as faltas não justificadas, segundo Gonçalves (2010), eram totais responsabilidades dos pais, caso esses não cumprissem com suas obrigações em respeito à vida escolar dos seus filhos, eram aplicadas multas. Essa era uma consequência que os pais sempre estavam cientes, no jornal eram anunciados os prazos da educação das crianças:

Escolas Publicas- O sr. Adolpho Santos, Fiscal do Ensino nesta Villa, determinou que as aulas em todas as cadeiras daqui serão abertas à frequência dos alumnos no dia 7, do próximo mez de Janeiro, cumprindo aos paes e interessados cuidarem lodo da matricula de seus filhos, tudo em obediência ao que a administração da Fabrica de Linhas tem a respeito determinado (CORREIO DA PEDRA, 1923, p.205).

Vemos as obediências determinadas pela Fábrica como uma forma de fazer com que os pais cuidem da educação dos seus filhos de modo que não os deixem desfocar nos seus estudos. Levando em conta as difíceis situações econômicas que os operários vivenciavam e levando em

consideração que as multas estabelecidas pela Fábrica desequilibrariam ainda mais seus orçamentos, os pais por consequência ficavam atentos à presença e a vida escolar dos filhos, para não ter descontos na folha de pagamento; desta forma vemos mais uma vez uma manipulação da Fábrica para alcançar seus interesses, afinal, parte desses alunos também eram operários. Nascimento (2014) expõe que Delmiro já chegou a cuidar do acompanhamento das frequências dos boletins, os cadernos de acompanhamento eram postos no birô do seu escritório e a partir daí ele tomava o controle. Um outro ponto citado por Nascimento é que em Pedra se comemora as datas cívicas como a Proclamação da República e a independência do Brasil. Ressalto que não só as datas cívicas, mas também datas importantes para a história do país, como destaca o Correio da Pedra.

Festas escolares

Foi para mim motivo e contentamento a festa com que a Pedra Homenageou a data 13 de Maio, porque estas reuniões communicativas da meninada escolar despertam entre as crianças uma instintiva alegria e fazem-nas unidas por um elo de solidariedade.

Nestas festas ha tambem a licção de civismo recordada pelo acontecimento histórico que se commemora, e, no espirito das crianças, não se apagará, nunca mais, o motivo que lhe deu ensejo aos divertimentos (CORREIO DA PEDRA, 1925, p.87).

As crianças seguiam o princípio educacional posto por Delmiro, o qual fazia questão de ressaltar as grandes datas da história brasileira, seguindo seus princípios, as crianças aprendiam sobre as datas e se apresentavam nessas comemorações, como uma forma de expor seu amor pela pátria. Esse esplendor que Delmiro tinha por datas históricas foi representado também nas ruas da vila, como por exemplo em alusão ao sete de setembro e treze de maio.

As exigências postas às crianças em relação à obrigatoriedade da presença na escola, a realização da tarefa, também passam a fazer parte de uma forma de educação pela recompensa, em que as crianças ao fazer todas as suas obrigações ganhavam ao final uma recompensa, como explica Correia (1998), os bons alunos que não esquecem as lições e apresentavam a frequência escolar ganhavam entradas gratuitas ao cinema, como também era oferecido ingressos ao carrossel e ao rink de patinação¹³. Essa recompensa surgia como uma forma de incentivo para as crianças que buscavam se divertir a estudar, e como a diversão só era garantida através dos seus bons rendimentos escolares, consequentemente essas crianças se dedicavam mais aos estudos pensando em sua recompensa. Deixar as crianças que não cumprissem as metas

¹³ O rink foi o nome dado à pista de patinação criada na vila operária.

educacionais sem as diversões proporcionadas pela indústria era uma forma de castigá-las pelo mau rendimento. Assim, vemos mais um método manipulador como forma de incentivo para obter o bom rendimento escolar e consequentemente garantir o controle das crianças e a qualidade dos produtos da Fábrica.

Com o aumento dos números de habitantes e alunos no núcleo fabril, a Cia. Agro Fabril passou a demandar a criação de um grupo escolar. Desta forma, a Fábrica na gestão dos herdeiros de Delmiro, em 1926, inicia a criação de um grupo escolar no núcleo em um antigo galpão onde se armazenava alimentos, passando a funcionar em 1929 grupo escolar nomeado Delmiro Gouveia. Com a venda da Fábrica da Pedra e a saída da família Gouveia da região, a Pedra passa por diversas transformações. Gonçalves (2010) destaca que a venda da Fábrica da Pedra para a indústria Machine Cottons fez desabar toda construção idealizada e aplicada por Delmiro, havendo inclusive a expulsão de várias famílias operárias da vila da Pedra, como também chegaram ao fim as escolas e o plano educacional imposto por Delmiro, diminuindo substancialmente a gerência da fábrica sobre a localidade de modo geral. Observando o que traz Gonçalves, enxergamos os impactos que a venda da Fábrica causou aos operários e moradores da Pedra, mas também não podemos deixar de pontuar que a saída da família Gouveia representou o fim de anos de violência e dominação; os sertanejos de certa forma estavam se libertando, recebendo de volta a oportunidade de recuperar a sua cultura, mas não devemos negar que o fim repentino das escolas para os operários, principalmente para as crianças, foi um regressão nos seus direitos básicos. A educação os proporcionou oportunidades, eram ali aprendidas novas visões do mundo, foi através dessas escolas que muitos sertanejos tiveram a oportunidade de aprender a ler, escrever, se alfabetizar. Por mais que não concordemos com as condutas dominadoras da família Gouveia, não se pode negar a grande importância que ocupou suas escolas para a educação sertaneja.

É com esse cenário de mudança que passamos para mais da metade do século XX, no qual nossos entrevistados explanam sobre sua vida escolar, e é através dessas explicações que observamos a diferença do quadro educacional das crianças operárias quando não mais contavam com as escolas da Fábrica, como também o impacto do trabalho na sua vida escolar. Dos 6 entrevistados, somente um conseguiu finalizar seus estudos, e ao analisarmos as causas da desistência dos outros 5 percebemos que, em grande parte, o trabalho está relacionado diretamente com o motivo da desistência.

“Eu já venci o que tinha de vencer, estudei pouco. Eu imaginava: ou estudava ou trabalhava. Ia perder muito horário, se eu fosse estudar à noite, eu só ia no horário [da aula] se eu saísse seis da tarde [do emprego], duas vezes semanais. As vezes saía meio de semana [cedo da fábrica] e saía no sábado, não ia perder muita aula? Aí eu não estudava, estudei pouco” (Júlio).

O Júlio estudou apenas até a primeira série, mas ele não foi o único a abandonar os estudos devido ao trabalho. Maria, que estudou até a quinta série, e a Karol, que entrou aos 12 anos na escola, passaram pela mesma situação; não conseguiram conciliar trabalho e escola. A escola funcionava no horário noturno, e os três funcionários tiveram dificuldade devido ao choque no horário de trabalho, que impossibilitava seus estudos.

A Fábrica da Pedra após a saída da família Gouveia jamais voltou com seus projetos educacionais. A educação deixou de ser um fator essencial para a contratação das crianças. Sem intercalar horário de trabalho com de estudos, era extremamente difícil aos pequenos operários frequentar as aulas, colocando como prioridade o trabalho. O único entrevistado que alcançou o término dos estudos foi o Robson, que trabalhava somente durante o dia, não chegando a pegar o horário noturno - em virtude do seu horário de trabalho conseguiu concluir os estudos.

Vemos como a educação das crianças operárias regrediu, passando de um sertão em que no início do século XX as crianças frequentavam a escola e sabiam ler, escrever, para um sertão que indo para o final do mesmo século, as crianças mesmo tendo acesso à educação escolar não conseguiam estudar devido ao trabalho, permanecendo em um quadro da falta de conhecimentos básicos como escrever o próprio nome. Enquanto inspiravam em sua família interesses de apoiar seus estudos, era mais incentivada e facilitada a escolarização de crianças operárias e crianças filhas dos operários adultos. Vemos mais para frente um abandono governamental responsável pela situação dessas crianças, que não veio suprir o vazio deixado na educação após desresponsabilização da Fábrica.

De acordo com Marques (2003), as escolas para crianças pobres que trabalhavam nas indústrias ocorriam através da pedagogia fabril, onde se ensinava as crianças a ser o trabalhador do futuro através do labor diário, desta forma nas óticas dos empresários a escola para pobres iniciava-se nas fábricas. Rago (1985) aborda que em 1909 é criada as escolas isoladas, destinadas a crianças operárias nas proximidades das fábricas, pois o interesse na educação dos pequenos operários refletia a intenção disciplinadora de formar “cidadãos” adaptados, que internalizassem a ética do trabalho e não perturbasse a ordem social. A mesma autora explica que a educação comportava-se como uma arma nas mãos dos patrões diante todas as ameaças

das manifestações grevistas, chegando os empresariais a fecharem as escolas e demitirem os escolares. As medidas educacionais tomadas por Delmiro Gouveia não se distanciavam das relatadas. A educação posta pela Fábrica da Pedra também tinha como principal finalidade “civilizar” e gerar lucro para a empresa, mas independente do lucro, ocorria uma educação escolar. Nem todas as fábricas disponibilizavam uma educação escolar aos seus operários, a muitas crianças foi somente disponibilizado o trabalho, no qual as horas trabalhando e o aprendizado de uma profissão eram tidos como suficientes.

A respeito das crianças que trabalharam entre a década de 1960 e 70, os problemas educacionais brasileiros eram constantes, a educação por mais que fosse um direito de todos, não eram todas as crianças que conseguiam frequentar a escola regularmente. Os cenários transmitidos pelos operários entrevistados, que foram as crianças trabalhadoras da Fábrica da Pedra na década de 1960-70, mostram que existiam escolas para os filhos de pobres, essas não mais relacionadas a fábricas, porém, um grande problema ainda existia, esse relacionado ao trabalho das crianças. Se tratando de um período (1914-1997) em que os direitos das crianças ainda não eram assegurados, vemos através de uma disputa entre trabalho e escola, que o trabalho saia na frente. As necessidades econômicas faziam com que o trabalho saísse na frente, a empresa que permitia longas jornadas de trabalho para as crianças, fazendo com que o trabalho ganhasse da educação. As crianças passavam grande parte dos seus dias trancadas dentro das fábricas, seu cansaço físico e mental também contribuía para a desistência da vida educacional, não era fácil para uma criança cumprir uma longa jornada de trabalho e as horas do seu dia que restavam para descansar, passar estudando. As infâncias dos pequenos operários jamais foram as mesmas das crianças da elite, mas independente da localidade ou do contexto histórico, um o modelo de infância marginalizada marcava a vida das crianças operárias.

Ao longo de toda a trajetória do trabalho de campo, constatamos quão desafiador é realizar história oral. As intervenções breves e as indecisões de algumas pessoas entrevistadas refletem a observação de Pollak (1992), segundo a qual a memória é relativa e não preserva a totalidade de um passado. Outros desafios surgiram em decorrência da falta de disponibilidade dos entrevistados para a realização das entrevistas. Todos esses fatores, discutidos ao longo do capítulo "Tecendo a Pesquisa", evidenciam os desafios inerentes a uma pesquisa voltada para a história oral. Os relatos apresentados corroboram o que Alberti (2005) destaca, ao afirmar que a história oral se caracteriza pela recuperação e interpretação do passado, por meio das experiências vividas por pessoas que testemunharam certos eventos. Foi justamente por meio

dos relatos dos idosos que se fez possível reconstruir parte do passado das crianças operárias da Fábrica da Pedra nas décadas de 1960 e 1970, conforme apresentado ao longo deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa um dos maiores desafios foi encontrar fontes para construção dos dados. No momento que voltamos nosso olhar para a história das infâncias no Brasil, percebemos que se tratava de uma linha de pesquisa ainda pioneira, o que causou dificuldades devido aos poucos números de leituras encontradas, principalmente voltado ao trabalho de crianças, seja no período colonial, imperial ou republicano. O mesmo problema ocorreu quando iniciamos a busca por leituras sobre o trabalho de crianças em fábricas, nos deparando com um baixo número de artigos ou livros que tratassem de alguma forma do cotidiano de crianças operárias. Os artigos encontrados tinham como foco somente o início do século XX, nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Voltando nosso olhar para a Fábrica da Pedra, não encontramos leituras que falassem do caso de crianças operárias, pois antes a temática não havia sido pesquisada, o que nos fez voltar a uma busca sobre as crianças operárias em leituras que retratassem a Fábrica da Pedra, como também nos jornais correio da Pedra, mas um dos principais meios foram as entrevistas.

Ao buscarmos compreender a história das crianças operárias da Fábrica da Pedra, nos deparamos com memórias de infância de uma história antes não contada no meio acadêmico e que tornou-se símbolo de resistência às explorações capitalistas, uma infância que não se volta somente aos pequenos operários da Fábrica da Pedra, mas também de outras regiões do país. Percebemos com esta pesquisa que independente da região do país, quando uma criança pobre começava a trabalhar em uma fábrica, sua infância tornava-se similar a qualquer outra criança que também prestar serviço em outras fábricas, pois encaram situações e condições de trabalho exploratórias, e têm no seu cotidiano uma aderência parcial ao universo adulto, enquanto simultaneamente representam uma resistência ao mundo adulto, não deixando suas infâncias serem roubadas por completo, todas mostram uma resistência ao seu período da vida, e que independente do que os oponham, suas brincadeiras, risadas e outros comportamento “indisciplinados” mostravam que aqueles operários eram crianças e que mantinham sua infância viva. A luta pela infância revela um grande problema social e legal do nosso país, no qual não era assegurado direitos básicos nem tão pouco o direito à infância.

Durante o início do século XX e as décadas de 1960 a 1970, as leis que vieram a surgir, como o Código de Menores e as leis trabalhistas, por mais que tratassem e estabelecessem regras para o trabalho das crianças, jamais os assegurou o real cumprimento do que se

proponham, nem tão pouco proporcionou às crianças proteção e fiscalização, permanecendo os pequenos operários com seus direitos negados.

Por mais que as crianças operárias da Fábrica da Pedra desde a criação da mesma contassem com uma condição de trabalho mais humana que várias crianças dos grandes centros urbanos, esse fato não pode ser romantizado, pois independente da condição de trabalho, havia um impacto negativo sério do trabalho de forma direta na vida destas crianças, seja nas horas que passam na indústria, seja no seu desenvolvimento, seja nas brincadeiras, e no caso das crianças da década de 1960-70 o trabalho também impactou na escolaridade. Por mais que ainda houvesse crianças que procuravam trabalhar por conta própria por enxergar as dificuldades financeiras de sua família, nenhuma criança escolhia passar sua infância trabalhando. Podemos considerar o trabalho de crianças operárias como um reflexo da sociedade em que viviam, onde o estado de pobreza e a falta de assistência, faziam com que essas crianças pobres necessitassem ingressar ao mundo adulto de forma precoce. Os maiores inimigos da infância das crianças operárias eram o capitalismo e o Estado, pois o Estado os abandonando à própria sorte e o capitalismo os explorando. Entre os dois, as crianças estavam adaptando suas infâncias à sua jornada de trabalho, cedendo e resistindo a este mundo adulto.

6. REFERÊNCIAS

- ADERNE, Aline; HADDAD, Lenira. Educação da infância em Alagoas nas fábricas de torcido entre 1930 e 1970. **Revista OLHARES**, v. 11, n. 1 – Guarulhos, 2023.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALTMAN, Raquel. Brincando na história. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020.p. 231-258
- BARBOSA, Pedro Paulo. O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de Janeiro de 1891. **Angelus novus**, p. 61–86, 2015.
- BECHER, Fanciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. **ANPUH**, p. 1–16, jul. 2011.
- BERTUCCI, Liane Maria. Para a saúde das crianças. A educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 7, n. 13 - janeiro-junho de 2015, p. 27-42.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891. Estabelece providencias para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2024
- BRASIL. Presidência da República. (1927). Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de menores: DPL 5083, DE 01/12/1926. Recuperado em 22 de Fevereiro de 2024 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm
- BRASIL. Presidência da República. (1997). [Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm) . -Institui o Código de Menores. Recuperado em 22 de Fevereiro de 2024 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de menores: DPL 5083, DE 01/12/1926. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927. Recuperado em 22 de Fevereiro de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. -Institui o Código de Menores. Brasília, em 10 de outubro de 1979 Recuperado em 22 de Fevereiro de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm

CAMINHA, Pêro Vaz. [Correspondência]. Destinatário: D. Manuel. Ilha de Vera Cruz, 1.º de Maio de 1500. Disponível em: Biblioteca Nacional: Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil (purl.pt)

CAVALCANTI, Eduardo. Correio e vila operária da Pedra: O patronato e a ideologia do trabalho com uma experiência comunitária. **Cad. Est. Soc.** Recife. v. 14, n. 1, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 55-83.

CORREIA, Telma. **Pedra**: Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas, SP: Papyrus, 1998, Série Ofício de arte e forma.

Correio da pedra. Organização: Edivaldo Nascimento e Luitgarde Barros. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017, v.1-4.

COSSETIN, M.; LARA, A. M. O percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979. **HISTEDBR**, p. 115–128, mar. 2016.

CRUZ, LÍlian; HILLESHEIM, Betina. Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, 17 (3), 42-49; set-dez: 2005.

CUNHA, Carolini Cássia; BOARINI, Maria Lucia. A infância sob a tutela do Estado: alguns apontamentos. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 12, núm. 1, 2010, pp. 208-224

CUSTÓDIO, André Viana. VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil**: a negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007.

CUSTÓDIO, André; VERONESE, Josiane Rose. A história social da infância no Brasil. In: CUSTÓDIO, André; VERONESE, Josiane Rose (Org). **Crianças esquecidas**: O trabalho infantil doméstico no Brasil. Curitiba: Multidéia, 2009, p. 17-73.

DINIZ, Juliana.; CAMURÇA, Eulália Emília.; NETO, Carlos Roberto. A palavra na interpretação da infância: Uma análise do legado hermenêutico a partir da constituição federal. **Revista do programa de pós-graduação em Direito da UFC**, v. 38.2, p. 345–361, jul. 2018.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manoel. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 117-191.

GONÇALVES, Alberto. **Delmiro Gouveia**: Era uma vez no Sertão. 1.ed. Ribeirão Preto: Fábrica de sonhos, 2010.

GONZÁLEZ, Rodrigo. Políticas públicas para a infância no Brasil– análise do processo de implementação de um novo modelo. **Pensamento Plural**, p. 25–45, jun. 2015.

GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **R. História**, São Paulo, 120, p.59-72. jan/jul. 1989.

LEITE, Carla. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Minist. Público**, p. 93–107, 2006.

LIBARDI, Suzana S.; CASTRO, Lucia R. de_. A proteção da infância no Brasil: uma visão crítica das relações intergeracionais. **Estudos e pesquisas em psicologia (online)**, v. 17, p. 895-914, 2018. <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37678>

LIBARDI, Suzana Santos. **A proteção da infância e as relações intergeracionais a partir da perspectiva dos adultos**. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Fernanda.; VERONESE, Josiane História social da infância e sua construção normativa. *In: **Direito da Criança e do Adolescente: A Necessária Efetivação dos Direitos Fundamentais***. Florianópolis, SC,: Fundação Boiteux, 2012. p. 11–48.

LIMA, Fernanda; VERONESE, Josiane. O direito da criança e do adolescente: Um novo ramo jurídico. *In: **Direito da Criança e do Adolescente: A Necessária Efetivação dos Direitos Fundamentais***. Florianópolis, SC,: Fundação Boiteux, 2012. p. 49–60.

LINHARES, Juliana. História social da infância no Brasil. *In: LINHARES, Juliana (Org). **História social da infância***. 1.ed. Sobral, 2016. p.29-39.

LOPES, Jader Janer. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Contexto e educação**, n.79, p.65-82, 2008.

MARQUES, Vera Regina. História de higienização pelo trabalho: Crianças paranaenses no novecentos. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 57-78, abril 2003.

MOURA, Esmeralda. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil***. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020.p. 259-288.

MOURA, Vera Lúcia. Filhos livres, mães escravas: As condições sociais das crianças ingênuas e a lei do ventre livre em Pernambuco. *In: MIRANDA, Humberto (Org). **Crianças e adolescentes: do tempo da assistência à era dos direitos***. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 67-80.

NASCIMENTO, Anderson; PARRÃO, Juliene. **O resgate histórico de trabalho infantil no Brasil**. Encontro de Iniciação Científica. 2015.p.1-15

NASCIMENTO, Edmilson. COSTA, Renilda. Indígenas e trabalho infantil: da fronteira étnico-cultural à perspectiva de uma ação institucional diferenciada no Brasil. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 23. p. 129-158, 2016.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. 2.ed. Maceió, viva editora, 2014.

NOGUEIRA, Ione. O surgimento do sentimento de infância no Brasil e o cuidado com as crianças. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Vol. 16 - n. 3 - Itajaí, set-dez 2016.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes de políticas públicas. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020.p.348-373.

PERUSSATTO, Melina. Como avaliar e partilhar quem nasceu livre e só tem uma problemática obrigação futura? Lei do ventre livre, emancipacionismo e trabalho no Sul do Brasil - Rio Pardo/RS. **História em Revista**, Pelotas, 280-290, v. 19, dez./2013

PIRES, Isabelle; FONTES, Paulo. Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, maio/ago. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5. n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2. n. 3, 1989.

PROFICE, Christiana; SANTOS, Gabriel Henrique. De Grumetes a Kunumys- Estilo de infância brasileiras. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 307-325, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Fábio. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI . *In*: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020.p.19-54

ROSSINI, Gabriel. A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. **Estud. Econ**, São Paulo, vol.49 n.4, p.777-806, out.-dez. 2019.

SANT'ANA, Moacir. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia, 1917-1994**. Precedida do ensaio bibliográfico "Delmiro Gouveia, o precursor da CHESF". Recife, Companhia Hidroelétrica do São Francisco- CHESF, 1996.

SANTOS, Elton Vinicius; MILANI, Débora Raquel; PEREZ, Márcia Cristina. "Infância" das "crianças" negras e escravas no Brasil: Aproximações com a realidade contemporânea. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 41, n. 79, p.35-46 - maio/ago. 2019.

SANTOS, Marcos Antonio. Crianças e criminalidade no início do século XX. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2020.p. 210-230.

SILVA, Bruno; CORRÊA, Domingos. Delmiro Gouveia: Um empresário schumpeteriano e seu legado na organização espacial do Sertão alagoano. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 199-212, set./dez. 2017.

SOUZA, Fabíola. A Institucionalização do Atendimento aos Menores – O SAM. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Vol. 12 Nº 24, Julho - Dezembro de 2020.

VALENTIM, Silvani. Crianças escravas no Brasil colônia. **Educ.Rev**, Belo Horizonte, p.30-38, jul.1990.

ZANELLA, M. N.; LARA, A. M. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais o nascimento da justiça juvenil. **Angelus novus**, p. 61–86, 2015.

7. ANEXOS

7.1 Anexo 1- Roteiro utilizado durante as entrevistas

Nome:
Data de Nascimento:
Endereço de moradia:
Data de entrada na fábrica:
Data de saída da fábrica:

Roteiro

- Como era sua relação familiar? morava com seus pais, tinha muitos irmãos, morava aqui em Delmiro, ou em outra cidade?
- Na época, era difícil para seus pais sustentar a família? A condição financeira da família era agradável ou era difícil?
- Sua entrada para o mercado de trabalho ocorreu com que idade? Você começou a trabalhar tão nova/o para ajudar a família financeiramente, ou começou a trabalhar porque alguém te obrigou, ou teve outro motivo específico?
- O trabalho na fábrica foi seu primeiro emprego, ou já havia trabalhado em outro local?
- Você era a única pessoa da família que trabalhava na fábrica, ou além de você outros integrantes da família prestavam serviços para a indústria?
- Quanto você recebia trabalhando na fábrica? Esse pagamento se dava de forma mensal, semanal ou diária?
- Naquela época, quando você recebia seu salário, o que ele representava para você enquanto criança? Qual destino você dava ao salário?
- O valor do salário que você recebia era o mesmo de um adulto que também trabalhava no local, ou era inferior? Ele era igual ou diferente do salário pago ao sexo masculino/ feminino? Em relação ao salário, você achava justo o valor que recebia pela quantidade de trabalho?
- Você gostava de trabalhar na fábrica? como era seu trabalho, qual era sua função na indústria, você trabalhava fazendo o quê?

- Você achava seu cargo pesado e cansativo ou era de fácil realização? Ouve troca de cargo durante a jornada na fábrica ou sempre realizou o mesmo desde sua entrada?
- Por dia você realizava quantas horas de trabalho? você começava a trabalhar e saía que horas da fábrica? Todos os dias saía no mesmo horário, ou tinha dias da semana que saía mais tarde?
- Trabalhava quantos dias na semana? Havia um bom horário de descanso ou apenas um horário para almoçar e logo após voltava a trabalhar?
- Você achava o ambiente de trabalho desconfortável ou achava agradável? Lá havia uma boa iluminação, era limpo e ventilado, ou era o oposto disso?
- Nesse período de trabalho, existia muitas crianças que trabalhavam na mesma função que você, ou na fábrica? Consegue recordar se havia algum cargo ou trabalho só para adultos, ou havia crianças em todos os cargos? Também havia cargo específico para o sexo masculino ou feminino?
- Tem recordação de algum episódio onde você ou outras crianças fizeram brincadeiras ou corria pelo ambiente de trabalho?
- Quando havia algum erro na realização do trabalho, você ou outras crianças já sofreram alguma forma de punição ou violência, seja ela física ou verbal?
- Durante os anos que você trabalhou na fábrica, você presenciou ou participou de alguma greve ou manifestação em busca de direitos?
- Quanto a sua vida escolar, você estudava?
- Qual horário você estudava, depois do trabalho?
- A escola ficava longe de casa ou na mesma cidade?
- Ao trabalhar e estudar você conseguia ter um bom rendimento na escola?

- Teria como descrever um dia típico de trabalho? falar como era sua rotina?

7.2 Anexo 2- Termo de consentimento usado durante as entrevistas

1/2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista sobre **trabalho de crianças na fábrica da pedra**, da pesquisadora Adriana Sandes Araújo. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a compreender o trabalho realizado por crianças na história da fábrica da pedra, localizada na cidade de Delmiro Gouveia-AL, buscando entender a relação trabalho, infância, vínculo familiar, questões econômicas, educacionais e sociais dessa história, sob a ótica dos envolvidos e de análise documental.
2. A importância deste estudo é buscar a compreensão do papel ou espaço do trabalho durante a infância, percebendo suas características assim como as questões socioeconômica a ele interligadas.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: Compreender como funcionava o trabalho realizado por crianças na fábrica da pedra, como a relação familiar e socioeconômica modificou a infância das crianças operárias, e seu processo legal em relação às contratações de pessoas menores em dado período histórico.
4. A coleta de dados começará ao longo dos anos de 2022 a 2024, dentro do calendário letivo da universidade proponente da pesquisa.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: Através de entrevista, análise documental e pesquisa bibliográfica.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: Contribuição com fornecimento de documentos, participação em entrevista e indicação de entrevistados e documentos outros a serem buscados para a pesquisa.
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: Resgate de trauma passado.
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: revisão de uma experiência social que pode ser igualmente recordada com

satisfação; reelaboração da narrativa e memória da experiência.

9. Você poderá contar com a seguinte assistência: serviço de psicologia de Palmeiras dos Índios, sendo responsável(is) por ela: Unidade Educacional de Palmeiras dos Índios, Campus Arapiraca da UFAL.

10. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa.

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão

Endereço residencial: Distrito Tingui Complemento: Zona Rural Cidade/CEP: Água Branca/ 57490-000 Telefone: (82) 981138559 Ponto de referência:
--

Contato de urgência: Sr(a). Adriana Sandes Araújo Endereço: Distrito Tingui Complemento: Zona Rural Cidade/CEP: Água Branca/ 57490-000 Telefone: (82) 981138559 Ponto de referência:
--

Delmiro Gouveia, 20 de dezembro de 2022.

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

7.3 Anexo 3- Carteiras de trabalho



CONTRATO DE TRABALHO

10

Empregador Cia Agro Fabril Mercantil
Rua Sebastião Nabuco nº 511
Município Guarabira Est. Paraíba
Esp. do estabelecimento Ind. Têxtil e Confecções
Cargo Op. Têxteis

C.B.O. nº
Data admissão 22 de Agosto de 19 78
Registro nº 9835 Fls/Ficha 1851
Remuneração especificada Produção

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Ass. do empregador ou a rôgo c/ test.
Chefe Secção Pessoal

1º
2º
Data saída 04 de Janeiro de 19 82

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Ass. do empregador ou a rôgo c/ test.
Chefe Secção Pessoal

1º
2º



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série 4799



Polegar Direito

Número 886750



ASSINATURA DO PORTADOR

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....

Rua.....

Nº.....

Município.....

Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

C.B.O. nº.....

Data admissão.....

de.....

de 19.....

Registro nº.....

Fls/Ficha.....

Remuneração especificada.....

Cia. Agro Fabril Mercantil

Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
Chefe Secção Pessoal

1º.....

2º.....

Data saída.....

de.....

de 19.....

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Ass. do empregador ou a rgo c/ test.

Chefe Secção Pessoal

1º.....

2º.....



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

2ª Via

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série... 1482



Delegar Direito
T.I.R.P.

Número... 7195



ASSINATURA DO PORTADOR

[Signature]

Empregador

Cia Agro Fabril

Rua

Rua Joaquim Nabuco

Nº

Município

Guanabara

Est.

RJ

Esp. do estabelecimento

Indústria Textil e Confecção

Cargo

Enc. Laboratório Textil

C.B.O. nº

Data admissão

01 de Agosto

de 19

70

Registro nº

3300

Fls/Ficha

Remuneração especificada

R\$ 420,00 por mês

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Chefe do Emprego ou a cargo c/ test.

1º

2º

Data saída

30 de Setembro

de 19

84

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

Chefe Seção Pessoal

1º

2º



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série 3880

Série



Polegar Direito

Número 049425

Número



ASSINATURA DO PORTADOR

CONTRATO DE TRABALHO

Empreendedor Cia Agro Fabril
Mercantil
Rua Rua Joaquim Nabuco, s/n
Município Debrinópolis Est. PE
Esp. do estabelecimento Ind. Têxtil e confecção
Cargo Op. Cucas

C.B.O. nº
Data admissão 16 de setembro de 19 74
Registro nº 6.068 e 255 Fls/Ficha
Remuneração especificada Salário

Cia. Agro Fabril Mercantil
João Carlos de Vesp
Chefe Seção Pessoal
Ass. do empregador ou a rgo c/ test.

1º
2º
Data saída 23 de maio de 19 85

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL
Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
Chefe Seção Pessoal



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

2ª Via

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série *388a*

Número *049407*

3-172 S.

Portador Direto

T.T.R.P.

DET - ALAGOAS - OITAVO

ASSINATURA DO PORTADOR

INCLUIDO NO B - 42
CONTRATO DE TRABALHO

OL 602-024.05

Empregador Cia. Agro Fabril Mercantil
Rua Caetano de Almeida Nº 10
Município Joazeiro Est. BA
Esp. do estabelecimento Ind. Textil Confecção
Cargo Maquino

C.B.O. nº
Data admissão 08 de Setembro de 19 68
Registro nº 4305 Fls/Ficha
Remuneração especificada Tampa

Cia. Agro Fabril Mercantil

Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
Chefe de Seção Pessoal

1º
2º
Data saída 12 de Junho de 19 78

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Ass. do empregador ou a rgo c/ test.
Chefe de Seção Pessoal



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série 2959



Polegar Direito



Número 85219



ASSINATURA DO PORTADOR

10

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

Mercantil

Rua

Município

Esp. do estabelecimento

Cargo

C. B. O. n.º

Data admissão

de

de

1973

Registro n.º

Fls / Fichas

Remuneração especificada

Cia. Agro Fabril Mercantil

Chefe Secção Pessoal

1.º

2.º

Data saída

de

de

1978

CIA. AGRO FABRIL MERCANTIL

Chefe Secção Pessoal

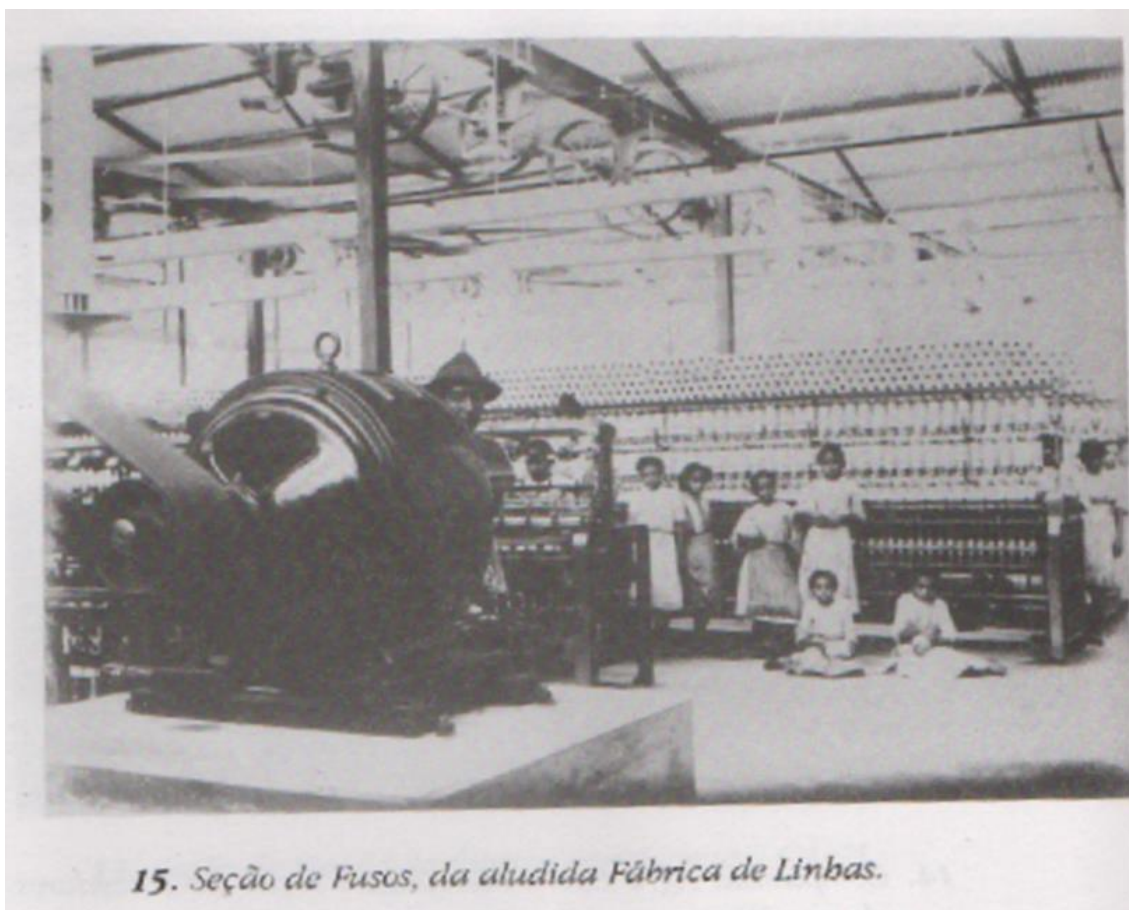
1.º

2.º

7.4 ANEXO 4- Crachá

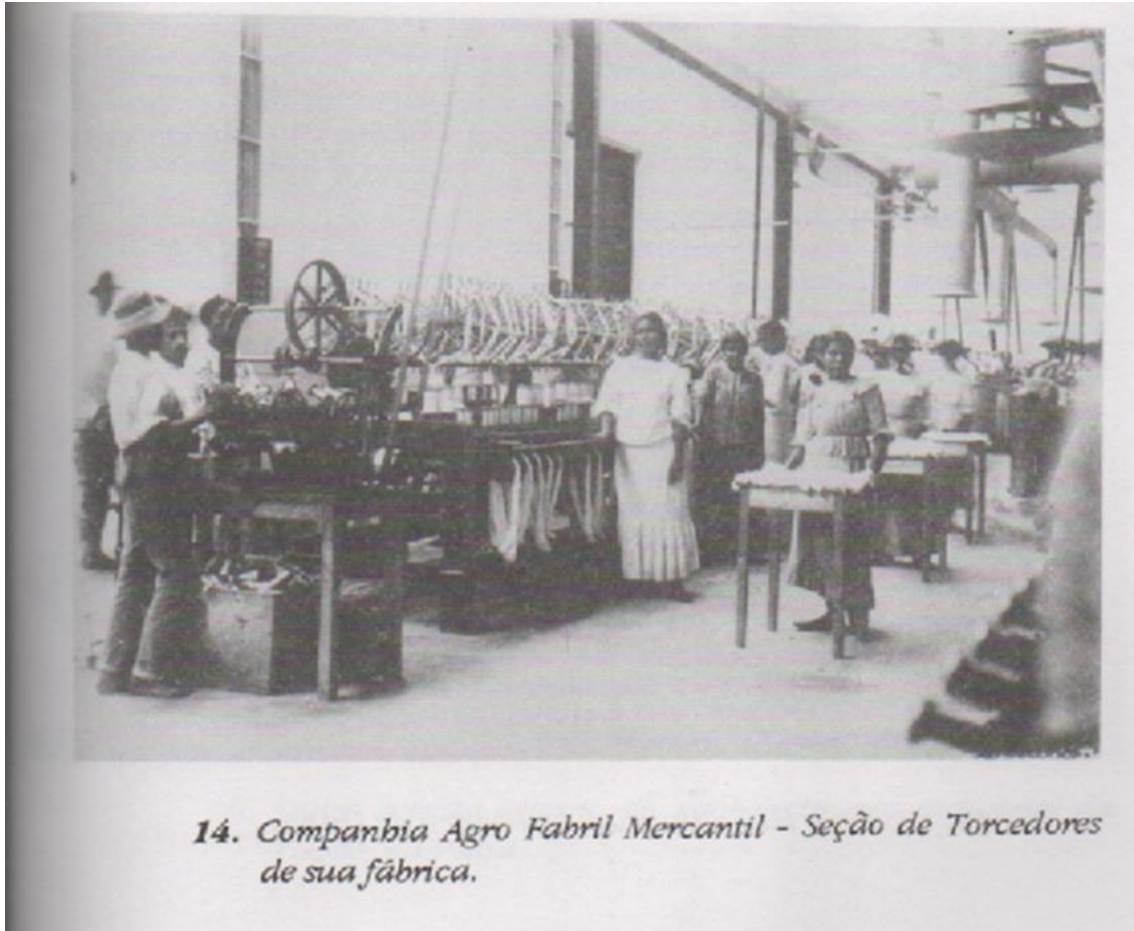


7.5 ANEXO 5- Foto de crianças na Fábrica da Pedra



Fonte: Sant'Ana, 1996.

7.6 ANEXO 6- Mulheres na tecelagem da Fábrica da Pedra



Fonte: Sant'Ana, 1996.